



TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE



REVISTA CONEXÃO GERAES

13ª EDIÇÃO. DEZEMBRO DE 2021
BELO HORIZONTE - MG.

ISSN: 2358-839X

Comissão Organizadora:

Angelita Rangel Ferreira, Cláudio H. Miranda Horst, Dayane Reis, José Ribeiro Gomes, Ludson Rocha Martins, Marcela Viana e Thaise Seixas Peixoto de Carvalho

Pareceristas:

Alessandra Ribeiro, Ana Luiza Avelar, Ana Maria Ferreira, Clara Santos, Claudio Horst, Cristiane Tomaz, Daniela Mendes Diego Tabosa, Fillipe Perantoni, Greice Santos, Isis Rosa, Jaqueline Santos, Kathiucha Bertollo, Késia Silva Tosta, Leni Maria Silva, Leonardo Nogueira, Luciana de Paula, Marco José Duarte, Mariana Carvalho, Marina Castro, Marina Reis, Nicole Silva, Patrícia Coutinho, Rafaela Fernandes, Raquel Mascarenhas, Rodrigo Ribeiro, Sabrina Paiva, Verônica Medeiros e Viviane Pereira.

Assessoria de Comunicação:

Dayane Reis e Marcela Viana
Projeto gráfico e diagramação: Dayane Reis
Textos e revisão: Marcela Viana, Angelita Rangel Ferreira e Cláudio H. Miranda Horst

REALIZAÇÃO

Conselho Regional de Serviço
Social de Minas Gerais



GESTÃO “UNIDADE NA LUTA PARA
RESISTIR E AVANÇAR” (2020-2023)

SEDE

Presidenta: Julia Maria Muniz Restori
Vice-presidente: José Ribeiro Gomes
1ª Secretária: Francielly Ferreira Caetano
2º Secretário: Cláudio H. Miranda Horst
1º Tesoureiro: Leonardo Koury Martins
2ª Tesoureira: Daniella Lopes Coelho

CONSELHO FISCAL

Presidenta: Angelita Rangel Ferreira
1ª Vogal: Luciana Barroso Rosmaninho
2ª Vogal: Débora Nunes Abreu

SUPLENTE

Fábio Cândido Borges
Gláucia de Fátima Batista
Mauri de Carvalho Braga
Aline Vicente Jubim da Silva
Thaise Seixas Peixoto de Carvalho
Fabiana Nascimento Marques
Marcelo Armando Rodrigues

SECCIONAL JUIZ DE FORA

Coordenadora: Geíza Taianara da Silva
Tesoureira: Raquel de Freitas Sena
Secretária: Francinelly Aparecida Mattoso

SECCIONAL MONTES CLAROS

Coordenadora: Noêmia de Fátima S. Lopes
Tesoureira: Michele Amanda Gois Vieira
Secretária: Mauricéa Rodrigues de Oliveira
1º Suplente: Leonardo da Silva Prates
2ª Suplente: Maryene Mesquita Mota
3ª Suplente: Amanda Freitas Souza

SECCIONAL UBERLÂNDIA

Coordenadora: Yasmine Soares Ferreira
Tesoureiro: Rodrigo Valadares
Secretário: Renato Mateus de Santana
1ª Suplente: Priscila Sampaio da Silva
2ª Suplente: Kelly A. de Oliveira Rufino
3º Suplente: Warles Rodrigues Almeida

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

07

CONJUNTO CFESS-CRESS EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS FRENTE À COVID-19

18

A TENDÊNCIA À DESPROFISSIONALIZAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS EM DEBATE

31

SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICAS TERAPÊUTICAS: UMA TENDÊNCIA REATUALIZADA EM TEMPOS DE PANDEMIA

43

ESTUDO SOCIOECONÔMICO: NOTAS PARA SUA EXECUÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

56

O SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA: REFLEXÕES SOBRE ESTE CAMPO DE ATUAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

67

GRUPO DE ESTUDOS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: MEIA DÉCADA DO GEFEPSS NO DEBATE DA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

78

O DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL E OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

85

A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARIANA/MG

95

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

A Revista Conexão Geraes completa uma década em 2022. São quase dez anos contribuindo com assistentes sociais de Minas Gerais e de todo o Brasil e reafirmando o compromisso do CRESS-MG com o estímulo, a valorização e a visibilidade da produção teórica e científica dessa categoria profissional com destaque às e aos profissionais que atuam no estado.

Em sua 13ª edição, pela primeira vez, a revista está sendo composta por artigos enviados pelas próprias e próprios profissionais através de edital. Os trabalhos foram avaliados por uma equipe de pareceristas que selecionaram os cinco textos da presente edição. Os demais artigos foram elaborados a partir de um convite do Conselho às suas autoras e autores, especificamente para complementar as discussões cujo tema central é o “Trabalho e formação profissional na atualidade”.

O objetivo é trazer para a categoria as múltiplas expressões da “questão social” e os desafios presentes no cotidiano do trabalho profissional, debatendo os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social brasileiro. Faz-se presente, também, desafios e possibilidades para a formação e o trabalho profissional na perspectiva do projeto ético e político diante da crise do capital agravada pela pandemia que, por sua vez, traz “velhas” e novas demandas para a formação e o exercício profissional.

Sabemos que essa edição vem a público numa conjuntura adversa, seja pela crise do capital e seus impactos em uma sociedade de capitalismo dependente, seja pela pandemia da Covid-19 ou pela ascensão de governos de extrema direita. Tal cenário recoloca com urgência alguns debates e lutas em defesa da vida, dos direitos e da natureza. É diante dessas determinações que os artigos presentes nesta edição contribuem para o amadurecimento e a construção de estratégias no âmbito da formação e do trabalho das e dos assistentes sociais.

Desta forma, abrimos esta edição com um artigo da autoria de Euler Campos, Isabella Alves e Sara Lima que se debruça sobre as produções do Conjunto CFESS-CRESS a partir de análise dos materiais e notícias divulgadas no site do CFESS e dos CRESS de todo o país, em particular, daquelas relacionadas às orientações técnicas que tratam da atuação profissional durante o período pandêmico.

Em que pese o fato de a pandemia ter exposto profissionais a requisições estranhas ao seu fazer profissional e divergentes daquelas hegemonicamente construídas no bojo da profissão, as autoras, em seus achados, demonstram que as orientações do Conjunto caminham na direção da defesa de um projeto societário comprometido com a classe trabalhadora, portanto, condizente com o projeto ético e político do Serviço Social brasileiro.

Além disso, este foi um momento em que vários CRESS do Brasil envidaram esforços para construir espaços de aprimoramento intelectual e de formação continuada para a categoria profissional, reafirmando, assim, o posicionamento político em defesa da Seguridade Social e das demais políticas públicas, bem como, com importantes pautas da classe trabalhadora, a exemplo da defesa da ciência, da vacina para todas e todos e do auxílio-emergencial.

No segundo texto, as autoras Alexandra Eiras, Érika Martins e Nanci Simões trazem uma discussão acerca da tendência à desprofissionalização do exercício profissional da categoria, observada a partir de dois espaços sócio-ocupacionais distintos: a Seccional Juiz de Fora do CRESS-MG e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Minas Gerais – (IF Sudeste/MG). Ao situar o Serviço Social no contexto sócio-histórico do Século 21, as autoras apontam sugerem a hipótese de que as e os profissionais estão sendo requisitados para desenvolver ações que não compõem as atribuições profissionais privativas regulamentadas pela Lei 8.662/93, o que corrobora por enfraquecer a identidade profissional.

O terceiro artigo, escrito por Ana Carolina Rodrigues e Luciana de Paula, traz reflexões sobre o Serviço Social e as práticas terapêuticas, abordando o “Serviço Social Clínico” a partir de análise dos registros audiovisuais do “2º Seminário Serviço Social Clínico – um debate inadiável”. As autoras defendem que o projeto societário denominado conservador tem se utilizado do contexto pandêmico para tentar atualizar e potencializar técnicas já superadas pela profissão, como as práticas terapêuticas e o Serviço Social Clínico, que dirigem à categoria requisições indevidas e que não compõem as atribuições e competências profissionais presentes na lei que regulamenta a profissão, sendo incompatíveis com o projeto profissional hegemônico do Serviço Social.

No quarto artigo, o assistente social Ludson Martins nos presenteia com uma brilhante discussão acerca do estudo socioeconômico, desde a sua origem até a atualidade, perpassando por diferentes abordagens teóricas tradicionais e contemporâneas. No decorrer do texto, é possível compreender o contexto histórico de surgimento da ava-

liação socioeconômica, bem como da seleção socioeconômica, usadas no processo de reconhecimento de direitos, tendo como base o princípio de seletividade das políticas sociais. Por fim, tece algumas considerações sobre o estudo socioeconômico na atualidade, enquanto técnica utilizada no Serviço Social, que requer compromisso ético, político e teórico, com vistas à garantia de direitos da população atendida.

Já o quinto artigo, de autoria de Maria José Lima, Raquel Mesquita e Viviane Oliveira, propõe reflexões sobre o Serviço Social de empresa, abordando o resultado de um estudo feito por elas, em 2020, período mais crítico da Covid-19, com profissionais de Minas Gerais que atuam nesta área. As autoras destacam as dificuldades vivenciadas pelo Serviço Social nesta fase, buscando conhecer as estratégias de intervenção criadas pelo Serviço Social para responder às demandas que chegavam ao setor. O texto contextualiza a inserção da categoria neste espaço e mostra como o atual cenário requer uma atuação crítica, criativa e de redescoberta do agir profissional a partir das demandas emergentes impostas à profissão neste espaço ocupacional.

Escrito por integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (Gefepss) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), o sexto artigo sistematiza experiências construídas pelo coletivo desde a sua criação, há quase 6 anos. Todas elas desenvolvidas a partir da análise conjuntural e em resposta a demandas de estudantes que reivindicavam um espaço de discussão. O texto mostra que, além de proporcionar debates fundamentais para profissionais e estudantes, qualificando a dimensão político-organizativa destes com vistas à materialização do projeto ético-político para além dos muros institucionais, o Gefepss contribui para qualificar pesquisadoras e pesquisadores.

A palestra proferida pelo assistente social Júlio Lopes, em uma atividade do CRESS-MG em que ele abordou os desafios postos ao Serviço Social frente ao desmonte da Seguridade Social, se transformou no sétimo artigo desta Revista. Ao percorrer a conjuntura histórica brasileira, sobretudo a partir da Constituição de 1988 com o advento da Seguridade Social, o autor particulariza o

Serviço Social brasileiro, chamando a atenção para o fundamental papel desta profissão nos processos de lutas da classe trabalhadora, a partir dos mais variados espaços sócio-ocupacionais que compõem a Seguridade Social. Portanto, é um texto com uma análise conjuntural sobre os desafios contemporâneos colocados à profissão e a sua categoria profissional.

Também fruto de uma palestra organizada pelo Conselho, foi sistematizado o oitavo artigo desta edição. Na atividade, o 3º Encontro Estadual das Unidades de Formação Profissional (UFAS), a autora, Júlia Ferrari, supervisora de campo, aborda o estágio curricular supervisionado em Serviço Social no contexto pandêmico, através de sua experiência e a de suas estagiárias no atendimento a mulheres em situação de violência no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Mariana (MG). Trata-se de uma experiência exitosa no retorno do estágio curricular em Serviço Social, na modalidade remota, depois de um ano suspenso, e o artigo não deixa, contudo, de explicitar os prejuízos trazidos por este formato.

Os impactos da Covid-19 na formação profissional e particularmente no estágio supervisionado em Serviço Social é o tema do nono e último artigo desta edição da Revista Conexão Geraes. De autoria da discente da PUC Minas, Tayrini Pereira, o texto traz elementos da realidade brasileira, o papel do Estado no enfrentamento da pandemia e as ações desastrosas do governo federal, sobretudo na Saúde, área em que a autora fez o estágio supervisionado durante o período pandêmico. O texto destaca, ainda, os dilemas agravados pela dificuldade do trabalho em rede e a supervisão de estágio crítica como possibilidade de desvendar a conjuntura, não naturalizando o cotidiano, mas discutindo seus limites e as potencialidades.

A síntese das reflexões apresentadas nesta edição, nos convida a romper com as leituras unilaterais no cotidiano, ou seja, leituras com vieses ora fatalistas, ora messiânicos, conforme nos convoca Marilda Yamamoto, em “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” (2015). A tendência fatalista superestima a lógica do sistema capitalista e da dinâmica da política social colocando em xeque a possibilidade de nós, como sujeitos profissionais, atribuirmos direção às atividades que realizamos.

A tendência messiânica subestima as determinações estruturais e profundas contradições que atravessam o cotidiano do trabalho, acreditando que apenas a vontade política das e dos profissionais poderiam resolver nossas questões. As alternativas profissionais não saem de uma “cartola mágica”, as possibilidades estão dadas na realidade e cabe a nós nos apropriarmos dessas possibilidades e materializá-las em projetos e frentes de trabalho com propostas criativas na perspectiva de viabilizar o acesso aos direitos. Afinal, como já aprendemos com Cecília Meireles: “A vida só é possível reinventada”.

Boa leitura!

Comissão Organizadora da Revista Conexão Geraes.

CONJUNTO CFESS-CRESS EM TEMPOS DE PANDEMIA: uma análise das orientações acerca da atuação de assistentes sociais frente à Covid-19

Euler Antônio Campos¹

Isabella da Paixão Alves²

Sara Izabeliza Moreira Lima³

RESUMO:

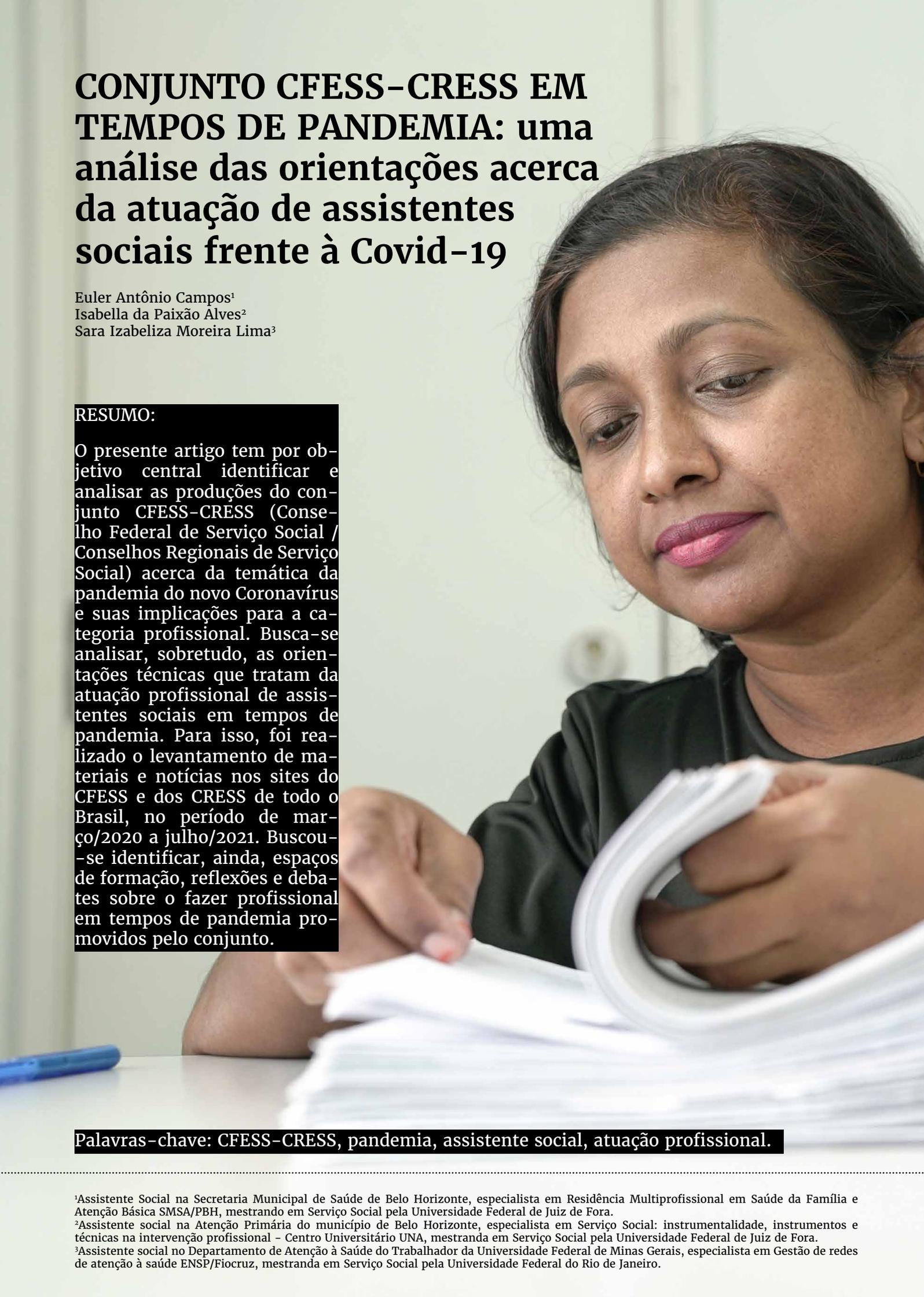
O presente artigo tem por objetivo central identificar e analisar as produções do conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social / Conselhos Regionais de Serviço Social) acerca da temática da pandemia do novo Coronavírus e suas implicações para a categoria profissional. Busca-se analisar, sobretudo, as orientações técnicas que tratam da atuação profissional de assistentes sociais em tempos de pandemia. Para isso, foi realizado o levantamento de materiais e notícias nos sites do CFESS e dos CRESS de todo o Brasil, no período de março/2020 a julho/2021. Buscou-se identificar, ainda, espaços de formação, reflexões e debates sobre o fazer profissional em tempos de pandemia promovidos pelo conjunto.

Palavras-chave: CFESS-CRESS, pandemia, assistente social, atuação profissional.

¹Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, especialista em Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Atenção Básica SMSA/PBH, mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

²Assistente social na Atenção Primária do município de Belo Horizonte, especialista em Serviço Social: instrumentalidade, instrumentos e técnicas na intervenção profissional - Centro Universitário UNA, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

³Assistente social no Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Gestão de redes de atenção à saúde ENSP/Fiocruz, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus chegou ao Brasil desvelando a profunda crise que o país experienciava há alguns anos. Crise percebida no âmbito social, político, econômico e, em especial nesse contexto, sanitário. Em 2020, primeiro ano da pandemia, o Brasil já perdia quase 250 mil pessoas, batendo a marca de mais de 4.000 mortes em apenas um dia. O projeto político ultraneoliberal e conservador, que teve como principal figura o atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, em encontro com o sucateamento já estruturado nas ofensivas efetivadas e materializadas pelas contrarreformas⁴ dos governos anteriores, fomentou e possibilitou o alcance destas marcas, bem como o aprofundamento dos índices de desemprego, insegurança alimentar, violência e pobreza no Brasil.

O momento histórico atual se apresenta como novo, mas recoloca a estruturação do capitalismo que vem ciclicamente produzindo e reproduzindo crise desde a década de 1970⁵, especialmente em países de capitalismo dependente como o Brasil. Assim, a situação pandêmica mundial parecia, a priori, colocar em xeque os sistemas de saúde, mas na verdade desvela os problemas estruturais do sistema capitalista, acirrando as diversas expressões da Questão Social⁶.

Desta forma, a considerar que o Serviço Social brasileiro tem a Questão Social como eixo central de seu trabalho e lidando com as suas diversas expressões na atuação profissional, o cenário que se desenha demanda das/os assistentes sociais uma constante reflexão crítica da realidade na busca por apreender as mediações históricas que são produzidas e reproduzidas pelo capital, tanto em seus espaços sócio-ocupacionais quanto no âmbito político.

Enquanto profissão, as políticas sociais são as maiores demandantes do trabalho da/o assistente social (IAMAMOTO, 2012), colocando assim o/a profissional na linha de frente da atuação durante a pandemia, em

seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Assim, nesse contexto que coaduna o adensamento das refrações da Questão Social e o histórico processo de desmonte das políticas sociais, o atual momento coloca desafios para todas as profissões, apresentando também particularidades e determinantes específicos ao trabalho das/dos assistentes sociais, sendo necessário robustecer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nesse sentido, o conjunto CFESS-CRESS reafirma seu protagonismo político enquanto entidade organizativa junto à profissão. Assume, assim, seu caráter de orientador e reafirma o projeto ético-político profissional ao se posicionar, como historicamente vem fazendo, sobre as pautas mais relevantes acerca da pandemia e dos direitos da população brasileira frente à crise sanitária, além de construir atualizadas orientações acerca da atuação profissional no tempo presente.

Desse modo, no presente artigo, buscou-se realizar um levantamento da produção do conjunto CFESS-CRESS acerca da temática da pandemia, suas orientações sobre o exercício profissional, espaços de discussão, demarcações e posicionamentos políticos em momentos tão duros como o que vivemos nos últimos tempos. A pesquisa foi realizada em consulta aos portais eletrônicos do CFESS e dos 27 CRESS dos estados brasileiros. Faz-se imprescindível, nesse momento, fortalecer estratégias de atuação alinhadas ao projeto da profissão calcado na teoria social crítica, buscando se aproximar do real e da compreensão da totalidade da vida social, sempre em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

2 A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: DESVELANDO A CRISE

A pandemia do novo Coronavírus surge com seus primeiros casos na cidade de Wuhan na República Popular da China no fim do ano de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi

⁴Para saber mais consultar: BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

⁵Para saber mais consultar: MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo, 1982. Editora: Abril Cultural.

⁶Marilda Iamamoto conceitua Questão Social como “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente (...)” (IAMAMOTO, 2001, p.11).

alertada sobre uma série de casos de pneumonia nesta cidade e em 07 de janeiro de 2020 as autoridades chinesas confirmaram se tratar de um novo tipo de coronavírus. Nomeado em 11 de fevereiro de 2020 como SARS-CoV-2, esse é o vírus responsável pela infecção da COVID-19. Dessa maneira, em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e em 11 de março de 2020, pelo entendimento de uma distribuição geográfica em várias regiões e países do mundo, foi caracterizada como uma pandemia. (OPAS/OMS, 2020)

No Brasil, emblematicamente, a primeira morte registrada pela doença foi de uma empregada doméstica, contaminada no contato com sua empregadora que havia viajado para a Itália. Hoje é possível perceber o significado desta morte em relação ao impacto da pandemia em território brasileiro, pois, embora o vírus possa acometer todas as pessoas, as condições impostas pelo contexto ultraneoliberal⁷ foram decisivas para que a doença assolasse de maneira mais drástica e significativa a classe trabalhadora.

Desse modo, a pandemia deixou mais explícitas as contradições das relações sociais no sistema capitalista. Não há como encarar o novo Coronavírus e suas consequências como um agente totalmente externo, uma vez que as formas de vida e sociabilidade na sociedade burguesa são, inclusive, produtoras de doenças. Os impactos de um vírus de alta transmissibilidade, possivelmente, não teriam as mesmas consequências em outro sistema, uma vez que as condições de vida, condições de trabalho, sanitárias, de moradia, dentre tantas outras, são fatores decisivos nesse contexto.

Lara já anunciava em maio de 2020:

Lamentavelmente, o resultado da pandemia do coronavírus (Covid-19) é catastrófico. O direito à vida tornou-se o único direito humano que as nações do mundo tiveram que incluir em suas agendas e, em seguida, a intervenção dos Estados com a relação à destinação de recursos para combater o coronavírus (Covid-19) foi o remédio para o momento. As consequências econômicas e políticas dessas medidas ainda estão em curso, mas uma das poucas certezas é que a conta não tardará a chegar para a classe trabalhadora de todos os continentes. O vírus pode não escolher a classe social, mas as classes subalternas são as mais atingidas. Quando os desempregados, favelados, moradores de rua, comunidades quilombolas, tribos indígenas e trabalhadores informais não morrem pela doença, eles encontram as maiores dificuldades na assistência médica e nas políticas de enfrentamento da crise sanitária. (LARA, 2020, p.56)

Anterior ao deflagramento da pandemia, em 2018 o Brasil já chegava a 14.830 milhões de brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza e aumento de trabalhadores informais que supera o número de trabalhadores formais (Yazbek, 2018). Ao emergir a pandemia nos deparamos, para o enfrentamento ao vírus, com uma conjuntura prévia de desmonte das políticas sociais e uma dura política de austeridade fiscal que coloca em xeque o modelo privatista em saúde, e que demonstra que para proteger uma população de um vírus espalhado em escala global a saúde precisa ser um bem público. (LARA, 2020)

Mascaro (2020) ressalta que as questões relativas à saúde coletiva não podem ser resolvidas em um contexto de capitalismo, isso porque em um sistema onde tudo é mercadoria, a saúde não consegue escapar desta determinação. Então, um Sistema Único de Saúde (SUS)

⁷Especialmente no Brasil, neste ciclo de liberalismo ultra-acirrado (ultra-neoliberalismo), as práticas vêm sendo reorientadas por um conservadorismo de direita, também exacerbado (que denominamos ultraneoliberalismo), uma vez que recorre ao fascismo. Seria uma nova etapa do projeto neoliberal, com a conjugação de um projeto ultraconservador, que busca naturalizar desvalores, para legitimar o neofascismo e que vai repercutir – diretamente – nos estratos mais baixos da classe trabalhadora, uma vez que estes são vistos como mais dispensáveis.” (MATOS. BORGES. 2020. p.80)

que nunca conseguiu ser totalmente público, nesse momento vem sofrendo ainda mais com a influência da lógica privatista.

Além de toda a situação de desmonte das políticas sociais, desemprego e fome, o contexto em muito agravou-se com a resistência do governo brasileiro, sobretudo na figura do presidente Jair Bolsonaro, em adotar medidas sanitárias e de isolamento social, bem como seguir recomendações dos órgãos internacionais e as orientações científicas. Avolumou-se a esse contexto uma campanha de vacinação tardia e lenta. Em abril de 2021 foi instaurada no Senado Federal a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da COVID-19) com objetivo de apurar as falhas e omissões do Governo Federal no enfrentamento à pandemia.

O Serviço Social, enquanto profissão de caráter interventivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, lida cotidianamente com as diversas expressões da Questão Social e nesse momento de crise sanitária esteve e está na linha de frente do combate ao novo coronavírus não só na Política de Saúde, mas em seus diversos espaços sócio ocupacionais que, em muito, se configuram como serviços essenciais à população brasileira.

Dessa forma, o conjunto CFESS-CRESS, órgãos de representação da categoria, tem um importante papel político e organizativo da categoria profissional. Por esse motivo busca-se explicitar e ressaltar as principais ações e produções do conjunto CFESS-CRESS, servindo de base para a atuação de assistentes sociais em um contexto pandêmico tão ímpar na história recente da humanidade.

3 AÇÕES DO CONJUNTO CFESS-CRESS

O CFESS e os CRESS funcionam conjuntamente enquanto autarquia federal, regulados pela lei nº 8.662 de 1993, com o objetivo de “disciplinar e defender o exercício da profissão”. Para além dos objetivos “legais”, o conjunto vem defendendo, ao longo dos anos, um projeto político profissional crítico, construído coletivamente nos diferentes espaços, orientado por “um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade, em oposição à ordem do capital, o que pressupõe a superação de todas as formas de opressão e exploração” (CFESS, 2019).

A pandemia da COVID-19 impactou diretamente o cotidiano da população de todo o mundo. Cabe ressaltar que as/os assistentes sociais, majoritariamente, atuam na “linha de frente” do enfrentamento da pandemia em seus diversos espaços sócio ocupacionais. A situação materializa algumas requisições institucionais às e aos profissionais com tendência às ações divergentes daquelas construídas pelo projeto profissional. Nesse aspecto, o conjunto CFESS/CRESS se organiza para oferecer subsídios e defender as ações profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, publicando diversas notas e orientações para a categoria em seu exercício profissional em meio a esta nova realidade social, econômica, política, sanitária, cultural, dentre outros.

Com o objetivo de conhecer a produção feita pelo conjunto, foi realizado um levantamento nos sites do CFESS e CRESS de todo o Brasil no período que compreende os meses de março de 2020 a julho de 2021. Para realização desta busca foram apuradas as abas de notícias dos referidos sites, assim como, considerados os descritores “COVID-19” e “Pandemia”. A partir desta busca, identificou-se materiais e notícias que tratam sobre o tema e que foram alvo de produções e/ou ações pautadas pelo CFESS/CRESS.

Cabe ressaltar que todos os CRESS dos estados brasileiros possuem sites, embora apresentem-se de maneira heterogênea na sua maneira de organização e exposição das informações. Dessa forma, encontramos algumas limitações na pesquisa em relação às informações, uma vez que possuem ferramentas diferentes e, em alguns, a maneira de pesquisa é mais limitada que em outros, embora tenha-se buscado apreender o máximo de informações acerca da temática da COVID-19 presente nesse canal direto de comunicação e orientação tão importantes para a categoria profissional. Ainda, pela dificuldade aqui exposta, no presente artigo não há uma tentativa de realizar uma análise quantitativa evitando incorrer em equívocos, mas sim realizar um importante levantamento que permita avaliar e demarcar, de maneira positiva e qualitativa, as produções e ações do conjunto CFESS-CRESS durante a pandemia.

Nesse sentido, inicia-se a exposição acerca das orientações produzidas pelo CFESS para que, posteriormente, seja possível se

debruçar sobre o conteúdo encontrado nos sites dos CRESS dos estados brasileiros.

Vale destacar que em pesquisa nas plataformas acadêmicas foi possível identificar uma análise elaborada pelas assistentes sociais e professoras da Universidade Federal de Santa Catarina Fabiana Luiza Negri, Maria Teresa dos Santos e Tânia Regina Krüger, em abril de 2020, acerca das orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS sobre as competências e atribuições das assistentes sociais em razão da pandemia. Esse artigo em muito contribuiu para a discussão acerca das orientações técnicas elaboradas, embora, mais de um ano depois de sua produção, possa-se trazer novas análises e avaliar como tem sido o direcionamento das entidades CFESS-CRESS acerca do tema para o coletivo de assistentes sociais.

3.1 Análise das publicações do CFESS

Ao analisar o conjunto de orientações fornecidas pelo CFESS, nota-se que as primeiras produções publicadas por essa entidade datam de 18 de março de 2020, dando ênfase nas orientações produzidas por órgãos e autoridades sanitárias e de saúde pública em território brasileiro. No primeiro documento, denominado “Orientações sobre o exercício profissional diante da pandemia do coronavírus (COVID-19)”, são reforçados os marcos de regulamentação da profissão, na perspectiva técnica e ética, bem como, em relação às condições de trabalho (resolução CFESS nº 493/2006). O primeiro texto que contém orientações discute, ainda que brevemente, sobre o atendimento por videoconferência/remoto/online, demarcando a autonomia profissional na utilização dessa ação, resguardando os preceitos éticos e qualidade do serviço.

A segunda manifestação produzida pelo CFESS foi publicada no dia 23 de março de 2020, por meio do boletim CFESS Manifesta “Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social”. O documento reúne as principais dúvidas recebidas pelo CFESS sobre o trabalho da categoria e, em conjunto com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), buscou responder a

oito perguntas elencadas pelo conjunto. No boletim, o conselho analisa a conjuntura e expõe os impactos da pandemia no Brasil. Além disso, reafirma seu posicionamento político em defesa da Seguridade Social e das políticas públicas de saneamento, habitação, trabalho e renda, bem como demarca a sua atribuição de cobrar às instituições empregadoras as condições éticas e técnicas para a realização do trabalho do/a assistente social em conjunto com o movimento sindical. No documento o CFESS reforça as bases regulamentadoras da Profissão (Lei 8.662/1993), o Código de Ética Profissional e a resolução CFESS nº 493/2006, como orientadores para a categoria no que diz respeito às condições éticas e técnicas adequadas para a realização do trabalho. Por fim, retomam o debate sobre o atendimento remoto, apontando a possibilidade de utilização excepcional para o atendimento social, ressaltando a incompatibilidade da ferramenta para a realização de algumas atribuições profissionais, como “avaliação social para concessão de benefícios sociais, [...] estudo social e parecer social” (CFESS, 2020a). Com o avanço da pandemia, naquele mesmo mês, o CFESS lança a Orientação normativa 3/2020, que “dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais”, reafirmando que estas ações de comunicação não constituem atribuição ou competência profissional, atualizando subsídios para a temática, que já possuía importantes orientações anteriores à pandemia.

O debate em torno da realização das atividades não presenciais ganha destaque por se tratar de estratégia importante para impedir o avanço da contaminação da população pelo novo coronavírus. O cenário de incorporação de tecnologias informatizadas de comunicação já vinha se aproximando da prática de assistentes sociais e, no presente contexto sanitário, permitiu seu avanço em diversos campos de atuação profissional. Neste horizonte, destaca-se a posição pública, apresentada em maio de 2020, “contrária à realização de perícias socioeconômicas no formato eletrônico” frente à decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fundamentando a partir da impossibilidade técnica relativa à complexidade dos procedimentos re-

queridos para a emissão de opinião técnica na perícia social. Ainda, em 31 de julho de 2020, o CFESS divulga importante nota onde contribui na reflexão sobre os impactos desse “novo modo de trabalho”, na busca por oferecer à categoria

elementos para que as particularidades de cada espaço sócio-ocupacional possam ser reconhecidas e debatidas entre os/as assistentes sociais, a fim de produzir planos de trabalho que possam atender às demandas do tempo presente e, ao mesmo tempo, implementar estratégias de defesa das atribuições e competências profissionais na oferta de serviços sociais à sociedade brasileira. (CFESS, 2020b)

Nos meses que se seguiram dos anos de 2020 e 2021, o CFESS ainda organizou uma série de publicações com o nome “Coronavírus: e quem trabalha com...”, que apresentou entrevistas de assistentes sociais de diversas áreas de atuação, como o INSS, a política de assistência social, o sistema prisional, dentre outros, sendo um importante acúmulo sobre experiências e reflexões profissionais no cenário pandêmico.

Ainda, o CFESS demarcou a sua histórica defesa por pautas importantes à classe trabalhadora, como a luta pela continuidade do auxílio emergencial⁸ sem redução dos valores; pelo direito ao acesso à vacinação para toda a população brasileira; e, especialmente, a defesa do Sistema Único de Saúde e da Seguridade Social, reforçando as bandeiras de luta da categoria e do projeto ético-político.

Salientamos ainda o importante registro do CFESS em criar um memorial no site do CFESS para aqueles profissionais que morreram vítimas do coronavírus. O espaço em memória registra posicionamento de “luto e luta”, construído conjuntamente com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

3.2 Análise das publicações do CRESS

Cabe ressaltar que todos os CRESS dos estados brasileiros estiveram em consonância com as medidas de isolamento social, descrevendo as maneiras como a categoria de assistentes sociais seria atendida remotamente pela entidade no contexto da pandemia, divulgando modos de acesso via telefone e e-mail, por exemplo. Dessa forma, diversas portarias tratam do funcionamento das seccionais e da dinâmica de trabalho de seus funcionários.

Com relação aos resultados encontrados a partir da pesquisa nos sites dos CRESS acerca da temática COVID-19, busca-se aqui destacar alguns dos pontos mais recorrentes, que sistematizamos nos três seguintes eixos: Recomendações e Orientações; Formação Profissional e Educação Permanente; e Posicionamento Político. Essa metodologia permitiu a categorização por similaridade de manifestação dos CRESS.

3.2.1 Recomendações e Orientações

Neste eixo foram aglutinadas todas aquelas publicações que tinham como conteúdo recomendações e orientações sobre o exercício profissional. Nas análises, identificamos que todos os CRESS emitiram pelo menos uma nota própria relativa a este eixo.

Em consonância com CFESS, os CRESS divulgaram em suas páginas oficiais as orientações publicadas por aquele. Além disso, produziram notas e orientações específicas considerando a realidade de cada região. Destacamos as orientações direcionadas aos assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tiveram um papel importante desde o início da pandemia frente ao agravamento da condição de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras diante da pandemia. Em todos os estados percebe-se a reiterada necessidade de construir o diálogo com as instituições

⁸“É um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2021).

empregadoras na busca por assegurar condições técnicas e éticas para o exercício profissional. Em quase sua totalidade, os CRESS manifestaram sobre incompatibilidades requisitadas à/ao assistente social, característica do longo processo de precarização do trabalho e das políticas sociais.

Como exemplo a nota emitida pelo CRESS-MT 20º Região em março de 2020 que versava sobre o exercício profissional de assistentes sociais mato-grossenses, no contexto da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). A nota além de apresentar as orientações sobre as medidas de prevenção frente à pandemia, reitera o direito dos assistentes sociais em relação a sua autonomia profissional não sendo obrigadas/os a prestarem serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções, como, por exemplo: fazer triagem de casos clínicos de usuários nas unidades de saúde; preenchimento do formulário de notificação em casos de pacientes sintomáticos ao coronavírus; repasse de boletim médico aos familiares, pessoalmente e por telefone; comunicação de óbitos; atividades administrativas e suporte da recepção, dentre outras.

Analisando as postagens dos documentos próprios, percebe-se a reiterada referência ao Código de Ética profissional, à Lei 8.662/93 e à resolução CFESS 493/06, seguindo, de forma muito semelhante aos documentos escritos pelo CFESS, o que evidencia consonância de posicionamentos ético-políticos e técnicos. Essa percepção já se encontrava na análise de Negri, Santos e Kruger (2020) até março/abril de 2020 e não foram observadas modificações.

Destacamos a importante iniciativa percebida entre os conselhos regionais em criar canais diretos de comunicação entre as/os assistentes sociais e os setores de fiscalização. As Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) foram fundamentais para a construção de estratégias para assegurar a orientação e fiscalização das atribuições da/do assistente social. Ainda, as consultas para orientação subsidiaram uma série de documentos importantes para o diálogo com a categoria, como a exemplo da publicação “COFI Responde”, de 22 de Junho de 2020, do CRESS-MG, que seguiu modelo similar ao do CFESS, publicado em março daquele ano.

Cabe um importante destaque ao Código de Ética da/do Assistente Social, por ser um importante documento em que é reafirmada a importante vinculação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, dando os subsídios necessários para um fazer profissional crítico e alinhado à classe trabalhadora, em momento de aprofundamento da ofensiva do capital. O Código de Ética profissional foi defendido e reforçado em todas as ações avaliadas, demonstrando a importante construção coletiva na defesa radical da direção profissional crítica.

3.2.2 Formação profissional e Educação Permanente

Em relação a este eixo, concentra as propostas que buscam ofertar subsídios teóricos e o debate crítico para a categoria profissional. Aqui, reunimos para análise documentos e ações que articulavam, no momento atual,

as condições macrosociedadeiras que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. (CFESS, 2012)

Destacaram-se as recomendações da suspensão das atividades presenciais de ensino, resguardando as medidas de biossegurança, resultando consequentemente na suspensão da supervisão direta de estágio. O Estágio Supervisionado em Serviço Social é parte do processo de formação dos estudantes de Serviço Social que pressupõe a orientação acadêmica bem como a inserção no campo de estágio. Os CRESS, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, da Resolução CFESS nº 533 e da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, possuem como prerrogativa o acompanhamento dos supervisores de estágio e o credenciamento de campos de estágio e Instituições de Ensino. O CFESS-CRESS, conjuntamente com a ABEPSS e a ENESSO orientaram a suspensão dos estágios, con-

siderando a não apresentação de condições necessárias para sua realização que garantisse a qualidade e o cumprimento dos requisitos formativos e normativos, além das condições de segurança para estudantes, supervisores e docentes (ABEPSS, 2020).

Dessa forma, foi recorrente nos sites dos CRESS orientações acerca do estágio supervisionado em contexto de pandemia, bem como transmissões ao vivo e rodas de conversa para debater a situação de estagiários, supervisores e docentes. Um exemplo foram as atividades desenvolvidas pelas/os assistentes sociais da região sul do país, através do Fórum em Defesa da Formação e do Trabalho de Qualidade da Região Sul, que organizaram ciclos de debates para discutir o estágio supervisionado e, dessa forma, foi realizada uma pesquisa entre as instituições de ensino dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina com o objetivo de compreender os impactos da crise sanitária no desenvolvimento das atividades de estágio. (ZACARIAS, 2021)

A partir da pesquisa aos sites, foi verificado que os CRESS de todo o país realizaram diversas transmissões ao vivo que versavam sobre temas relativos ao trabalho do assistente social na pandemia, supervisão de estágio e os desafios da atuação nas diferentes políticas. As transmissões ao vivo e atividades formativas virtuais oportunizaram a manutenção de uma agenda de educação permanente para a categoria. Observamos que os CRESS de todo o país se adaptaram às plataformas virtuais, elaborando novas abordagens de aprendizagem e interlocução com a categoria profissional, seguindo as orientações dos órgãos sanitários e cumprindo as medidas de distanciamento social.

Destacam-se exemplos como o do CRESS Rio de Janeiro - 7^o Região que realizou diversas oficinas de forma remota no mês de maio em que se comemora o dia da/do assistente social. Estas oficinas tiveram como foco compreender, trocar e orientar sobre a prática profissional no período da pandemia; a convocação para uma coletânea, como no caso do CRESS Ceará - 3^a região; o “Seminário Nacional Serviço Social na Saúde no enfrentamento à COVID-19”, parceria entre UFPE e o CRESS Pernambuco - 4^a Região; e o Seminário “O trabalho profissional do Assistente Social no Espírito Santo no contexto da

COVID-19, fruto do trabalho realizado entre o Grupo de Estudos dos Fundamentos da Política Social e Serviço (Lótus), vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFES e o CRESS Espírito Santo - 17^a Região; e a roda de conversa sobre os “Desafios Para a Materialização do Trabalho da e do Assistente Social na Saúde durante a Pandemia” realizada pelo CRESS Minas Gerais - 6^a Região.

Ainda, é importante mencionar as construções realizadas com os Núcleos de Assistentes Sociais (NAS) nas seccionais, onde observamos atividades formativas que dialogam com as diversidades regionais dentro do mesmo estado, a exemplo do curso denominado “Práxis e Serviço Social”, idealizado pela Seccional Uberlândia do CRESS Minas Gerais.

Analisando as plataformas digitais percebemos que houve um grande número de atividades de formação e com expressivo alcance de assistentes sociais. Ainda, nota-se a manutenção de um alinhamento crítico e na defesa do projeto ético-político hegemônico da profissão.

3.2.3 Posicionamento Político

Neste eixo consolidaram as notas, ações e manifestações em torno de lutas políticas e sociais, bem como posicionamentos frente a temas tão difíceis na conjuntura atual. Reforçando as construções coletivas ao longo dos últimos anos pelo conjunto, consolidadas nas bandeiras de luta profissional, aglutinamos as publicações com conteúdos estruturados na “defesa da profissão, da seguridade social e dos direitos humanos”. (CFESS, 2019)

Na análise, identifica-se a posição das entidades em defesa da inclusão do/as assistentes sociais como grupo prioritário na campanha de vacinação contra a COVID-19 em conformidade com a resolução n^o 287, de 8 de outubro de 1998, do Conselho Nacional de Saúde, que considera a/o Assistente Social como profissional de saúde de nível superior. Um exemplo desta ação foi a solicitação realizada pelo CRESS-DF - 8^o Região junto a Secretaria de Saúde do Distrito Federal para a inclusão do/as assistentes sociais na primeira fase da campanha de vacinação.

Além da defesa da vacinação da categoria, que esteve desde o início da pandemia na “linha de frente”, os CRESS de todo o país, se posicionaram a favor de uma campanha de imunização efetiva para toda a população através do Sistema Único de Saúde (SUS). Aqui, vale destacar a importante articulação entre o projeto ético-político e o projeto da Reforma sanitária⁹, organizado enquanto bandeira política profissional, inscrita na “defesa do SUS 100% estatal, universal e de qualidade” (CFESS, 2019)

Destaca-se, em fevereiro de 2021, a nota publicada pelo CRESS RJ - 7º Região que explicita seu posicionamento político e sua articulação com as mobilizações do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, em defesa do SUS e da vacinação efetiva e imediata para toda população. No mesmo mês, o CRESS SP - 9º Região também publicou nota explicitando seu posicionamento em relação a vacinação no estado de São Paulo, reafirmando que a defesa da vacinação é a defesa da vida, reiterando sua vinculação pela ampliação das políticas públicas, pela revogação da Emenda Constitucional 95, por renda básica para todas/os, por moradia e vida digna a toda a população.

Em meio aos ataques direcionados às políticas que compõem a Seguridade Social, que foram acirrados durante a pandemia, os CRESS de todo o país reafirmaram seu posicionamento político contra o desmonte em curso, observado em diversas notas, atividades virtuais, dando destaque aos chamamentos da categoria para a construção de espaços organizados e atos públicos contra os ataques em curso. Demarcando, assim, um posicionamento junto à classe trabalhadora, reforçando o campo de luta em que se coloca a profissão em relação à seguridade social (CFESS, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual conjuntura, que desvela a crise sanitária vinculada ao novo coronavírus conjugada à herança histórica de desmonte das políticas sociais brasileiras, se desenha um novo cenário de aprofundamentos da ofensiva do capital. A condução e gestão da pandemia no Brasil realizada pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, sob o discurso anticência, não técnica, desfinanciada, precarizada, direcionada aos interesses do capital financeiro, coloca à/ao assistente social questões importantes à direção social da profissão, especialmente frente às requisições profissionais resultantes do projeto posto. No contexto da pandemia, ainda são colocadas dúvidas sobre o fazer profissional do/da assistente social, devido ao ineditismo dessa experiência na história recente da humanidade, reforçando a necessidade do conjunto CFESS-CRESS, bem como a ABEPSS e ENESSO, para construir reflexões críticas e respostas conjuntas para orientar o fazer profissional.

Nesse sentido, as consultas realizadas pelas autoras deste trabalho possibilitaram perceber o esforço dessas entidades em dar respostas à categoria profissional, contribuindo para uma intervenção de um profissional crítico e competente. Nesses termos, depreende-se que o trabalho do conjunto construiu um considerável acervo de documentos que permitiram a reapropriação do acúmulo crítico das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas profissionais. Ainda, permitiu construir espaços coletivos para a construção de possibilidades, como indicado por Matos (2020).

Foi possível identificar que, em termos de orientações acerca da atuação, não se encontra até julho de 2021 um cenário tão diferente do evidenciado pelo

⁹A Reforma Sanitária foi um movimento político que surgiu na década de 1970 no contexto da luta contra a ditadura, e tinha como principal bandeira de luta a defesa da saúde como um direito universal (BRAVO; MATOS, 2006).

levantamento de Negri, Santos e Kruger (2020). No entanto, nota-se a ampliação na divulgação das orientações e formas para acessá-las em todos os CRESS, diferente do apontado na análise inicial das autoras. Além da dimensão das orientações e notas acerca da atuação profissional, as entidades produziram um significativo esforço no que diz respeito à formação. Percebe-se o aumento de iniciativas de rodas de conversa, capacitações, transmissões ao vivo com docentes e profissionais de todo o Brasil. Outro destaque neste trabalho, é o fato de o conjunto CFESS-CRESS demonstrar o valioso papel político assumido ao se posicionar sobre questões tão relevantes ao longo da pandemia, como a orientação pela ciência, em meio ao discurso e políticas anticidência, à defesa do SUS e de uma vacinação universal, em meio às tentativas de privatização e desmonte da política de saúde, bem como a reivindicação de condições seguras de trabalho aos assistentes sociais de todo o Brasil, em meio à precarização do trabalho.

Por fim, mesmo diante de temeroso cenário, notamos a construção de reflexões e propostas pelo conjunto CFESS-CRESS, em tempo possível à realidade tão dinâmica, que coadunam respostas ao fazer profissional e à defesa da profissão com a defesa radical por um projeto de emancipação humana, demonstrando a atualidade do projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS Maurílio Castro. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate**. In: SERVIÇO Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro de. **As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade**. In: BRAVO, Maria Ines Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes. Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perguntas frequentes - Auxílio Emergencial 2021**. Brasil, 2021. Disponível em <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em 24 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sou Assistente Social e aqui estão minhas bandeiras de luta!** [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-Bandeira-deLutas-2019versaofinal.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **CFESS Manifesta: Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social**. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2020b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia**. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2020b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS** [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-E-DUCACAO-PERMANENTE.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. Revista *Temporalis*. Ano II, número 3. Brasília: ABEPSS, janeiro/junho, 2001. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf. Acesso em 31out.2020

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LARA, Ricardo. **Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social**. In: Revista *Libertas* - v. 20 n. 1 (2020). Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657/20731>. Acesso em 29 jul. 2021.

MASCARO, Alysson Leandro. **CRISE E PANDEMIA**. São Paulo: BOITEMPO, 2021.

MATOS, Maurílio. **A pandemia do coronavírus (Covid-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Rio de Janeiro: CRESS, 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%3%BAde-2.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

NEGRI, Fabiana Luiza; SANTOS, Maria Teresa dos; KRÜGER, Tânia Regina. **ATUAÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL EM FACE DA PANDEMIA DA COVID19: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ELABORADAS PELO CONJUNTO CFESS/CRESS**. Comitê Estadual SUAS-SC COVID-19, Santa Catarina, 2020. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/08/artigo_atuacaodoas.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponíveis em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 29 jul. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 21, ed. 1, 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 1 ago. 2021

ZACARIAS, Inez Rocha. **UM RETRATO DO ESTÁGIO E DA SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO SANTA CATARINA EM TEMPOS DE PANDEMIA**. BOLETIM ELETRÔNICO CRESS-SC, Florianópolis, ed. 77, 2021. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Boletim-77.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021

A TENDÊNCIA À DESPROFISSIONALIZAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: competências e atribuições privativas em debate

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Érika Alves Martins
Nanci Lagioto Hespanhol Simões¹

RESUMO:

Apresentamos as questões que perfazem o exercício profissional do (a) assistente social na atualidade (2012-2019), através dos dados do Setor de Fiscalização, na abrangência da Seccional Juiz de Fora /CRESS 6ª Região, e analisamos as requisições institucionais, os dilemas e as polêmicas na área da assistência estudantil na educação técnica-superior, no caso do IFSUDES-TEMG. Afirmamos como hipótese que no âmbito objetivo/subjetivo, o/a assistente social estaria sendo requisitado para desenvolver ações que implicam “abrir mão” de suas atribuições privativas em um movimento que contribui para descaracterizar a sua profissão e enfraquecer a identidade profissional, com implicações para a autonomia profissional.

Palavras-chave: Competências profissionais. Atribuições privativas. Posicionamento ético-político. Desprofissionalização.

¹Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (CRESS 3.891), docente da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora; pesquisadora na área de fundamentos do Serviço Social; pesquisadora do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas desde 2014; coordenadora da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”; diretora da FSS/UFJF (2018-2022). Érika Alves Martins (CRESS 5.777), assistente social do IFSUDESTMG; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas desde 2016; participante da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”. Nanci Lagioto Hespanhol Simões (CRESS 2.889), agente fiscal licenciada do CRESS 6ª Região - Seccional de Juiz de Fora; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas desde 2016; participante da pesquisa “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade”. A agente fiscal obteve autorização do Conselho Pleno do CRESS 6ª região para utilização dos dados decorrentes da fiscalização do exercício profissional, para a publicação de artigos e elaboração da tese de doutorado, que se encontra em andamento.

1 INTRODUÇÃO

O interesse em discutir o trabalho profissional e a tendência atual de desprofissionalização surgiu a partir de vivências e reflexões referenciadas pela inserção das autoras em espaços sócio-ocupacionais distintos: no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)/6ª Região, Seccional de Juiz de Fora, no Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI); na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG); e no exercício da pesquisa e da docência na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. As autoras integram o Grupo que desenvolveu a pesquisa intitulada “Fundamentação teórico-metodológica e posicionamento ético-político no Serviço Social: a ação profissional referenciada criticamente na atualidade (2006-2016)”, cujo objetivo atual é “produzir material textual, de cunho teórico-operativo, acerca da ação profissional crítica no Serviço Social desenvolvida em diferentes espaços sócio-ocupacionais, considerando as referências teórico-metodológicas do campo crítico-marxista” (EIRAS et al., 2020).

Neste artigo, problematizamos situações que têm sido recorrentes no exercício da profissão no século XXI. Tais situações conectam-se às transformações no âmbito das relações sociais capitalistas (NETTO, 1996), desde as alterações processadas na produção e reprodução desta sociedade global e interdependente, a partir dos anos 1970.

No Brasil, desde os anos 1990, observamos a persistência na retração da produção industrial, acentuada pela competição com os produtos importados (abertura fiscal); a redução dos postos de trabalho qualificados e o “desemprego estrutural”; e a alteração na gestão da força de trabalho (MOTA e AMARAL, 1998) que adaptou a redução do número de trabalhadores (as) à necessidade de produção e/ou serviço. O mercado de trabalho passa a exigir profissionais polivalentes, criativos e proativos, adaptáveis às situações novas, capazes de absorver e atender a requisições diversificadas. Diante dessas exigências, a linha divisória entre as profissões torna-se quase intangível, lançando os (as) profissionais em uma disputa acirrada e a uma busca frenética e contínua por qualificação para inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, na particularidade brasileira, o Estado organiza-se a partir do marco jurídico da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), desdobrando-se na organização de políticas sociais públicas, inéditas, como a universalização do acesso à saúde (SUS) e a participação do Estado na política de assistência social, através da LOAS, e efetivamente, do BPC. Avanços também no âmbito da Educação, no ensino fundamental, técnico e superior, com a responsabilidade do Estado em garantir condições para a permanência dos(as) discentes no processo de ensino.

O Serviço Social está imbricado nesses processos. As novas demandas do mercado de trabalho e a implementação das políticas sociais no marco da CF 1988, submetida aos governos de orientação neoliberal, expressaram-se na expansão do mercado de trabalho, mas, em condições precarizadas, abrindo uma distância entre postos de trabalho com vínculos estáveis e outros com vínculos temporários e salários inferiores.

A formação profissional também foi impactada pelo sucateamento das universidades públicas na década de 1990, e pela crescente oferta de vagas nas instituições de ensino superior privadas, fenômeno que foi acentuado na expansão de cursos privados na modalidade do “ensino à distância” (EAD). O número de assistentes sociais cresceu de modo exponencial face a um mercado de trabalho expandido e, mesmo assim, incapaz de absorver o conjunto dos (as) profissionais credenciados pelas instituições de ensino superior, gerando uma competição pelas vagas no mercado de trabalho, inclusive, no interior da profissão.

A pressão do novo perfil exigido pelo mercado e o número elevado de profissionais são condições objetivas que tensionam o exercício profissional, e tem implicações na organização da categoria, e nos rumos da profissão no Brasil. Tais processos exigem reflexões e

posicionamentos da categoria profissional e dos seus órgãos representativos, no sentido de pensar a particularidade da profissão na divisão social e técnica do trabalho, e o que fundamenta a identidade dos (as) assistentes sociais com o Serviço Social na atualidade.

As questões que se colocam para o debate na área de Serviço Social são provenientes das requisições institucionais atravessadas pelas transformações do capitalismo, pela reorganização do Estado brasileiro, em sua orientação neoliberal, pelas demandas do mercado de trabalho e pela composição da categoria profissional na atualidade. São várias indagações: As requisições atuais confrontam-se com as atribuições privativas dos (as) assistentes sociais (expressas na Lei 8662/93)? Ou impedem que os (as) profissionais realizem tais atribuições? Em que medida, nos espaços sócio-ocupacionais, a ênfase na “interdisciplinaridade” e as denominações genéricas dos cargos/pos-tos de trabalho para as diferentes profissões impacta na diluição de suas particularidades descaracterizando-as, ou tornando-as um “produto indiferenciado”? Em que proporção a atual e diversificada divisão sociotécnica que supõem certa especialização e profissionalização convive, contraditoriamente, com um processo de desprofissionalização face a um conjunto indistinto de demandas e requisições?

A hipótese que conduz este artigo é que, face a esses processos, no âmbito objetivo/subjetivo, o/a assistente social estaria sendo requisitado para desenvolver ações que implicam “abrir mão” de suas atribuições privativas em um movimento que contribui para descaracterizar a sua profissão e enfraquecer a identidade profissional. Nesse sentido, uma pergunta adjacente é se a qualidade da formação profissional tem interferido nestes processos favorecendo (ou não) a adesão dos profissionais às requisições pragmáticas do mercado de trabalho. Sendo assim, em que medida a autonomia profissional que implica o direcionamento e posicionamento teórico-metodológico e ético-político do(a) assistente social tem sido orientada pela ótica neoliberal e pelas exigências do mercado de trabalho?

Neste artigo, apresentamos no item 1 as questões que perfazem o exercício profissional do (a) assistente social, no período de 2012 a 2019, pelos dados da fiscalização, na abrangência da Seccional Juiz de Fora, com maior ênfase nos anos de 2018 e 2019, através do relatório organizado por Hespanhol Simões (2021). No item 2, detivemo-nos na particularidade da assistência estudantil na educação técnica-superior, face às pressões do projeto de “reforma administrativa” neste contexto pandêmico, com suas tensões e embates próprios.

As questões expostas certamente não serão respondidas neste artigo e nossa intenção é provocar o debate, convidar a categoria para pensar o seu trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, buscando relacionar as particularidades do seu exercício profissional aos processos macrosociedadeiros em curso, bem como as implicações para a autonomia profissional, reflexão final com a qual concluímos este texto.

2 A DESPROFISSIONALIZAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Em sintonia com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o conjunto CFESS/CRESS construiu uma Política Nacional de Fiscalização (Resolução CFESS 512/2007), que apresenta a fiscalização do trabalho profissional a partir de uma nova concepção, que extrapola as ações punitivas e cartoriais. A proposta desta política é a de aproximação com a categoria profissional de assistentes sociais, implementando ações de cunho preventivo e pedagógico, na direção do seu objetivo final, que é o de contribuir para a qualidade dos atendimentos prestados aos usuários e às usuárias do Serviço Social.

É nesta perspectiva de fiscalização que os SOFI² dos CRESS, através de seus/suas agentes fiscais, além das visitas de fiscalização rotineiras, realizam palestras aos e às estudantes dos cursos de Serviço Social, participam de reuniões diversas com assistentes

²O Serviço de Orientação e Fiscalização, previsto na Resolução CFESS nº512/2007, é integrado por agentes fiscais e funcionários administrativos que respondem pelas demandas rotineira do setor, em cumprimento ao plano de ação definido pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI).

sociais, realizam diariamente atendimentos por telefone, por e-mail e pessoalmente nas sedes do CRESS e Seccionais.

A Seccional de Juiz de Fora, através do SOFI, tem propiciado estudos e pesquisas originadas das sistematizações do trabalho de orientação e fiscalização. Para a discussão proposta neste artigo foi realizada uma pesquisa documental, cujas fontes foram os relatórios de visitas de fiscalização preenchidos pela agente fiscal, bem como o “caderno de anotações do SOFI”, onde se registra o teor das demandas recebidas.

Esta Seccional através do trabalho de uma das agentes fiscais, realizou nos anos de 2018 e 2019 visitas de fiscalização rotineiras a 114 assistentes sociais, que exercem a profissão em 27, dentre 169 municípios de sua área de abrangência. Traçando um perfil desses (as) assistentes sociais constatamos que 94,7% são do sexo feminino e 5,3% do sexo masculino, confirmando a característica de que a categoria permanece sendo eminentemente feminina. Em relação aos campos de atuação profissional, temos os seguintes dados:

Tabela 01. Campos de atuação profissional

Campo de atuação profissional	Frequência	Percentual
Assistência Social	39	34,22%
Saúde	35	30,71%
Educação	4	3,50%
Terceiro setor	13	11,41%
Sociojurídico	4	3,50%
Previdência social	12	10,52%
Outros	7	6,14%
Total	114	100%

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região, 2018-2019.

Quanto à instituição de ensino em que se graduou, a maioria é oriunda do ensino público na modalidade presencial (53,5%) e de unidades de ensino privadas, presencial (38,6%) e EAD (9,7%). No que diz respeito ao tempo de graduação constatamos que a grande maioria dos (as) assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho (72,8%) possuem entre 6 e 15 anos de graduados(as), 8,8% entre 16 e 20 anos e 7% até 5 anos. Esses dados indicam a prevalência da modalidade presencial de ensino na formação profissional.

Contudo, no relatório emitido pela Seccional em 2012, havia um índice maior de profissionais graduados (as) em escolas privadas na modalidade presencial e no EAD. Naquele relatório, não houve a inclusão de dados referentes à cidade de Juiz de Fora, fortalecendo a percepção de uma situação peculiar aos municípios de pequeno porte. A esse respeito, em julho de 2013, havia 19.025 assistentes sociais inscritos no CRESS MG, 14.411 em atividade, e desses, 2688 realizaram a formação através do EAD, estando 2502 classificados como ativos – em exercício profissional (CORRÊA, 2013, p. 68).

Entretanto, de acordo com Delgado et al. (2017), o pico de inscrições ocorreu em 2013, e nos dois anos seguintes, houve um aumento no número de cancelamentos dos registros e redução no número de inscritos,

revelando a dificuldade de inserção deles (as) no mercado de trabalho, justificativa para o cancelamento da inscrição.

Corrêa (2013, p. 72) também identificou nos relatórios da fiscalização de 2012, que 28,8% possuíam vínculo como Estatutário e 44,8% por Contrato Temporário e 13,5% CLT. No mesmo período, 35,8% dos (as) profissionais possuíam dois empregos, simultaneamente, e 83,9% atuavam em instituição pública (idem: p. 73). Mantém-se, assim, a tendência de precarização dos vínculos trabalhistas, pela via do contrato de trabalho temporário, e a contratação por CLT, conforme a Tabela 02:

Tabela 02. Vínculo Empregatício

Vínculo empregatício	Frequência	Percentual
Estatutário	57	50,00%
Celetista	19	16,67%
Contrato temporário	30	26,31%
Autônomo	03	2,63%
Residente	01	0,88%
Voluntário	01	0,88%
Cargo comissionado	02	1,75%
Sem vínculo	01	0,88%
Total	114	100%

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região, 2018-2019

Nos dados de 2018/2019 observamos que os (as) assistentes sociais oriundos do ensino público e presencial, tiveram maiores chances de ingressarem nos órgãos públicos, já que não há nesta amostra profissionais graduados na modalidade de ensino à distância e nem tampouco das unidades de ensino presenciais privadas. A análise dos relatórios das visitas de fiscalização rotineiras (2012-2019) demonstrou que a tendência à desprofissionalização vem ocorrendo em modalidades diferenciadas e complementares. Uma delas é a situação dos (as) assistentes sociais que ocupam “cargos genéricos”. Tais nomenclaturas têm sido utilizadas em diversos espaços sócio-ocupacionais gerando, em algumas situações a perda da identidade profissional, e qualquer movimento por parte dos (as) assistentes sociais, no sentido de assegurar as particularidades de sua ação profissional pode ser considerado como retrógrado, ou, então, contrário às prescrições da política pública, na qual o (a) assistente social está inserido (a). Em alguns casos, existe a pressão para que o (a) assistente social realize atividades para as quais não está habilitado(a), a exemplo das “oficinas terapêuticas”, na área de saúde mental.

Ainda acontece frequentemente, de o (a) assistente social confundir o cargo ou função ocupada por ele (a) com a profissão, sendo que não é a função atribuída pelo empregador que irá definir a qualificação profissional. Soma-se a isso, o aumento na designação genérica dos cargos, sobressaindo a requisição institucional diante da particularidade das profissões demandadas.

Observamos com base nos dados da fiscalização rotineira, referente ao ano de 2012 na região de abrangência da seccional Juiz de Fora, que

85,4% dos profissionais ocupavam cargos com a denominação “assistente social”, e 11,7% com a denominação de Gestor, e 2,9% assistente social e Coordenador de Programa (CORRÊA, 2013, p. 71). No estudo atual (2018 e 2019) conforme atestam os dados na tabela 03 constatamos um percentual de 38,6% ocupando cargos com a nomenclatura genérica e 61,4% com a nomenclatura “assistente social”.

Tabela 03. Denominação do cargo

Nomenclatura do cargo	Frequência	Percentual
Analista do Seguro Social	12	10,52%
Técnico de Referência Nível Superior	10	8,78%
Técnico Administrativo em Educação	04	3,50%
assistente social	70	61,40%
Supervisor multiprofissional	1	0,88%
Coordenador(a) de CRAS/CREAS e afins	12	10,52%
Técnica do PAIF	1	0,88%
Residente em Serviço Social	1	0,88%
Analista Executivo de Defesa Social	1	0,88%
Supervisor de Desenvolvimento e Acessibilidade	1	0,88%
Analista do Ministério Público	1	0,88%
Total	114	100%

Fonte: Relatórios de Fiscalização rotineira – Seccional JF – CRESS 6ª Região, 2018–2019

A fiscalização do CRESS também revelou que parte expressiva dos e das assistentes sociais recebem requisições institucionais para realizarem atividades que não competem ao Serviço Social. Entre as requisições consideradas como incompatíveis (equivalentes à 31,6% das respostas), aparecem aquelas que de fato os e as profissionais não estão habilitados e habilitadas para realizá-las ou que a execução não requer conhecimento técnico e especializado, não se constituindo como competências ou atribuições privativas do assistente social.

Outras atribuições, embora estejam contempladas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993, não são pertinentes aos cargos que os (as) profissionais ocupam em seus espaços sócio-ocupacionais, o que na visão de muitos profissionais, acontece como forma de suprir a carência de assistentes sociais em outros órgãos públicos, sobretudo os do sistema de justiça, como a emissão de relatórios por solicitação do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Na primeira ordem de requisições encontramos: acompanhamento de pacientes em consultas; “escolta” para ida de pacientes a bancos; emissão de “cartão do SUS”; prestação de depoimento como testemunha; habilitação de benefícios do INSS; fiscalização do programa do governo federal “Bolsa Família”; solicitação de passagens de ônibus; atualização de lista telefônica de pacientes; agendamentos para consultas médicas; comunicação de óbitos; requisição de ambulância; realização de grupos de pacientes “diabéticos” sem a participação de outros profissionais da saúde; atendimento ao público na recepção (atendimento de porta e telefone); codificação de declaração de óbito; condução/direção de veículos; execução de tarefas meramente administrativas; realização de “oficinas terapêuticas”; abordagem à dependentes químicos por solicitação do Poder Judiciário.

Ao serem indagados (as) sobre a existência de “Plano de Trabalho” do Serviço Social, a maioria (56,2%) respondeu que não possui e apenas 29,9% respondeu afirmativamente, o que reforça outra tendência identificada: a de diluição das particularidades profissionais no trabalho da equipe multi ou interprofissional, que, em certa medida, busca envolver profissões diferentes (como Serviço Social e Psicologia) em requisições semelhantes (como elaboração de parecer social no espaço sociojurídico) motivada pelo número reduzido de profissionais, o que consiste em um equívoco, já que são “as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças” (IAMAMOTO in CFESS, 2012, p. 64).

Assim como ocorre no campo da Assistência Social e em outras áreas a inserção dos (as) assistentes sociais em programas mais amplos e de caráter interdisciplinar, nos diversos níveis de assessoria, planejamento, coordenação, entre outros, geram no profissional a tendência em não reconhecer o seu objeto de trabalho e as funções exercidas, como sendo atribuições do (a) assistente social “resvalando para um discurso desprofissionalizante, que pode desdobrar-se em um esvaziamento da reflexão profissional e uma crise de identidade quanto à profissão” (IAMAMOTO in CFESS, 2012, p. 63).

A exemplo destas situações, pode-se mencionar que alguns (as) assistentes sociais que exercem as coordenações dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e nos Centros de Referência especializados da Assistência Social – CREAS – não se reconhecem no exercício da profissão, desconsiderando que as atribuições de gestão são competências previstas na Lei 8662/1993, cuidadosamente formuladas com a intenção de expressar os valores, princípios ético-profissionais, bem como o compromisso com os (as) usuários (as) das políticas públicas.

Ademais, o (a) assistente social deve ter cautela com o posicionamento e defesa de que as “competências profissionais”, por não serem privativas, possam ser exercidas indiscriminadamente por qualquer outro profissional de nível superior ou até mesmo de nível médio. Partindo-se da premissa de que o papel dos Conselhos Profissionais é o de propiciar à sociedade um controle sobre

as profissões, visando assegurar a qualidade dos atendimentos à população, no caso das competências do (a) assistente social serem exercidas por outros (as) trabalhadores (as) que não tenham profissões regulamentadas, quem iria fiscalizar a qualidade dos atendimentos prestados aos (às) usuários (as)?

Neste sentido, antes de compartilhar uma competência profissional deve-se ter a cautela de averiguar se os (as) profissionais que irão realizá-las são habilitados (as) para tal e se possuem em suas normativas a referida competência. Para exemplificar, se uma “seleção socioeconômica” for realizada por um(a) engenheiro (a), médico (a), arquiteto (a), nutricionista, fisioterapeuta, entre outros (as), os seus respectivos conselhos profissionais não irão fiscalizar, por não a reconhecerem como uma competência profissional. Da mesma forma, o (a) assistente social não deve desenvolver nenhuma atribuição para a qual não esteja habilitado (a), mesmo quando recebe uma requisição institucional.

Uma outra face desta tendência à desprofissionalização pode ser visualizada com a situação dos (as) assistentes sociais do INSS, que estão sendo demandados (as) a realizarem atribuições de cunho administrativo, descaracterizando o Serviço Social na instituição, tais como a atividade de “habilitação de benefícios” – dado o seu caráter fiscalizador – na perspectiva de certificar a veracidade das informações prestadas pelos (as) usuários (as). Em algumas situações, poderia haver um conflito com a ética profissional, considerando que é dever do (a) assistente social “abster-se no exercício da profissão de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos [...]” (artigo 3º – alínea c do Código de Ética Profissional do Assistente Social).

Compõe e fortalece este cenário tendencial de desprofissionalização e descaracterização da profissão, desencadeado nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, a “relação mimética entre Serviço Social e política social” (IAMAMOTO, 2007, p.252), sobretudo na Política de Assistência Social, fato este que pode ser observado no exercício profissional dos (as) assistentes sociais nos CRAS, nos CREAS e nas Secretarias Municipais de Assistência Social, dentre outros equipamentos desta política, quando não conseguem fazer

uma nítida distinção entre os objetivos do Serviço Social e os da política de Assistência Social, conforme relatório emitido pelo CRESS 6ª Região (2012).

Em nosso estudo (2018/2019), quando indagados (as) sobre as legislações que referenciam o seu exercício profissional, chama atenção a incidência de respostas referentes à legislação da Política de Assistência Social, que, somadas, aparecem em 68,5% das respostas. É significativo, também, que a lei que regulamenta a profissão apareça em apenas 23,6% das respostas. Assim, a grande maioria busca aprimoramento profissional setorializado, cujo foco é o treinamento técnico-instrumental requisitado para o atendimento à população. Embora tenham uma maior visibilidade na política de Assistência Social, tais características se fazem presentes em outros campos de atuação profissional, o que precisa ser melhor investigado.

3 O CASO ESPECÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL DO IFSUDESTEMG

O exercício de expor a experiência da atividade profissional no âmbito do IFSUDESTEMG requer situar este espaço de trabalho a partir das determinações do Estado brasileiro, sua condição de empregador, que define o quantitativo e gerencia seus (suas) trabalhadores (as), com o viés administrativo atrelado à sua perspectiva político-econômica amalgamada aos interesses do modo de produção burguês, haja vista a intenção de “Reforma Administrativa” em curso, e a formatação que imprime às políticas públicas.

Neste cenário, o campo da educação sempre foi um terreno travejado de disputas ideológicas, espaço do contraditório que reverbera embates polarizados. No polo que se encontram os (as) educadores (as) contemporâneos comprometidos (as) com o horizonte de uma educação emancipatória, a luta se dá pela institucionalização de práticas educacionais contra-hegemônicas, enquanto parte de um processo de conquistas e ampliação de direitos sociais – polo este que o Serviço Social encampa.

A trajetória da profissão, sobretudo desde a virada crítica, considerando o acúmulo teórico e profissional no campo das políticas sociais, tem sido um dos principais fatores de reconhecimento da necessidade de assistentes sociais em diferentes áreas de atuação. A participação de profissionais nas lutas pela conquista e efetivação de direitos, e pelo acesso universal aos serviços, demarcou uma nova vinculação à imagem social do (a) assistente social no Brasil, imbricada aos interesses dos (as) usuários (as). Ou seja, a trajetória e construção cotidiana de respostas às demandas dos sujeitos sociais, já incorporada no imaginário social sobre a profissão, e mesmo em nossa autoimagem, reconhece o profissional de Serviço Social no polo da defesa de direitos, e o seu trabalho na educação requer dispor seu aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo à serviço do princípio constitucional de trabalhar pela igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A escola é uma arena fecunda de possibilidades para o exercício profissional do (a) assistente social e, historicamente, constitui-se em espaço sócio-ocupacional, em todos os níveis de ensino. Demandas importantes se apresentam aos (às) assistentes sociais no sentido de participar de abordagens interdisciplinares nas mais diversas expressões da vida cotidiana dos (as) discentes e de suas famílias que passam pela violência, pelo uso e abuso de drogas, questões comportamentais/disciplinares, bullying, as dificuldades com os conteúdos escolares, dentre outras.

A matéria do Serviço Social na educação, seu objeto, são os (as) estudantes e suas condições de vida que impactam sobremaneira na permanência escolar, ou seja, é a luta cotidiana pela permanência na escola de parcela da classe trabalhadora, ou de seus filhos e filhas, que conseguiram acessar uma instituição federal de ensino. A inserção do Serviço Social na assistência estudantil, no âmbito das Universidades Federais, existe há mais de vinte e cinco anos. Já nos Institutos Federais, é uma realidade relativamente nova. Em ambas, o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil³ (PNAES) foi significativo, para a ampliação da de-

³O Decreto 7.234/2012 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos (as) estudantes da educação pública federal.

manda de concursos para a inserção de assistentes sociais.

Desde a metade dos anos 2000⁴, aconteceu um movimento importante de ampliação da demanda pelo profissional nas Instituições Federais de Ensino, através do aumento da oferta de vagas em concursos públicos, principalmente, a partir da publicação do Decreto Presidencial 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES. O olhar dos gestores públicos, sobretudo a partir do PNAES, fortalece o reconhecimento da particularidade do Serviço Social, enquanto profissão, para planejar, e/ou organizar e/ou participar dos processos de análise e seleção socioeconômica, considerando a sua expertise, recursos teórico-metodológicos e técnico-operativos, no tratamento das informações e dados relativos às condições de vida dos (as) usuários dos programas de assistência social, em geral.

Em 2011, os Institutos Federais passaram a receber recursos financeiros através de uma rubrica específica para investimentos na assistência estudantil, se traduzindo em uma importante conquista no campo do direito da permanência na escola. O acesso às Instituições Federais, sejam elas Universidades ou Institutos, ocorre por meio de processos seletivos, o que por si só já fragiliza o acesso daqueles (as) que não tiveram uma formação de base de qualidade, e, mesmo com a reserva de vagas, assegurada pela Lei 12.711/2012, o número de candidatos (as) por vagas estabelece uma relação de concorrência, que se mantém. Além disso, demandas como alimentação, transporte, moradia, entre outras necessidades do viver, sobrecarregam ou até mesmo inviabilizam a permanência na escola daqueles (as) trabalhadores (as) e filhos (as) de trabalhadores (as) das camadas mais subalternizadas.

Se é inegável a importância da conquista da rubrica específica da Assistência Estudantil, por outro lado não se pode deixar de registrar que sua perspectiva não incorpora o atendimento universal aos (às) estudantes. O Decreto Presidencial 7.234/2010 estabele-

ce quem é seu público-alvo prioritário, indicando inclusive um corte de renda⁵. Além disso, os recursos financeiros repassados à instituição não são suficientes para atendimento a todos os (as) estudantes com perfil socioeconômico caracterizado. Ou seja, há um número significativo de estudantes com perfil para atendimento que não acessam as modalidades do programa, porque não há recursos suficientes para atendê-los (as).

Neste cenário, o (a) assistente social se coloca enquanto profissional que racionaliza o atendimento aos (às) estudantes que mais precisam. Trata-se de um chamamento histórico que se coloca à profissão, um triste chamamento que mais se aproxima à administração da escassez de recursos que afeta diretamente os (as) usuários (as) dos serviços. Entretanto, é uma demanda que está posta na realidade concreta desse espaço sócio-ocupacional. Nessa fronteira, para além dessa administração da escassez, o que cabe ao profissional é explicitar essa situação na dinâmica institucional para que outros recursos da matriz orçamentária sejam destinados à Assistência Estudantil como forma de ampliar o atendimento, e fortalecer as demandas dos (as) estudantes, na medida em que eles (as) também incorporarem essa luta.

Postas tais demandas sócio-históricas, nas Instituições Federais de Ensino, o campo da implementação dos atendimentos da Assistência Estudantil é reconhecido enquanto espaço do “fazer profissional” do (a) assistente social. A categoria profissional acumulou conhecimento ao longo destes anos, sobretudo na discussão dos instrumentos técnico-operativos, mais especificamente, a respeito da competência profissional de realizar estudo socioeconômico e da metodologia⁶ que lhe é implicada.

A partir da metodologia do estudo socioeconômico estabelece-se a incidência de variáveis⁷, que buscam apanhar as expressões da questão social que rebatem no espaço escolar, sobretudo na permanência do (a) estudante, com o esforço de uma máxima

⁴A metodologia de estudo socioeconômico é pensada a partir de variáveis que impactam a permanência na escola e que trazem elementos históricos da condição de vida familiar do(a) estudante, sustentando-se na relação indissociável entre fundamentação teórica, histórica, e técnico-operativa.

⁷As variáveis são indicadores que o Serviço Social elenca como fundamentais para conhecer a realidade de vida do (a) estudante, que são objetivados através da atribuição de um número. Ao final dessa construção, estabelece-se uma pontuação para cada variável utilizada, como forma de objetivação da condição de vida daquele estudante, o que é designado por Índice de Classificação Socioeconômica. Isso feito, elaborase o instrumento técnico-operativo capaz de apurar essas variáveis, através de um formulário.

aproximação à realidade de vida do seu grupo familiar. Sabemos que o impacto da política de assistência estudantil, embora relevante para a permanência e continuidade dos estudos e da formação escolar, não é suficiente para alterar as condições de vida do (a) estudante, sendo um recurso provisório e paliativo, enquanto ele (a) estiver vinculado àquela instituição de ensino. A realidade social permanece contraditória e, em sua complexidade, não há garantias de que a situação de vida após a conclusão do curso será alterada, que o investimento feito pela sociedade no processo educacional será proveitoso para os indivíduos e para a sociedade, dada a característica de reprodução da sociabilidade capitalista.

Nessa complexidade, e na ausência de uma política universal no âmbito da assistência estudantil que se expressa em recursos financeiros limitados para atender a todos os (as) estudantes que necessitam, o instrumento Formulário e o Índice de Classificação Socioeconômica apurado através dele, são o espelho da realidade comparativa da condição de vida dos (as) estudantes demandantes, e assim se classifica dentre todos os (as) solicitantes aqueles que necessitam mais. Ou seja, no âmbito da classificação indica-se, através de um parecer social técnico não formalizado, qual estudante precisa ser atendido primeiro.

A classificação é o ato final do processo, mas em todas as etapas de construção da metodologia, até chegar ao derradeiro escalonamento em ordem de prioridade tratam-se de escolhas profissionais conscientes, orientadas à finalidade de apreender a realidade socioeconômica do (a) estudante, devidamente alicerçada na combinação de aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Sim, as três dimensões constitutivas do exercício profissional – aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos – se expressam no desenho impresso na metodologia do estudo socioeconômico e o parecer social, mesmo que não formalizado, se consubstancia na definição daqueles (as) estudantes que mais precisam do atendimento. Não se trata aqui do mérito do deferimento do atendimento, mas de todo um trabalho orientado a um fim, fundamentado na visão de totalidade, e que demanda acompanhamento antes, durante e depois de seu aceite.

No Brasil, as instituições convivem com práticas personalistas vinculadas ao clientelismo, inclusive no setor público. Nesse contexto, a formalização do instrumental técnico-operativo na análise socioeconômica, devedora do saber acumulado pelo lugar que o Serviço Social ocupa no campo da assistência social e da assistência estudantil, contribui na complexidade das relações sociais capitalistas, face à orientação neoliberal e à “escassez de recursos”, para uma racionalidade e simetria no tratamento das situações e necessidades que se expressam na vida dos (as) discentes nas instituições de ensino.

Para além de uma simples concessão automática do atendimento ao (à) estudante, este (a) usuário (a) tem um tempo de vida pulsante na escola, é acompanhado (a) pelas equipes interdisciplinares e o Serviço Social está presente nessas abordagens, contribuindo com um olhar de quem já conhece por onde se passa sua vida fora dali: suas dificuldades, situações familiares, de saúde, o entorno da moradia, e suas implicações para o espaço escolar. A realização de estudo socioeconômico significa, para além do seu objetivo de atendimento no âmbito do Programa de Assistência Estudantil, instrumentalizar o(a) profissional nas outras demandas que lhe chegam a partir dessa vida pulsante da escola.

Se o estudo socioeconômico enquanto competência profissional guarda todos esses significados, também é verdade que as equipes de profissionais estão no limite com o tamanho da demanda que se lhes apresenta. Ou seja, a demanda para o estudo socioeconômico ocupa os (as) assistentes sociais cada vez mais, à medida em que cresce a necessidade e a recorrência à (da) assistência estudantil e os recursos disponíveis tendem a diminuir, sem que haja uma política de inserção de novos (as) profissionais. Se isso por si só já traz um impacto muito significativo na rotina de trabalho dos (as) profissionais, que tem seu tempo de produtividade na Instituição muito dedicado aos estudos socioeconômicos, outra face cruel se revela nessa conjuntura, que é o insuficiente ou nenhum apoio administrativo para materializar o atendimento ao (à) estudante. No IFSUDESTEMG, por exemplo, existem equipes com duas assistentes sociais que além do volume imenso de estudos socioeconômicos

micos que realizam durante um processo de seleção – aproximadamente mil solicitações anuais por Edital – ainda são responsáveis por toda a parte de administração e operacionalização⁸ do programa.

Todo este acúmulo de trabalho tem trazido à cena uma contradição entre a pertinência da requisição institucional (análise socioeconômica) para o Serviço Social, e a busca de soluções para diminuir a sobrecarga de trabalho, face ao aumento do número de solicitações e à centralidade desta demanda quase exclusivamente para o trabalho profissional. A polêmica está posta e tem dividido a categoria profissional entre aqueles (as) que defendem o compartilhamento dessa competência com outros profissionais, e mesmo, com técnicos de nível médio.

É fato que o tema do estudo socioeconômico tem ocupado lugar na preocupação do conjunto CFESS/CRESS desde os anos 2000. Um dos últimos documentos publicados a este respeito se trata das *Atribuições privativas do/a assistente social em questão* (2020). Toda a Brochura tem primorosas contribuições quanto à questão posta e Mioto é capaz de sintetizá-la com maestria quando defende que:

[...] os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Essa finalidade é ampliada quando se incluem a obtenção e análise de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida em programas ou serviços, a partir do conjunto dos estudos efetuados como procedimento necessário para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas, bem como a reformulação ou a formulação de políticas sociais (MIOTO in CFESS, 2020, p. 51).

Essa problemática também evidencia a tendência à desprofissionalização, vinculada às estratégias gerenciais nos espaços públi-

cos e privados, as quais promovem um enxugamento nas contratações e a convergência para a polivalência, recrutando os (as) trabalhadores (as) disponíveis para as tarefas existentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As competências e atribuições privativas do (a) assistente social requerem o mergulho nos fundamentos desta profissão na sociedade capitalista. Por outro lado, as novas exigências do mercado de trabalho, frente aos processos sociais em curso, requerem do Serviço Social uma maior defesa do seu projeto ético-político no cotidiano do trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

No contexto de investidas constantes para a desregulamentação do trabalho e das profissões, indicando a tendência à desprofissionalização, faz-se necessário uma maior atenção às requisições que reforçam a polivalência, mas que “produzem a eliminação dos conteúdos das formações disciplinares, como parte de um modelo em que se busca diluir as particulares inserções profissionais em um conjunto de atividades comuns e cada vez mais simplificadas” (RAICHELIS in CFESS, 2020, p. 36); bem como, por diferentes modos, esvaziam o conteúdo teórico-metodológico e o conhecimento acumulado em nossa área profissional, conforme expusimos nos itens 1 e 2 deste artigo. Assim, a reflexão sobre os impactos da desprofissionalização para a autonomia profissional, e das possibilidades de posicionamento face às investidas dos (as) empregadores (as) torna-se central e urgente, para fortalecer o posicionamento do (a) assistente social.

Nesse sentido, Simões (2009) diferenciou as concepções de autonomia na atualidade: uma delas se refere ao direito e ao dever do profissional de exercer as suas competências e atribuições privativas previstas legalmente, voltadas para atender aos interesses da coletividade e de imprimir uma direção social ao seu exercício, conforme a valoração ética hegemônica na profissão. A outra concepção de autonomia, sustentada pelas recentes

⁸A lista de atividades que envolvem essa operacionalização é enorme e não é possível apresentá-la aqui em função do espaço. A indicação do documento constará nas Referências Bibliográficas.

transformações societárias desde os anos 1970, e pelo neoliberalismo, é uma readequação das exigências da “especialização flexível” e da reestruturação produtiva, que separa o (a) profissional do seu compromisso com os interesses coletivos ao qual se vinculam suas competências e atribuições privativas.

O autor sinaliza que embora o (a) assistente social deva observar os seus direitos e deveres de acordo com o regime jurídico a que está subordinado (estatutário, trabalhista ou prestador de serviços), a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional sempre prevalecem, na hipótese de haver contradição normativa. É considerado direito na medida em que o profissional é quem deve ter o discernimento do objeto de sua intervenção, conforme as exigências dos requisitos técnico-profissionais. Sendo assim, o empregador pode, por exemplo, determinar a elaboração de um laudo social e o prazo em que o mesmo deverá ser entregue, mas, em nenhuma hipótese, poderá impor os juízos de valor em que este profissional irá fundamentar a sua análise, posto que estes vinculam-se a uma valoração axiológica e dependem do seu discernimento.

Reconhecemos que o Serviço Social, assim como outras profissões, se reconfigurará a partir dos processos societários em curso, desencadeados em resposta à crise do capital, no âmbito da economia mundial, do Estado e das requisições do mercado de trabalho. O alerta que se faz aqui é para que a categoria reflita sobre as requisições e atenda ao mercado de trabalho, de forma crítica, levando em conta a direção ética e política que se expressa no Código de Ética Profissional, na Lei 8662 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Embora os processos explicitados ao longo desse artigo manifestem-se objetivamente e tenham um peso estrutural sobre o trabalho profissional, o acúmulo das lutas e a própria organização da categoria profissional são elementos ativos nesta conjuntura. Há uma presença significativa de assistentes sociais resistindo à desprofissionalização, reforçando a necessidade e a relevância de mantermos o debate tornando-nos conscientes de nosso papel histórico neste contexto.

REFERÊNCIAS

CFESS. Lei nº 8662/93. **Dispõe sobre a regulamentação da profissão de assistente social**, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacaoda-profissao>. Acesso em 9 de agosto de 2021.

CFESS. **Código de Ética do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em http://cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em 9 de agosto de 2021.

CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012 (1ª edição ampliada) Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acesso em 9 de agosto de 2021.

CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2020 (Volume II) Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acesso em 9 de agosto de 2021.

CORRÊA, Raysa F. R. **O desafio de efetivação do projeto ético-político do Serviço Social frente à precarização da formação profissional: análise a partir das demandas do setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 6a. Região – Seccional Juiz de Fora.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, UFJF, 2013.

EIRAS, A. A. L. T. S., et al. **A ação profissional crítica e sua elaboração teórico-operativa: um estudo exploratório.** Projeto de Pesquisa. PROPP/UFJF, 2020.

DELGADO, Leila B., AQUINO, Isaura G. .C., LIMA, Michele L. **A condição sócio-ocupacional do assistente social no Brasil contemporâneo.** In: COIMBRA, A. L. S. e DELGADO, L. B. (Org.) Trabalho, democracia e movimentos sociais: elementos de análise e crítica. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2017.
IFSUDESTEMG, Campus Juiz de Fora. **Regulamento da Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias do Campus Juiz de Fora.** Disponível em <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/juizdefora/gabinete/politica-e-normas/regulamentos/regulamento-derc.pdf/view> . Acessado em 10 de junho de 2021.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social.** In: MOTA, A. E. (Org.). A nova fábrica de consensos. Ensaaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, E, A.; FRIAÇA, E. L. S.. **Texto consulta ao Setor de Orientação e Fiscalização da Seccional Juiz de Fora do CRESS 6ª Região.** 2021.

MINAS GERAIS, CRESS. **Relatório de Fiscalização.** Período: maio de 2011 a maio de 2012. Organizado pela Comissão de Orientação e Fiscalização de Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social, 6ª região. Colaboradores Ana Maria Arreguy Mourão... [et al.]. – Minas Gerais: CRESS, 2012.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e serviço social.** In: Serviço social e sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996b, p. 87-132.

SIMÕES, Carlos. **Na Ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo.** In: Serviço Social e Sociedade, Cortez, 2009.

SIMÕES, Nanci L. H. **Autonomia Profissional do assistente social X Trabalho Assalariado.** Curitiba: Editora Appris, 2019.

SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICAS TERAPÊUTICAS: UMA TENDÊNCIA REATUALIZADA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues¹
Luciana Gonçalves Pereira de Paula²

RESUMO:

No contexto da pandemia provocada pela COVID-19, a defesa das práticas terapêuticas tem ganhado espaço, no campo do Serviço Social. Diante dessa tendência, o presente artigo busca desvendar os fundamentos dessa proposta, apresentando o debate do “Serviço Social Clínico”. Com isso, pretende-se demonstrar como essa tendência está na contramão do projeto ético-político profissional hegemônico no Serviço Social. Para isso, apresenta, de maneira breve, alguns apontamentos sobre a construção sócio-histórica de nossa profissão. Em seguida traz a proposta do “Serviço Social Clínico”, buscando revelar as suas origens e faz algumas considerações sobre a defesa das práticas terapêuticas, na atualidade. Realiza a análise do registro audiovisual do “II Seminário Serviço Social Clínico – Um Debate Inadiável”. Tece algumas considerações sobre a relação entre essa proposta e o atual contexto de crise sanitária provocada pela pandemia, reafirmando nosso compromisso com o projeto ético-político de vertente crítico-marxista no campo do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social Clínico. Práticas terapêuticas. Pandemia. Assistente social.

¹Assistente social; especialista pelo programa de residência integrada multiprofissional em atenção hospitalar da UFJF.

²Assistente social; professora adjunta na Faculdade de Serviço Social/UFJF; doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos, atualmente, uma conjuntura mundial que tem trazido à tona as nossas incontáveis mazelas. O ano de 2020 se apresentou para nós como um período de devastação global em todos os seus aspectos: econômico, político, social, civilizatório, ecológico e sanitário. Neste cenário, a pandemia provocada pela COVID-19, que assolou todo o planeta, é mais um elemento que veio escancarar a perversidade do nosso tempo histórico. Assim, corroboramos com a análise de Fontes (2020, p. 01): “longe da falaciosa versão de que ‘vínhamos crescendo e o vírus pode atrapalhar’ (...), a crise já estava em curso, e era anunciada pelos próprios economistas burgueses”.

Esses elementos de uma crise estrutural do capital, nos termos de Mészáros (2009), rebatem em todos os setores da nossa sociedade e provocam impactos, inclusive, nos segmentos profissionais. Portanto, os elementos da crise atual, na qual estamos inseridos, têm impactos reais no Serviço Social e no exercício profissional dos assistentes sociais. Um desses impactos tem sido a tendência à descaracterização do fazer profissional da/o assistente social, no movimento de diluição das suas competências, mas especialmente, das suas atribuições privativas.

É nesse bojo que estamos assistindo o fortalecimento de discursos e práticas que trazem para o nosso campo profissional elementos do seu passado tradicional como se fossem uma “novidade”. Dessa forma, conhecer os fundamentos dessas práticas e discursos que se dizem “inovadores” em tempos de pandemia é fundamental para a nossa compreensão do que realmente está em curso: uma retomada do que há de mais conservador no campo do Serviço Social.

A atual tendência de realização de práticas indiferenciadas e de atendimento a requisições equivocadas, justificadas pelo contexto atípico de uma pandemia, encobre, muitas vezes, a presença de práticas tera-

pêuticas tão defendidas pelo “Serviço Social Clínico”. O “Serviço Social Clínico” é, atualmente, uma das mais importantes expressões do projeto conservador no âmbito do Serviço Social brasileiro (PAULA, 2016). Esse projeto reatualiza as referências e objetivos profissionais já superados pela profissão em sua trajetória histórica (IAMAMOTO, 2014).

Desse modo, esse artigo busca desvendar os fundamentos da proposta do “Serviço Social Clínico” e da defesa das práticas terapêuticas que tanto têm ganhado espaço no contexto da pandemia provocada pela COVID-19. Para isso, apresenta, de maneira breve, a construção sócio-histórica de nossa profissão, com atenção especial ao desenvolvimento do projeto ético-político, ainda hegemônico no campo do Serviço Social. Em seguida traz algumas bases de fundamentação do “Serviço Social Clínico”, buscando desvelar as suas origens. Posteriormente, faz algumas considerações sobre a defesa do “Serviço Social Clínico” na atualidade e sobre o registro audiovisual do “II Seminário Serviço Social Clínico – Um Debate Inadiável”, promovido pelo Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul em 24 de maio de 2018³. Tece algumas articulações entre essa proposta e o atual contexto de crise sanitária provocada pela pandemia. E reafirma o nosso compromisso com o projeto ético-político hegemônico de vertente crítica e marxista e sua defesa perante os projetos conservadores que buscam espaço no campo do Serviço Social.

2 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), o surgimento do Serviço Social enquanto profissão, na década de 1930, ocorre em meio ao processo de reprodução das relações sociais capitalistas, sendo chamado pela burguesia para atuar no controle da classe trabalhadora. Tal controle se expressa no âmbito

³Optou-se pela análise de tal documento por entender que por tratar-se de um evento acadêmico, organizado por uma instância de representação da categoria, o mesmo expressaria claramente a prática clínica enquanto um projeto de profissão, apresentando seus objetivos, referências teóricas, imagem de profissão e outros elementos. Além disso, apesar de se tratar de um evento regionalizado, o mesmo contou com a fala de profissionais de diversos estados do país e também de Assistentes Sociais Clínicos que atuam em outros lugares do mundo como Estados Unidos e Espanha, sendo um importante meio para a compreensão dessa vertente, de forma mais geral. Outro dado que cabe mencionar é o número de visualizações na plataforma audiovisual que o documento encontra-se disponibilizado, que ultrapassa 1.900, em julho de 2021, tendo alcançado um número significativo de profissionais e estudantes da área.

material – na execução de políticas sociais que garantem condições básicas para que a classe subalternizada esteja apta a produzir para o capital – e, também, na reprodução ideológica de valores que são necessários à manutenção da ordem burguesa.

Do seu surgimento até a década de 1960 predominou o desenvolvimento do chamado “Serviço Social Tradicional” que se pautava em campos teórico-metodológicos conservadores, especialmente, vinculados ao positivismo (PAULA, 2016). Apenas em meados da década de 1960, impulsionado pelo Movimento de Reconceituação da América Latina, o Serviço Social brasileiro iniciou o seu Processo de Renovação, que não se deu de forma homogênea, mas foi atravessado por diferentes perspectivas que, de forma geral, defendiam uma modernização técnica da profissão sem questionar as suas bases conservadoras e o seu reforço à manutenção da sociabilidade do capital. Em contraponto a este bloco, surgiu a perspectiva da Intenção de Ruptura, que trouxe o questionamento das bases teórico-práticas da profissão, a aproximação com a teoria social crítica de Marx e a inserção de parte da categoria profissional em movimentos sociais, sindicais e partidos políticos.

Na década de 1980, a Intenção de Ruptura se fortaleceu na academia, por meio da pesquisa e da produção de conhecimento e começou a se expandir para a base da categoria profissional, o que só foi viável porque nesse período o regime ditatorial⁴ entrou em decadência e foi iniciado o processo de redemocratização no país. Nessas circunstâncias, o coletivo da categoria, através de suas entidades representativas, passou a repensar o projeto profissional do Serviço Social e gestou-se o chamado projeto ético-político, que se relaciona com a superação da ordem do capital e, para tanto, deve disseminar os valores necessários à construção de uma nova sociabilidade, como: democracia, liberdade, justiça social, entre outros.

Conforme Paula (2016), a década de 1990 representou a consolidação da hegemonia do projeto ético-político, por causa do avanço nos debates sobre a dimensão ético-política da profissão. Porém, apesar disso, no contexto político e econômico do país, a profissão se deparou com a realidade da ofensiva neoliberal, que aprofundou a estratégia governamental de retirada dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, ancorando-se na lógica da meritocracia e do individualismo – movimento que passou a tensionar e provocar impactos nas discussões que vinham sendo travadas dentro da profissão.

No âmbito do processo formativo em Serviço Social, temos visto a prevalência das tendências de aceleração do tempo de graduação e de tecnificação do fazer profissional pautado no pragmatismo⁵, que dificultam a produção e disseminação de um conhecimento crítico (RAMOS; SANTOS, 2016). Tais tendências encontram espaço e força na falácia disseminada por setores de nossa profissão, que afirmam não haver interlocução entre teoria e prática no Serviço Social e, por conta disso, defendem a necessidade de uma formação tecnicista, orientada para e pelos interesses do mercado de trabalho, asséptica e desprovida de criticidade.

No mundo do trabalho, a precarização dos vínculos empregatícios, baixos salários, perda de direitos e demais fatores que impactam negativamente as condições objetivas e subjetivas para a organização política da classe trabalhadora no geral, são processos inerentes à situação dos assistentes sociais. Segundo Ramos e Santos (2016), a dificuldade da base da categoria profissional em se organizar coletiva/politicamente é um dos principais elementos para compreender o avanço de outros projetos profissionais que disputam hegemonia com o projeto ético-político.

Entre esses projetos, na atualidade, está o “Serviço Social Clínico”. No tópico seguinte, trataremos alguns elementos históricos sobre

⁴Iniciado com o golpe civil-militar de abril de 1964 fez parte de uma contrarrevolução preventiva patrocinada em diversos países pela potência imperialista norte americana. Os resultados foram a consolidação de um padrão de desenvolvimento dependente de interesses externos, um discurso e uma prática coercitiva anticomunista, e articulação de organizações políticas capazes de eliminar protagonistas comprometidos com projetos progressistas (NETTO, 1991).

⁵Constatamos que o pragmatismo é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática. Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas” (GUERRA, 2013, p. 42).

essa corrente, de forma a compreender melhor os seus fundamentos e assim entender o fortalecimento de tal tendência no interior da profissão.

3 APONTAMENTOS SOBRE AS BASES HISTÓRICAS DO “SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO”

Dentro do espectro conservador que marcou o surgimento do Serviço Social na Europa, podemos apontar uma perspectiva clínica na profissão, a qual Scheffer (2017) relaciona com o modelo franco-belga, diretamente ligado à medicina social, na qual os condicionantes sociais são considerados no processo saúde-doença. Porém, as expressões da questão social são tomadas aqui como desvios, desajustes, algo patológico e, portanto, passível de diagnóstico e tratamento social.

Outra referência importante para a análise do “Serviço Social Clínico” vem dos Estados Unidos da América (EUA), onde, segundo Scheffer (2017), um movimento higienista avançava e encontrava suporte no protestantismo e no darwinismo social. Mary Richmond se destaca como vanguarda intelectual desse movimento ao sistematizar o que ficou conhecido como Serviço Social de Caso.

Um fator interessante apontado por Scheffer (2017) na produção de Richmond é que a intelectual se pautou no modelo biomédico como forma de legitimar a cientificidade do Serviço Social no campo da saúde. Dessa forma, utilizava-se da clínica para justificar e analisar as expressões da questão social pautadas por padrões biológicos, incorrendo assim, inclusive, em preconceitos de raça e gênero, por exemplo. Concebia-se ainda, o meio social como produtor de desajustes, sendo a “família desestruturada” e o ambiente em que se vive considerados como fatores que causam “problemas” aos indivíduos na convivência em sociedade.

Essas vertentes não consideravam a pobreza como produto da estrutura da sociedade capitalista, mas como resultado das escolhas

individuais/particulares dos sujeitos. Por isso, a ênfase da mudança é nos hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos. Tem-se uma visão estereotipada da classe trabalhadora, que é tida como população negligente, que precisa ser orientada por causa do seu “baixo nível de consciência” (BRAVO, 2013, p.97).

Hamilton (1982) sistematizou em sua obra o Serviço Social de Caso, trazendo importantes contribuições para entender a relação dessa metodologia com a perspectiva clínica da profissão. Sob sua óptica, a profissão deveria atuar junto às condições objetivas de manutenção da vida dos sujeitos e, também, na forma subjetiva com que os “clientes” lidam com as privações, “problemas” etc. Essa intervenção no âmbito interpessoal deveria se dar a partir do aconselhamento e da terapia que visam o ajustamento, e, portanto, legitimam a necessidade de conhecimentos no campo da Psicologia.

Bravo (2013, p. 67) aponta que, na década de 1950, nos países centrais, defendia-se que “o bem-estar pode ser alcançado no plano individual, desde que cada aspecto da vida seja regulado, cabendo esta missão ao profissional de saúde”. Nesse período, emerge o Desenvolvimento de Comunidade⁶, no qual o Serviço Social se insere. Porém, apesar de um caráter mais coletivo, esse tipo de intervenção se apresenta como neutra, encobrendo as expressões da questão social, por pautar-se em preceitos funcionalistas. Dessa forma, a sociedade é compreendida como um todo organizado a partir de sistemas, que precisam funcionar em harmonia e para a qual os indivíduos devem estar aptos (BRAVO, 2013).

Northen (1984, p.27), menciona que na década de 1960 despontavam intelectuais que defendiam que “os objetivos profissionais do ensino em Serviço Social deviam ser os de formar um clínico e um especialista em bem-estar social”. Nessa lógica do bem-estar social, ganha destaque a preocupação com o contexto social, mas sempre tendo como pressuposto de intervenção uma prática clínica de diagnóstico e tratamento.

⁶Na entrada dos anos de 1950, há o avanço do capitalismo monopolista e com ele o surgimento da ideologia desenvolvimentista. Nesse momento, há forte entrada de capital estrangeiro no Brasil, com o intuito de alavancar a industrialização e efetuar a dominação política, uma vez que o capitalismo necessitava se consolidar nos países periféricos diante da ameaça socialista no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. As principais estratégias para superar o subdesenvolvimento eram políticas pautadas no Desenvolvimento de Comunidade (PAULA, 2016).

Na produção de Northen (1984), encontramos um esforço sistemático para defender sua tese de que a prática do “Serviço Social Clínico” poderia ser aplicada a todas as modalidades até então desenvolvidas: Caso, Grupo e Comunidade. Essa obra nos apresenta a compreensão de que a sociedade é composta por sistemas que se inter-relacionam e, por isso, seria necessária a análise e intervenção junto aos “clientes” no aspecto individual, grupal/familiar e na sua relação com o meio/comunidade em que viviam. Na busca de uma identidade profissional comum, pautava-se em visões holísticas, respaldadas em conhecimentos psicológicos: “neste modelo de prática, o objetivo é efetuar mudanças positivas nas interações e transações entre pessoas, mais especificamente definido como o fortalecimento psicossocial e a prevenção e tratamentos dos problemas nas relações psicossociais” (NORTHEN, 1984, p. 29).

Merece destaque a questão da prevenção apresentada por Northen (1984), onde se trabalha a importância de ações a serem realizadas com os sujeitos considerados “normais” que, por alguma razão, estejam inseridos em um grupo considerado “de risco”, para que sejam evitados “desajustamentos”. Pautava-se na ideia de atender às necessidades antecipadamente, para que não se tornem “um problema” e possam promover o desenvolvimento “normal e harmonioso” de indivíduos/grupos/comunidades. A autora menciona que essa ideia da prevenção foi incorporada ao “Serviço Social Clínico” por influência da Saúde Pública e da Psiquiatria, de onde foram copiados os modelos de prevenção baseados nos aspectos biológicos/orgânicos.

No Brasil, o Serviço Social norte-americano ganhou destaque enquanto referência teórico-metodológica, influenciando decisivamente a formação e a prática dos assistentes sociais. Expressões importantes dessa influência aparecem nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, realizados em 1947 e 1961. Nesses encontros tivemos a presença do grupo que fazia a defesa do “Serviço Social Médico”. E percebe-se que a perspectiva clínica impregnou o discurso dos profissionais envolvidos de forma bastante incisiva. Como objetivo da ação profissional dos assistentes sociais aparece “relacionar a doença aos aspectos emocionais, psicológicos e sociais [...]”. O conhecimento

da personalidade é salientado como a grande contribuição do Serviço Social à Medicina” (BRAVO, 2013, p. 163-164).

Posteriormente, em meio ao Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, mais precisamente em meados dos anos de 1970, a vertente denominada Reatualização do Conservadorismo (NETTO, 1991) foi responsável por resgatar alguns desses elementos e conferir um traço psicologizante à atuação profissional da/o assistente social. Seus aportes estavam ancorados na compreensão de homem e de mundo orientada por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã. A fenomenologia emerge como uma das principais balizas diferenciadoras da contribuição desta perspectiva no processo de renovação da profissão.

Essas tendências permaneceram presentes em meio à nossa categoria profissional nas décadas seguintes e constituíram uma proposta de atuação profissional que hoje denominamos “Serviço Social Clínico”. Nesse sentido, os breves apontamentos que trouxemos sobre a constituição histórica do “Serviço Social Clínico” nos permitem observar seus rebatimentos em nossa profissão até os dias atuais, como iremos evidenciar no tópico posterior.

4 REFLEXÕES SOBRE A DEFESA DO “SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO” NA ATUALIDADE

Na atualidade, podemos afirmar que, de modo geral, os defensores do “Serviço Social Clínico” são assistentes sociais que buscam especializações nas áreas da Psicanálise, da Terapia Familiar e da Psicologia (PAULA, 2016). Faleiros (2009) afirma que a nossa formação em Serviço Social – por ser generalista – permite que os profissionais, após a graduação, possam se especializar em determinadas áreas, por meio da pós-graduação e, desse modo, a clínica seria uma possibilidade. No entanto, é preciso ter cautela ao tratar deste assunto, uma vez que o direito à especialização em determinada área ou política deve ser pensado de forma a não se chocar com a própria formação generalista em si.

A formação em Serviço Social fornece a seus profissionais a capacidade de análise

da realidade sob uma determinada óptica e as competências éticas e técnicas para intervenção nessa realidade. Esse é o pressuposto básico da nossa formação – que deve ser pautada pelas Diretrizes Curriculares da ABESS/1996. Porém, sabemos que cada espaço sócio-ocupacional tem as suas especificidades e, por isso, o profissional pode e deve se apropriar de leituras, cursos de aperfeiçoamento e até mesmo especializações que permitam o aprofundamento em temáticas presentes na sua prática e/ou que sejam de seu interesse. Mas cabe pontuar que a defesa feita por Faleiros (2009) é de um aprofundamento teórico e consequentemente, a possibilidade de uma intervenção profissional que vai na contramão da matriz teórica que a profissão elegeu como referência, a tradição marxista.

Entendemos que essas especializações (como a clínica) são muito sedutoras para profissionais que buscam, no sentido literal, um modelo de atuação, por não compreenderem o objetivo da nossa formação generalista. Nessa perspectiva, é como se o aperfeiçoamento fosse capaz de responder ao “como fazer” e fornecer as ferramentas necessárias para uma intervenção prática. A partir dessa concepção, a formação crítica não seria capaz de oferecer tais ferramentas. Essa frustração pode residir no fato de que muitas vezes o que se espera da teoria é que ela automaticamente vá produzir instrumentos de intervenção, quando na verdade ela é responsável por nos permitir uma melhor compreensão da realidade – compreensão esta necessária para a criação dos mecanismos de intervenção (SANTOS, 2010).

Por isso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou uma resolução (nº569/2010), após a realização de uma ampla discussão com a categoria profissional, vedando as práticas clínicas/terapêuticas, vinculadas ao título de assistente social, por não haver na formação graduada elementos que ofereçam competências técnicas para tal. Conforme Paula (2016), o CFESS não nega a dimensão da subjetividade no trabalho profissional da/o assistente social, apenas reitera que não é esse nosso objeto de intervenção e, portanto, não é atribuição dessa profissão a realização de práticas terapêuticas.

Faleiros (2009) defende que não há na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei

8662/1993), impedimentos diretos à realização de práticas terapêuticas no Serviço Social, e dessa forma, entende que a resolução CFESS nº 569/2010 seria incompatível com o que se preconiza no Art. 1º da legislação que rege o exercício profissional da/o assistente social: “é livre o exercício da profissão de assistente social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei” (BRASIL, 1993). Neste sentido, Scheffer (2017) relata que os defensores do “Serviço Social Clínico”, no Brasil, utilizam como argumento as experiências desenvolvidas em outros países, onde práticas terapêuticas são reconhecidas como atribuição de assistentes sociais. Esse discurso pauta-se na seguinte questão: se essas práticas são admitidas em outros países, por que não podem ser utilizadas no Brasil?

A questão é que esse discurso desconsidera as particularidades da formação sócio-histórica brasileira e, ainda, a forma como o Serviço Social se desenvolveu no Brasil, de forma a torná-lo incompatível com o “Serviço Social Clínico”. Ou seja, essa proposta desconsidera a historicidade enquanto processo constitutivo da nossa própria profissão e da realidade onde atuam os assistentes sociais.

Dessa forma, a escolha por uma prática clínica no âmbito da intervenção profissional da/o assistente social se choca com aquilo que a profissão elegeu como seu referencial teórico-metodológico e com os compromissos ético-políticos assumidos, de forma histórica e coletiva. Pois, como podemos refletir, a partir de Guerra (2016), não há como desvincular as respostas instrumentais dadas pelo Serviço Social, através da dimensão técnico-operativa, das suas dimensões teórico-metodológica e ético-política. Dessa forma, apreendemos que nenhuma prática é “só uma prática” e nenhuma técnica é “só uma técnica”, ao contrário, elas expressam valores e referenciais que norteiam projetos maiores, como o de uma profissão – que, por sua vez, se vincula a determinado projeto de sociedade. Sabemos que os principais referenciais teórico-metodológicos que norteiam conduzem a perspectiva clínica estão pautados na fenomenologia e que os mesmos contribuem para camuflar a lógica perversa da sociabilidade regida pelo capital, fortalecendo sua manutenção.

Completamente diferente dessa perspectiva, o referencial crítico-marxista pauta-se na análise concreta, histórica e dialética dos fenômenos sociais, buscando compreendê-los em uma concepção de totalidade. Ou seja, é o campo crítico-marxista que busca desvelar os meandros dessa sociedade regida pela lógica do capital, a conformação das relações sociais e as expressões da questão social – o real objeto de intervenção profissional da/o assistente social. E, segundo Guerra (2014, p. 63 e 64), somente o domínio de uma racionalidade crítica e dialética nos permite ir além das demandas imediatas e construir estratégias “visando potencializar as forças de negação da ordem social e de sua transformação em futuro próximo e remoto, articulando princípios às suas manifestações empíricas no exercício profissional”

Portanto, a adesão de nossa categoria profissional a esse campo teórico-metodológico não é uma escolha aleatória. Ao contrário, é uma opção consciente, pautada na certeza de que somente o método materialista histórico-dialético permite às e aos assistentes sociais a profunda compreensão da realidade de vida e de trabalho dos seus usuários – pois descortina as engrenagens capitalistas que criam miséria e pobreza em detrimento da concentração da riqueza socialmente produzida.

Em suma, o que podemos extrair como elemento central do debate aqui brevemente apresentado é que a utilização da técnica da terapia/clínica pelo Serviço Social é totalmente alheia à formação profissional que tem como centralidade a questão social e as suas expressões (MOREIRA, 2014). Tendo feito esse destaque imprescindível em nossa discussão, no próximo tópico traremos nossas impressões acerca do “II Seminário Serviço Social Clínico – Um Debate Inadiável”.

5 ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE O “II SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO – UM DEBATE INADIÁVEL”

Para o adensamento de nossa análise acerca do “Serviço Social Clínico”, tivemos acesso aos registros audiovisuais do “II Seminário Serviço Social Clínico – Um Debate Inadiável”, promovido pelo Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (SASERS) no dia 24 de maio de 2018. Sendo

assim, traremos agora algumas observações sobre tal material – sem nenhuma pretensão de esgotar os elementos que podem ser problematizados –, dialogando com o que a literatura crítica do Serviço Social vem produzindo nas últimas décadas.

Um primeiro apontamento que julgamos relevante é que dentro do próprio “Serviço Social Clínico” existam contrassensos. Alguns setores argumentam que as práticas terapêuticas podem e devem coexistir com o projeto ético-político hegemônico no Serviço Social. Estes setores pautam a sua defesa no argumento da pluralidade, enquanto um princípio do nosso projeto ético-político crítico.

No entanto, segundo Prates (2018), essa tendência revela uma compreensão acerca do pluralismo chamada por Lefebvre (1991, p. 229) de “sopa eclética”, ou seja, a articulação indiscriminada de métodos diversos e contrapostos para análise e explicação da realidade.

Nas palavras de Coutinho (1991, p.13):

[...] no terreno da ciência, natural ou social, o pluralismo não pode implicar o ecletismo ou relativismo [...]. É através da troca de ideias, da discussão com o diferente, que podemos afirmar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então é absolutamente necessário o debate de ideias [...], mas isso, a meu ver, não implica e não pode implicar no ecletismo. Isto é: não se pode pensar em conciliar pontos de vista inconciliáveis, em nome do pluralismo. Não é isso que o pluralismo tem a nos oferecer no terreno da ciência.

Outro equívoco apresentado no material analisado, em relação à compreensão que se tem sobre o pluralismo, refere-se ao entendimento de alguns profissionais de que não seria possível a sua coexistência com uma corrente hegemônica. Neste caso, hegemonia é confundida com autoritarismo, com falta de ambiente democrático, demonstrando a não compreensão acerca dessa categoria, sob uma perspectiva gramsciana.

Alicerçados em Coutinho (1992), compreendemos que a hegemonia se refere a uma direção intelectual e moral. E, portanto, a

corrente teórica que norteia dá direção ao Serviço Social não representa uma imposição ou a vontade da maioria, mas o direcionamento de aspectos valorativos e princípios que estão ligados a um projeto de sociedade que é progressista e que vem influenciando ideologicamente as vanguardas da profissão nos últimos 40 anos, após a “virada” crítica que foi historicamente construída.

Nesse sentido, Yamamoto (2014, p. 227) aponta:

[...] o pluralismo propugnado não se identifica com sua versão liberal, na qual todas as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão e os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagonísticos, polarizados seja pelos interesses do grande capital, seja pela construção da unidade política dos trabalhadores enquanto classe.

Na primeira mesa do evento, foi apresentado um panorama do Serviço Social pelo mundo, com o objetivo de convencer os participantes de que a prática clínica é uma realidade em outros países e, portanto, não haveria razões para que, no Brasil, ela não pudesse ser utilizada pelos assistentes sociais. Foram mencionadas experiências da América do Sul, América do Norte e Europa, cada qual com suas especificidades e exigências próprias para a prática das/os “assistentes sociais clínicos”⁷.

Nesta mesa, a palestrante, em dado momento, afirmou que a essência de uma profissão é algo universal e que, dessa forma, vedar a prática do “Serviço Social Clínico” seria uma espécie de autossabotagem que o CFESS vem cometendo. Frente a esta fala, nos cabe algumas problematizações. Afinal, não compreendemos que as profissões possuam uma “essência universal” – visto que elas são construídas por meio de processos históricos particulares e se desdobram de maneira diferente em cada realidade distinta. O que conseguimos perceber, através de

uma análise materialista e histórico-dialética do Serviço Social, é que a gênese de nossa profissão se dá em um momento histórico determinado, sob condições especificamente constituídas pelas configurações do capitalismo monopolista. Deste modo, o Serviço Social não possui uma “essência universal”, mas apresenta o seu fundamento nas lutas da classe trabalhadora que exigem respostas às expressões da questão social – movimento que vai impulsionar a constituição das políticas sociais, forjando o espaço para nossa profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Além disso, a profissão não se realiza deslocada do contexto econômico, social e político de cada lugar, e a forma como ela se organizou e se desenvolveu em cada espaço é própria e única. Importar metodologias externas, sem considerar a realidade, é algo sobre o qual a profissão já se debruçou criticamente e superou como aponta Yamamoto (2014) em relação às tendências regressivas no interior da profissão.

Em outro determinado momento do vídeo em questão, a prática clínica é mencionada como uma “saída” para o lugar de subalternidade que o Serviço Social vem ocupando nas equipes multiprofissionais de saúde. Para essa defesa, é utilizado o argumento de que nas chamadas “reuniões clínicas”⁸, o assistente social não tem contribuições a oferecer, ficando relegado às atividades menos especializadas como contactar familiares, passar recados etc. Façamos, então, uma breve reflexão sobre essa colocação – extremamente pertinente nos nossos tempos pandêmicos.

Em primeiro lugar, apoiados na análise de Bonfim (2015), compreendemos que apesar da legislação que conduz a política de saúde, no Brasil, ser bastante crítica e estar alicerçada nos princípios da Reforma Sanitária – que considera a determinação social do processo saúde-doença –, ainda hoje predominam, no cotidiano dos serviços de saúde, o projeto privatista e o modelo biomédico. Dessa forma, o conhecimento biológico, centrado na doença e a análise do indivíduo fora do seu contexto social, tende a ser a máxima das reuniões de

⁷É possível observar que o cenário é extremamente diverso: há países como os EUA, onde o “Serviço Social Clínico” se organiza em associações e atende em consultórios particulares credenciados por planos de saúde. Mas, há também a experiência do Chile onde não há um projeto profissional hegemônico e “nenhuma prática particular é censurada”, nas palavras da palestrante.

⁸Termo utilizado pela palestrante. Supomos se trate de reuniões voltadas às discussões de caso pelas equipes multiprofissionais, compostas por diversas áreas como: Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Fisioterapia, Psicologia e outras.

equipe multiprofissional que se dedicam, especialmente, a discutir as comorbidades sem analisar sua relação com o processo de trabalho, território, acesso a serviços e outros fatores que impactam na vida dos sujeitos que adentram os serviços de saúde. Dessa forma, devemos nos lembrar de que o movimento a ser feito pelas/os assistentes sociais precisa ser justamente o contrário ao que se propõe o “Serviço Social Clínico”.

As tarefas burocráticas mencionadas pela profissional como as razões para a subalteridade do Serviço Social são de fato, demandas equivocadas para a profissão. Frente e a elas, cabe às e aos assistentes sociais a competência profissional para saber construir as suas respostas pautadas na função social de nossa profissão. A funcionalidade do Serviço Social, no campo da saúde, deve ser exatamente o seu diferencial. Desse modo, o que a/o assistente social acrescenta na discussão da reunião de equipe é justamente a análise da determinação social do processo saúde-doença, e que nenhum outro profissional das demais áreas possui formação acadêmica para fazê-lo de forma tão qualificada.

Algumas falas, ao longo do Seminário, chamaram nossa atenção em especial, por apresentarem uma autoimagem de profissão que colide diretamente com o que se propõe o Serviço Social brasileiro na atualidade. Merece destaque um apontamento feito de que o “Serviço Social Clínico” se destina às pessoas que lutam por uma vida digna e fracassam, como se a ausência do que se tem construído pela imagem de uma vida bem-sucedida na sociedade capitalista fosse culpa dos sujeitos que, pela própria organização das relações sociais, estão privados de acessar posições privilegiadas. Como aponta Netto (2007, p.45), “ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral [...] – e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais”.

Sob a perspectiva do nosso projeto ético-político crítico o “fracasso” não é dos sujeitos sociais e não se expressa nas suas vi-

das particulares. Ele é uma característica do capitalismo contemporâneo, enquanto um emaranhado de relações sociais moldadas por um modo de produção que já se revelou fracassado. Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando a sua reprodução ampliada, o capital intensifica sua destruição em relação à natureza e à humanidade. A crise que enfrentamos desde o final do século XX é, nos termos de Mészáros (2009), uma crise estrutural que releva todo o fracasso e toda a incompetência do modo de produção pautado na lógica do capital em cumprir suas promessas civilizatórias. Portanto, a solução não consiste na alteração dos comportamentos dos indivíduos para que eles melhor se adequem à ordem burguesa, mas, justamente da destruição da lógica do capital para a construção de uma nova sociabilidade verdadeiramente humana.

Um último momento emblemático do evento em questão, a ser destacado por nós, refere-se à defesa de que o Serviço Social deve lidar com o “equilíbrio” e não com a miséria e “outros fenômenos que não têm solução”⁹. A incompreensão histórica e teórico-metodológica que essa afirmação carrega em si é extremamente preocupante. O Serviço Social não lida com o equilíbrio, a harmonia e a coesão social, porque é exatamente do conflito entre as classes sociais e das reivindicações políticas dos trabalhadores e das trabalhadoras que surgem as respostas do Estado, através das políticas sociais – processo histórico que permite o surgimento da/o assistente social enquanto profissional que irá atuar na execução dessas políticas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Além disso, se a miséria é algo que nos incomoda e nos choca, em nosso cotidiano profissional, não há razão para ignorá-la, reivindicando um campo de atuação “mais confortável”. O movimento precisa ser justamente o oposto, onde se busque uma atuação profissional capaz de fortalecer os movimentos históricos que se colocam contrários à dinâmica capitalista enquanto produtora da miséria. Por isso, é exatamente frente às precárias condições de vida da classe traba-

⁹Expressão utilizada pela palestrante. Cabe mencionar que pautados pela perspectiva crítica, a saber, o materialismo histórico-dialético, que orienta a concepção de realidade apresentada neste trabalho, não concebemos a miséria como “um fenômeno que não tem solução”. Compreendemos que a mesma é expressão inerente do modo de produção capitalista, que é mais um dos modelos de sociedade possíveis na história da humanidade, mas não o único.

lhadora que somos chamados a atuar, e que nosso conhecimento teórico-prático e nosso posicionamento político-ideológico coletivo se faz tão necessário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicamos em nossa introdução, é impossível desconsiderar o contexto da pandemia provocada pela COVID-19, e como ela vem rebatendo em nossa profissão. Essa conjuntura tem reatualizado e potencializado muitos elementos comuns às práticas terapêuticas e à perspectiva do “Serviço Social Clínico”. Especificamente no campo da saúde, nesse contexto de calamidade pública, as/os assistentes sociais têm visto retornar com força as demandas por comunicação de óbito, contato com familiares para informação de situação de saúde dos usuários, organização de campanhas de doação, etc. Sabemos que essas requisições não compõem as atribuições e competências profissionais regulamentadas pela Lei 8.662/1993 e que são incompatíveis com o conhecimento teórico-metodológico, técnico-procedimental e com os valores ético-políticos do nosso projeto profissional hegemônico. Nesse sentido, o CFESS publicou a orientação normativa nº03/2020 reafirmando tal posicionamento.

Assim, atuar sob uma perspectiva coerente com o que propõe nosso projeto ético-político hegemônico requer a socialização de informações que pretendem viabilizar que as famílias dos usuários tenham acesso aos seus direitos. Porém, quando a instituição de saúde solicita a intervenção da/o assistente social nos casos mencionados, muitas vezes espera equivocadamente que os profissionais prestem suporte emocional às famílias, atuando em um âmbito que não nos compete, que é o da subjetividade. Atender a essa expectativa institucional pode fortalecer tendências como o “Serviço Social Clínico”.

Entretanto, entendemos ser extremamente complexa a situação das/os assistentes sociais que estão na linha de frente do combate a essa pandemia e que buscam pautar sua intervenção profissional no projeto ético-político. Muitos dessas/es profissionais estão atuando sob vínculos de trabalho frágeis e temporários. Mas, até mesmo aqueles que compõem uma equipe fixa em

uma instituição de saúde, estão encontrando dificuldades para se organizar coletivamente e fazer resistência à avalanche de demandas equivocadas que chegam a todo momento. Muitos profissionais, ainda, tocados pela gravidade do momento, pela urgência das situações, pela dor das famílias, acabam por abrir exceções e acolher demandas que estão fora do escopo da nossa atuação profissional.

Apesar da complexidade do momento vivido, é sempre primordial lembrar que assumir a responsabilidade pela execução desse tipo de requisição reforça uma imagem de profissão vinculada à solidariedade, à psicologização das relações sociais e, portanto, contribui para o fortalecimento de um projeto de profissão contrário a tudo o que construímos historicamente, por décadas, no campo do Serviço Social.

A pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus, infelizmente, tem sido elucidativa no que se refere à determinação social do processo saúde-doença. Através dela é possível constatar como a classe trabalhadora está mais suscetível ao adoecimento e, uma vez adoecida, em razão da dificuldade do acesso aos serviços de saúde, acaba por experimentar as formas mais agravadas da doença. É inegável a relação que se estabelece entre saúde, trabalho, qualidade de acesso aos bens e serviços. Por tudo isso, entendemos que a intervenção profissional do Serviço Social é fundamental nesse cenário. E direcionar esse trabalho para uma perspectiva clínica é privar a população usuária da contribuição que a/o assistente social pode e deve oferecer ao campo da saúde, que é justamente a análise qualificada da determinação social do processo saúde-doença e a possibilidade de orientar/informar/viabilizar o acesso aos direitos, que minimamente possam produzir acesso a condições mais dignas de sobrevivência nessa sociabilidade. Além disso, é nosso papel, enquanto categoria profissional, inspirada pelo projeto ético-político hegemônico, expressar os seus princípios, cotidianamente, a fim de progressiva e coletivamente tensionarmos os valores impostos pela sociabilidade burguesa e contribuirmos com a possibilidade de construção de uma sociedade para além do capital e de suas mazelas (PAULA, 2016).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 13/01/2020.

BONFIM, P. **Conservadorismo Moral e serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRAVO, M.I.S. **Saúde e Serviço Social no capitalismo – fundamentos sóciohistóricos**. São Paulo: Cortez, 2013.

COUTINHO, C. N. **Pluralismo: dimensões éticas e políticas. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. Cadernos ABESS, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991.

_____. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Capítulo 5.

FALEIROS, V. P. **Faleiros e o Serviço Social Clínico de 16 de agosto de 2009**. Disponível em: <http://diariode-campo.wordpress.com/2009/08/16/faleiros-e-o-servicosocial-clinico>. Acesso em: 05/01/2020.

FONTES, Virgínia. **Coronavírus e a crise do capital**. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1883/coronavirus-e-a-crise-do-capital-entrevista-com-virginia-fontes>. Acesso em: 10/08/2020.

GUERRA, Y. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: Reflexões preliminares**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

_____. **Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas**. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária**. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica – Coletânea Nova de Serviço Social. Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2014.

HAMILTON, G. **Teoria e Prática do Serviço Social de Casos**. Rio de Janeiro: Agir, 1982.

- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal - Lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- NORTHEN, H. **Serviço Social Clínico: um modelo de prática**. Rio de Janeiro: Agir, 1984.
- PAULA, L. G. P de. **Estratégias e Táticas: Reflexões no Campo do Serviço Social**. 1ª Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2016.
- PRATES, J. C. **Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social**. Revista Textos e Contextos, v. 17, n. 2. Porto Alegre: ago./dez. 2018 - p. 240-246.
- RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. **Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas**. In: SILVA, M. L. O. (Org.) **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- SANTOS, C. M. dos. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2010.
- SEGUNDO SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO**. SASERS Sindicato. Transmitido ao vivo em 24 de maio de 2018. Porto Alegre: Sindicato de Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, 2018. 296 minutos. [Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KvjgKdP20GY](https://www.youtube.com/watch?v=KvjgKdP20GY). Acesso em: Junho de 2019.
- SCHEFFER, G. **Subsídios Históricos para Crítica dos Fundamentos do Serviço Social Clínico no Brasil**. In: DUARTE, M. J. O.; PASSOS, R.G.; GOMES, T. M. S. (Org). **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas**. Ed. Papel Social, São Paulo: 2017.

ESTUDO SOCIOECONÔMICO: NOTAS PARA SUA EXECUÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL



Ludson Rocha Martins¹

RESUMO:

O presente texto realiza uma avaliação da literatura especializada sobre o estudo socioeconômico, compreendido como um processo de levantamento de informações e análise que visa a caracterização precisa da estrutura familiar ou do grupo, bem como das relações sociais do indivíduo, em termos de redes primárias e recursos econômicos e em relação a critérios que regulam o acesso dos sujeitos a bens e serviços sociais. É realizada abordagem sobre a evolução histórica de tal técnica, de seu surgimento e abordagens teóricas, tradicionais e contemporâneas, sendo, ao final, apresentada síntese para seu encaminhamento prático.

Palavras-chave: Serviço Social; instrumentalidade; estudo socioeconômico.

¹Assistente social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e atua como assistente social da Prefeitura Municipal de Nova Lima (MG).

INTRODUÇÃO

No Serviço Social o estudo socioeconômico (ou seleção socioeconômica) é uma prática das mais tradicionais, associada muitas vezes ao próprio estatuto da profissão. Via de regra, ele é definido como o processo de “[...] caracterização precisa da estrutura familiar, ou das relações sociais do indivíduo, em termos de redes primárias e recursos econômicos – em geral parte de um teste de meios” (MARTINS, 2017, p. 85).

Esta técnica, das mais comuns no meio profissional, é rotineiramente exercida por assistentes sociais no Brasil na Política de Previdência Social, Política de Habitação, assistência estudantil, programas de auxílio desenvolvidos por organizações não governamentais ou empresas, e, sobretudo, nos espaços da Política de Assistência Social, quando da concessão de benefícios continuados ou eventuais (SOUZA, 2008; MIOTO, 2009).

Apesar de compor o cotidiano de muitos, não são poucas as dúvidas, desafios e restrições dos profissionais a sua consecução. Esse cenário problemático surge tanto pelas dificuldades inerentes ao início da carreira (caso de assistentes sociais recém habilitados), pelas pressões típicas do ambiente de trabalho (cada vez mais pressionado pela precarização das condições e vínculos de trabalho), ou pelos problemas estruturais da formação e da pesquisa em Serviço Social, historicamente insuficientes no que se refere ao tratamento das questões objetivas da prática (REIS, 1998; SANTOS, 2011; MARTINS, 2017).

Nesse cenário os/as profissionais convivem com dilemas importantes: o que são os estudos socioeconômicos? Como são elaborados? Quais as suas implicações éticas e técnicas? Como eles se relacionam com outras técnicas e registros profissionais? Neste curto espaço tentaremos elaborar, apoiados na revisão de literatura especializada², algumas considerações acerca de tais problemas, formulando apontamentos críticos que contribuam com o debate e a intervenção cotidiana dos/as assistentes sociais.

1 AS ORIGENS PRÁTICAS E TEÓRICAS DA SELEÇÃO SOCIOECONÔMICA

1.1 O contexto histórico da avaliação socioeconômica

Em sua gênese, a avaliação socioeconômica emula práticas religiosas e filantrópicas presentes no ocidente europeu desde a ascensão do cristianismo como força religiosa preponderante (PITARELLO, 2013; MARTINS, 2017). Na vertente católica, sua protoforma mais importante são as sindicâncias desenvolvidas pelas associações de vicentinos – ações de seleção de pobres e doentes para receber auxílio da igreja e de leigos dedicados ao trabalho voluntário.

A sindicância – até hoje realizada por tais associados – nada mais é do que uma avaliação conduzida por um grupo de pessoas que visa observar as posses, aparência e o comportamento das famílias, de forma a comprovar o seu estado de carência (DONZELOT, 1980; SOUZA, 2001). Olhar as panelas, os armários, os banheiros, observar a mobília, a existência de bebida alcoólica, de membros do grupo familiar em estado de ociosidade, a sua relação com a igreja, é o modo por meio do qual esta iniciativa se materializa.

O processo de sindicância é ao mesmo tempo investigação e julgamento: investigação sobre a moral, a higiene e os recursos materiais das populações empobrecidas; julgamento sobre o caráter de todos aqueles que solicitam apoio e a caridade de outros (DONZELOT, 1980; VERDÈS-LEROUX, 1986). Nesse campo somente serão dignos de ajuda as crianças pequenas ou órfãos (pré-adolescentes e adolescentes com familiares que podem trabalhar); os que caíram em desgraça devido a acidentes, catástrofes e doenças; os idosos, loucos e os “deficientes”.

O objetivo da sindicância não é garantir aos beneficiários uma vida digna, nem estabelecer uma relação de prestação de serviços calcada no direito positivo, mas exercer

²Para tanto foram utilizados os identificadores “instrumentalidade no Serviço Social”; “estudo socioeconômico”; “seleção socioeconômica” e “avaliação socioeconômica”, nas plataformas <https://www.scielo.br/> e <https://scholar.google.com.br/>. Ainda foram consultadas obras de referência, a partir de autores como Guerra (2014); Santos (2011); Mioto (2009) e Fávero (2011).

sobre eles um mandato de fé. Estabelecido o vínculo do laicato com seu público, torna-se possível realizar exigências. As viúvas devem se casar; jovens mulheres com experiências sexuais devem ser recolhidas ao convento ou se refugiar no casamento; homens devem ser impelidos ao trabalho, e, óbvio, é imprescindível que todos – do mais novo ao mais velho – frequentem as celebrações religiosas (DONZELOT, 1980; SOUZA, 2001).

A prática das sindicâncias está associada, assim, as estruturas de reprodução, solidariedade e controle social, típicas do mundo feudal, tal como descritas por Robert Castel (1998). Para ele, as bases da “sociabilidade primária” do medievo partiam de dois vetores centrais, que moldavam a interdependência entre os sujeitos e concorriam para a estabilidade social.

Temos de um lado a horizontalidade das relações grupais e interpessoais desenvolvidas no seio da comunidade rural, e de outro a verticalidade dos sistemas de sujeição senhorial. Os indivíduos, nesse prisma, estavam inseridos em uma rede de trocas, pressões e conformações de caráter econômico, simbólico e social, que se assentavam na dependência do camponês em relação ao senhorio laico ou religioso, bem como no sistema das solidariedades de vizinhança (que se fazia pela inscrição social dentro da aldeia – com seu aspecto de territorialidade – e na família, a partir das noções de dever e dependência mútua). Dessa forma, a comunidade promove um equilíbrio precário, que fornece apoio parcial aos fracassados, permitindo, mesmo que de forma instável a sua reprodução social (CASTEL, 1998).

O viés protestante, do ponto de vista prático, não apresenta grandes distinções em relação às sindicâncias (PAYNE, 1995). Isto é, também nesse caso existe um grupo religioso que coordena a ajuda aos/às necessitados/as, realizando nesse processo a propaganda e os constrangimentos que lhes são peculiares.

A novidade se estabelece pela exacerbação da ética do trabalho, própria desse grupo, bem como pelo novo contexto social em que tais práticas estão imersas – falamos aqui da transição do mundo feudal para o mundo

capitalista. Tal alteração se refere já a um cenário de dissolução do mundo medieval, carregando consigo a fragilização ou a eliminação das práticas de reprodução social que lhes são características. Daí, inclusive, a junção de tais ações às casas de trabalho forçado, típicas do mundo anglo-saxão (PITARELLO, 2013; PAYNE, 1995).

Especificamente, o contexto histórico de surgimento da seleção socioeconômica enquanto ação profissional se localiza na transição do século XIX para o século XX (PITARELLO, 2013). É neste período que se evidenciam inequivocamente as diferenças entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista, entre a pobreza feudal (marcada pela baixa produtividade do trabalho, laços servis, epidemias ou desastres naturais) e a pobreza capitalista (constituída estruturalmente em meio a alta produtividade do trabalho e a constante geração de riqueza), é também nele que começam a amadurecer os mecanismos políticos de intervenção das classes trabalhadoras (os sindicatos e partidos operários) – inserindo o elemento de pressão política organizada sobre o Estado e as classes dominantes –, é nele que se começa a metamorfosear o Estado, que expande seu campo de atuação econômica e sociopolítica³, em síntese é quando se explicita a questão social, enquanto eixo estruturante da sociabilidade moderna (CASTEL, 1998; NETTO, 2004; 2007).

A seleção socioeconômica surge na verdade numa conjuntura de desconstrução das antigas formas de reprodução social, calcadas na solidariedade senhorial e religiosa, e (após o relativo vácuo do período mercantilista e do capitalismo do século XIX) da emersão de redes institucionalizadas de solidariedade, constituídas por meio das políticas públicas e sociais. Tal contexto não é outro senão o do surgimento do próprio Serviço Social enquanto profissão institucionalizada (NETTO, 2007).

Já é conhecido o consenso da literatura em Serviço Social que posiciona o surgimento da própria ocupação neste horizonte histórico, ou seja, a profissão de assistente social é tributária de um movimento de constituição

³O chamado Estado Monopolista.

de respostas estatais as necessidades sociais que não mais encontram suporte nas soluções comunitárias e familiares e que se desenvolveram junto a emergência da grande indústria, da urbanização e das reivindicações proletárias (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983; NETTO, 2007; FALEIROS, 2011).

A profissão, inicialmente limitada à operação terminal de políticas sociais (NETTO, 2007), desenvolve práticas e gramáticas focadas no atendimento das necessidades da população (e num viés de controle social e legitimação da ordem instituída). Estas intervenções são dependentes da conformação das estruturas sociais que assentam as políticas públicas como elemento contraditório inserido no quadro de disputas entre o capital e o trabalho.

Por isso, a política social é ao mesmo tempo uma forma de conquista e ampliação de direitos (e que portanto atende as necessidades das classes trabalhadoras) e um mecanismo de controle e estabilização social, com funções econômicas de dinamização do mercado consumidor (e que atendem a interesses dos setores dominantes da sociedade), se estatizando enquanto forma essencial da reprodução social na modernidade capitalista (ao menos nos países centrais e emergentes, estes últimos de forma parcial e incompleta) (NETTO, 2007; FALEIROS, 1995).

Essa caracterização é também a chave para a compreensão do princípio da seletividade das políticas sociais. Como expõe Pitarello (2013) a política social, estruturalmente opera com recursos e alcance limitados. O seu próprio escopo está assentado na noção de cidadania enquanto um princípio formal de liberdade e potencialidade dos sujeitos, contrabalanceado pela realidade da sua inserção no mercado e capacidade individual de dar conta das suas próprias demandas e questões.

Mesmo nos sistemas de proteção social mais extensos (e baseados na universalidade das ofertas), não há perspectiva de superação desse dilema. Daí que, em última instância, os efeitos práticos e ideológicos da política social não produzam a eliminação das desigualdades e da ordem econômica que as sustentam, mas promovam o seu controle, facilitando a manutenção dos esquemas sociais existentes (FALEIROS, 1995; PITARELLO, 2013). Ou seja, a política social é um

mecanismo de mediação das disputas, interesses e conflitos da ordem capitalista, um mecanismo que pode gerar tensão e avanços dentro dessa ordem, mas que não é capaz de dar cabo dos seus problemas e contradições.

Conforme Pitarello (2013), o princípio da seletividade é então uma diretriz que permite a administração dos conflitos e das insuficiências da política social. Inexistindo meios para atender a todos num nível de qualidade e quantidade suficientes é necessário escolher os que serão ou não atendidos. Daí a que a partir da política social se desenvolvem técnicas, regras e aparelhos administrativos que operam esse direcionamento, dentre os quais se destacam os mecanismos de seleção socioeconômica.

É importante notar que a seleção socioeconômica no âmbito profissional e burocrático não se refere apenas a um problema de natureza técnica. Isto é, o estudo socioeconômico é uma forma sistemática e estruturada de avaliação social, mas seu uso ao longo da história evidencia que não se tratava de selecionar sujeitos e grupos a partir de indicadores de risco ou vulnerabilidade, a funcionalidade desse processo à ordem vigente não se coloca apenas do ponto de vista de eficácia, mas também de uma perspectiva ideológica. Numa ótica conservadora, a seleção socioeconômica (vista aqui em conexão com suas protoformas religiosas) avalia também comportamentos, padrões de sexualidade e de família, colocando-se como meio de normalização dos sujeitos e grupos (PITARELLO, 2013).

Temos aqui um paradoxo importante, semelhante àquele identificado por Netto (2007) quando da análise da relação entre o Serviço Social e as instituições de promoção de ajuda e caridade. A conexão da avaliação socioeconômica com a política social a coloca como um esquema de ação profissional, ordenado e metódico, que visa a adequação entre demandas sociais e recursos institucionais. Contudo, é impossível negar que em seus primórdios tal prática emulava as ações filantrópicas – a exemplo da sindicância – com assistentes sociais inspecionando a alimentação, os recursos econômicos e conduta social de seus/suas usuários/as.

Entretanto, isso não significa que exista uma derivação entre as práticas, isto é, que a

filantropia deu origem a avaliação socioeconômica, sendo a segunda meramente a evolução da primeira. Na verdade, existe uma relação dialética de continuidade e ruptura entre tais campos. Continuidade, porque a seleção socioeconômica inicialmente adota abordagens típicas da filantropia, inclusive com seus viés religioso. Ruptura, porque o emprego sistemático da técnica está vinculado a um novo padrão de reprodução social, que institucionaliza demandas e contradições em vez de relegar o seu tratamento aos esquemas de proteção e sociabilidade primárias.

Cabe enfatizar também que os/as profissionais de Serviço Social não são os/as únicos/as executores da seleção socioeconômica. O estudo socioeconômico - em diversas realidades nacionais - é desenvolvido também por profissionais como pedagogos/as, enfermeiros/as ou ainda (e sobretudo) por agentes de nível médio ou médio/técnico (como visitantes/as sociais ou cadastradores/as) (PAYNE, 1995; VERDÈS-LEROUX, 1986).

Os/as assistentes sociais são, em todo caso, os/as que mais o utilizam, principalmente quando as exigências institucionais ressaltam a necessidade de avaliação qualitativa das situações, para além do mero enquadramento dos indivíduos e famílias nas regras dos serviços e programas sociais (MIOTO, 2009; PI-TARELLO, 2013; VERDÈS-LEROUX, 1986).

1.1 O surgimento da seleção socioeconômica em seu contexto teórico

É relevante assinalar brevemente as bases teóricas presentes nas origens da avaliação socioeconômica. Trata-se de uma técnica desenvolvida na conjuntura tradicionalista do Serviço Social, marcada pela hegemonia do funcional positivismo, pelo conservadorismo e pela influência religiosa.

Em suas origens a seleção socioeconômica foi utilizada como procedimento integrante do Casework, no bojo da perspectiva de Mary Richmond (1950). Nela, especificamente, não há menção a esta técnica, contudo sua análise foi utilizada por muitos, sendo a base teórica que embasou a operacionalização de tal avaliação.

Nessa visão, o estudo socioeconômico consistia numa composição, voltada a des-

velar as situações sociais problema que implicavam sujeitos e grupos, promovendo sua normalização, sob uma ótica clínica. Tratava-se de um meio para obtenção de informações sobre os/as usuários/as (sobretudo no campo da renda, das despesas e atividades cotidianas), um diagnóstico, que visava

[...] formar um juízo tão exato quanto possível da situação, da personalidade dum ser humano que tenha qualquer necessidade social, situação e intencionalidade estas em relação aos outros seres humanos de quem ele dependa ou que dependam dele, em relação também as instituições sociais de sua comunidade (RICHMOND, 1950, p. 310).

A ideia seria retratar

[...] todos os fatores principais que importam à reconstrução social, com inclusão de todos os dados sobre que se possa afirmar o tratamento social a empreender. Nesta seleção dos elementos deve a trabalhadora social evitar sempre qualquer preferência por fatores causais, resultante de impulsos, predisposições ou simpatias pessoais (RICHMOND, 1950, p. 305).

Está em pauta aqui uma discussão de matriz organicista, que indica o sistema social como um constructo em estado de equilíbrio. Nela, existiria uma feição normal de sociedade, cujo escopo residiria na correspondência das aspirações e ações dos sujeitos com os valores culturais e recursos sociais a eles ofertados. O desencontro entre as estruturas socioculturais e as condutas individuais significaria existência de elementos patológicos na vida do sujeito, grupo ou comunidade, demandando um processo de reforma moral.

A título de exemplo, os desdobramentos desta posição podem ser rastreados em autores como Friedländer (1972); Nicholds (1969), Hamilton (1976), ou ainda em Vieira (1977). Comparece nas problematizações de todos estes a concepção de Serviço Social como uma espécie de tecnologia, sendo seu alvo ou objeto de intervenção o bem-estar dos indivíduos, comunidades e grupos. Para esse propósito deve-se utilizar conhecimentos, técnicas e métodos específicos de intervenção, cuja particularidade se encontra no olhar holístico, global, em todas as “dimen-

sões” da vida dos sujeitos. A condição precípua para o bem-estar é a plena integração dos indivíduos na realidade existente a partir do correto cumprimento dos seus papéis e funções. A intervenção do assistente social, se volta então à classificação do normal e do patológico e ao seu posterior encaminhamento moral (FRIEDLÄNDER, 1972; HAMILTON, 1976; NICHOLDS, 1969; VIEIRA, 1977).

O processo de seleção socioeconômica é então visto como meio de pesquisa aplicada em Serviço Social e deve promover:

A) A caracterização do grupo familiar (quantidade de membros, sexo, idade, identificação e documentação) (FRIEDLÄNDER, 1972; HAMILTON, 1976);

B) A quantificação dos recursos e gastos financeiros (salários, pensões, recursos de pequenos negócios, o detalhamento das despesas) (NICHOLDS, 1969; VIEIRA, 1977);

C) A descrição dos bens materiais (os utensílios e móveis da casa), a descrição dos hábitos e valores (se os indivíduos trabalham ou não, se possuem rotinas religiosas, como se vestem as mulheres, como são criadas as crianças, etc.), (HAMILTON, 1976), e;

D) A identificação de situações desestabilizadoras, como desemprego, mortes e doenças, enquanto justificativa material e ideológica para o acesso a benefícios e serviços (VIEIRA, 1977; HAMILTON, 1976).

O processo prático da seleção socioeconômica compreende, assim, a existência de um instrumental prévio (consistindo em formulários ou fluxos) que orientam a captação de informações sobre os sujeitos e grupos em passos e processos estruturados; a realização de atendimentos individualizados, em que os indivíduos apresentam suas demandas ao Serviço Social; culminando com o levantamento documental e novos atendimentos (sobretudo por meio de visita domiciliar) que caracterizam os problemas e necessidades. Ao final emite-se um parecer que promoverá ou não o enquadramento do usuário às normas que regem o serviço ou benefício solicitado (FRIEDLÄNDER, 1972; VIEIRA, 1977).

O mais importante, do ponto de vista teórico, é notar que o foco da análise é a classificação dos sujeitos e das situações por eles vivenciadas, visto que o grande diferencial

do Serviço Social seria não a concessão dos benefícios em si mesmos, mas o enfrentamento de suas causas, por meio de uma dinâmica de reforma moral dos mandatários (FRIEDLÄNDER, 1972). Assim, se na família há condutas sexuais não convencionais estas devem ser abordadas, se os hábitos de higiene pessoal e limpeza são tidos como inadequados, estes devem ser alterados, absenteísmo e alcoolismo não podem ser tolerados, não são admitidas ações subversivas, como filiação a partidos, sindicatos e etc. (NICHOLDS, 1969; VIEIRA, 1977).

Aqui o elemento de chantagem dos usuários é a oferta de serviços: somente serão aprovados ou considerados aptos a participar aqueles que se submeterem as normas institucionais e parâmetros de ação profissional. Ou seja, na perspectiva conservadora é inequívoco o elemento de controle, sujeição, e como diz Verdès-Leroux (1986), de violência simbólica dos profissionais para com a população.

Não por acaso o movimento de reconceitualização e o processo de renovação do Serviço Social no Brasil realizaram extensa crítica a tal ideário, promovendo a sua superação, em prol da valorização da autonomia, da garantia de direitos e do compromisso profissional com novas formas de convivência e organização social (MIOTO, 2009; GUERRA, 2014; SOUSA, 2008; SANTOS, 2011).

Mais a frente trataremos dos elementos e perspectivas contemporâneas para a efetivação da avaliação socioeconômica, focalizando as discussões nas questões práticas que perpassam tal debate.

2 NOTAS PRÁTICAS E TEÓRICAS SOBRE O ESTUDO SOCIOECONÔMICO NA ATUALIDADE

O estudo socioeconômico, enquanto técnica utilizada pelo Serviço Social, faz parte do debate contemporâneo sobre a instrumentalidade profissional. Este último representa a ruptura com a lógica funcional-positivista que prevalecia durante o conservadorismo, que reduzia a particularidade e a legitimidade da profissão à sua instrumentação técnica.

O cerne das discussões contemporâneas foi elaborado por Yolanda Guerra (2014), se-

gundo a qual o aparato interventivo da categoria não possui valor ou resolutividade intrínsecos. Para ela, o uso dos instrumentais está radicado nas forças sociais que estruturaram o Serviço Social em sua dinâmica histórica, sobretudo no que toca os processos que regem os espaços sociocupacionais em que os atores da profissão atuam.

Assim, o uso de técnicas (e os resultados que elas produzem) é dependente da intencionalidade dos agentes profissionais, incluindo os valores e a racionalidade que informam a sua prática, bem como do processo de trabalho institucional, que condiciona os objetivos, recursos e as possibilidades de atuação.

Neste sentido o arcabouço interventivo dos assistentes sociais seria uma construção que se reportaria não apenas a uma estrutura de práticas (codificadas e esquematizadas), mas a uma capacidade constitutiva da profissão, que permite que seus agentes, num determinado nível da realidade social (o nível do cotidiano), alterem as condições objetivas e subjetivas da realidade com os quais se defrontam (MARTINS, 2017, p. 80).

Ou seja, tão importante quanto saber realizar uma avaliação socioeconômica é compreender o porquê esta técnica está sendo utilizada, como ela se integra na dinâmica de trabalho institucional, quais os resultados dela se esperam (em termos de expectativas do público usuário e das instituições empregadoras) e quais as questões éticas e políticas estruturam a sua consecução.

No Brasil a realização dos estudos socioeconômicos tem como base normativa pontos elencados na Lei Federal nº 8.662/1993, que dispõe sobre o exercício da profissão de assistente social. O Art. 4º desta norma institui tal função como competência profissional, assim delimitada:

Artigo 4º. [...] XI - realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. [...]

A partir da definição constituída na Lei se formou no país dois tipos de concepção acerca da avaliação socioeconômica, a primeira estruturada a partir das ideias de Fávero (2011) sobre o estudo social e a segunda baseada na visão de Mioto (2009).

Note-se que em geral as discussões acerca do estudo social são mais amplas, uma vez que Fávero (2011) o compreende enquanto processo investigativo em matéria de Serviço Social, que se utiliza de várias ferramentas e técnicas, dentre os quais se insere a seleção socioeconômica (vista como um dos meios de conhecimentos dos sujeitos, famílias e grupos). Em Fávero (2011), portanto, existe uma visão restrita acerca do estudo socioeconômico, posto necessariamente como um teste de meios, que pode ou não integrar o estudo social, enquanto dinâmica metodológica de avaliação da realidade no âmbito profissional⁴.

Já Mioto (2009) elabora uma definição que institui uma identidade entre estudo socioeconômico e o estudo social. Neste sentido, apresenta uma concepção ampla, na qual a avaliação socioeconômica abarca múltiplas dimensões da vida familiar e do indivíduo. Diz ela que:

Operacionalmente, os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços [...]

[...] Os estudos sociais são realizados nos mais diversos campos de intervenção profissional e estão vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, em que se inclui a aquisição de bens e de serviços. Ou ainda, são realizados para servir como subsídio para o arbítrio de situações conflituosas como é típico do campo sociojurídico. Assim acontece em inúmeros espaços sócio-ocupacionais presentes na organização dos mais variados serviços e programas vinculados às políticas públicas, ao judiciário de maneira geral, as organizações privadas e também às organizações não governamentais (ONGs) (MIOTO, 2009, p. 490-491).

⁴Em virtude disso, como expõe Martins (2017), em Fávero (2011) os estudos sociais não se constituem apenas como competência – como no caso da avaliação socioeconômica –, mas como atribuição privativa dos/as assistentes sociais.

Há problemas na visão de Mioto (2009). A postulação de uma concepção alargada dos estudos socioeconômicos é repleta de possibilidades, porém a abertura excessiva do conceito provoca falhas, sobretudo no que toca a equiparação de tal ideia a noção de estudo social, que de fato se refere a um processo diverso e mais profundo. Nesse sentido, parece-nos pertinente adotar uma noção restrita, compreendendo a avaliação socioeconômica como meio de estudo da realidade para os fins de oportunização de serviços e benefícios, como observa Fávero (2011) e outros autores que a seguem, a exemplo de Pitarello (2013) e Sousa (2008).

Contudo, a caracterização prática feita por Mioto (2009) é oportuna e pode pautar a execução dos estudos socioeconômicos, mesmo por uma ótica mais restrita. Nesta esfera, a autora estabelece parâmetros para a condução da avaliação socioeconômica, em termos de execução e definição de informações para a análise. Segundo a mesma, todo o estudo balizado por uma perspectiva de valorização dos/as usuários/as e compromisso com o atual projeto profissional do Serviço Social parte de um problema básico: *a oportunização de benefícios e serviços e sua relação com a forma como as famílias e grupos se organizam para a satisfação das necessidades de seus membros e provisão de bem-estar*.

Ou seja, a realização da avaliação socioeconômica não visa o julgamento ou adequação dos sujeitos, mas a provisão de cuidado, proteção e a disponibilização de ofertas, tidas como direito e não concessão das instituições de política social (MIOTO, 2009). Não cabem, portanto, processos de trabalho que promovam ações constrangedoras, chauvinistas, que violem a intimidade dos usuários (como inspeções e verificações minuciosas de recursos materiais e financeiros), ou questionamentos a valores individuais (no campo do comportamento cotidiano, da sexualidade ou da crença).

Também é preciso considerar que a avaliação socioeconômica busca a garantia de direitos, a partir de ofertas de política pública e de serviços existentes, mediados pelas normas que os sustentam. A análise é, dessa forma, uma prospecção das possibilidades da

norma, de sua utilização em favor do sujeito demandatário, ao invés de uma tentativa sistemática de descoberta de elementos impeditivos do acesso⁵.

O estudo socioeconômico ainda deve considerar a família ou o grupo como unidade básica de análise. Assim, é possível superar visões particularistas e atomizadas que reduzam os problemas dos sujeitos a desafios individuais. Também deve-se chamar a atenção para a necessidade de utilização de um conceito extensivo de família, capaz de reconhecer a legitimidade de suas múltiplas manifestações (permeada por conflitos e contradições), a partir das *relações afetivas e de dependência e não apenas do parentesco* (MIOTO, 2009; GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Note-se ainda que, segundo Mioto (2009), a importância do conceito de família não deve se confundir com a fetichização dessa instância, a partir de análises que diluem os problemas sociais a suficiência ou insuficiência familiar (tendência conservadora presente em várias políticas públicas contemporâneas). Isto é, a avaliação socioeconômica não deve ser pautada por ações que reduzam o social ao familiar e a proteção social à solidariedade na família.

As noções de família e grupo também conferem destaque para a importância do *domicílio* e a partir dele do *território*, como formas de levantamento e sopesamento de informações, principalmente a nível qualitativo (GRACIANO; LEHFELD, 2010; MARTINS, 2017).

Tendo em vista estes elementos, o/a assistente social deve proceder com o levantamento das demandas. Este processo ocorrerá por meio de atendimentos individuais, visitas domiciliares, oficinas para intervenção em dinâmicas de grupo, avaliação de prontuários físicos, registros eletrônicos, etc. Cabe dizer que o diálogo com os/as usuários/as precisa ir além das demandas vocalizadas, buscando elaborar o máximo de requisições dentro da zona de competência do/a profissional⁶ (MIOTO, 2009; PITARELLO, 2013; MARTINS, 2017).

Ponto relevante – e de pouca atenção dos/as profissionais – é que os estudos socioeco-

⁵Sem deixar de lado a necessidade de promover os encaminhamentos e repasses de informações sobre serviços e benefícios encontrados na rede de políticas públicas.

nômicos, segundo Graciano e Lehfeld (2010), podem ir além do indivíduo ou família, se referindo, por exemplo, a comunidades (quando se levantam e avaliam demandas sociais de natureza coletiva). Trata-se de uma potencialidade importante e que precisa ser observada pelos/as assistentes sociais, sobretudo diante da riqueza de dados capaz de balizar as decisões de política pública.

O processo de análise da realidade de grupos e comunidades pode envolver de maneira privilegiada o uso de recursos informacionais, como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, prontuário e fichas eletrônicas, etc., enquanto forma de sistematização de informações e definição de público de grandes programas (GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Estes meios também permitem estruturar o processo de avaliação socioeconômica a partir de ações de busca ativa – em que o profissional se antecipa a requisição do usuário –, ofertando serviços e benefícios após a identificação prévia das necessidades existentes.

Conforme Mito (2009), a forma de determinação das demandas dos usuários deve ser informada pelas solicitações verbalizadas pelos sujeitos; pela caracterização dos recursos econômicos da família ou do grupo (rendas de natureza formal e informal⁷ e sua relação dinâmica com as despesas existentes); pelas redes de apoio primárias e secundárias (família extensa, vizinhança, organizações não governamentais, políticas setoriais, etc.), todas perspectivadas a partir dos direitos a serem assegurados e do contexto das requisições (trajetórias individuais, acontecimentos relevantes e etc.).

Graciano e Lehfeld (2009) indicam que o momento de determinação das demandas não necessariamente coincidirá com a sua satisfação por meio dos serviços. Ao contrário, as limitações da política social e sua diretriz de seletividade tendem a se manifestar constantemente, expondo o profissional a inúmeros casos em que se constata a existência do direito, mas não se oportuniza sua garantia por falta de recursos.

Em vista disso, muitos profissionais deixam de completar ou de realizar a avaliação socioeconômica, entendendo que a inexistência de recursos faz com que o estudo e a escuta do/a usuário/a percam o motivo. Tal fato trata-se de um erro, uma vez que esta caracterização é direito do público usuário e pode ser utilizada como forma de alcance das ofertas, a partir de reivindicação em órgãos de controle (como o Ministério Público, por exemplo), ou ainda servir de base para discussão junto às instâncias gestoras, com vistas ao levantamento de recursos e reorganização dos fluxos de trabalho.

O relevante é notar que os resultados do estudo socioeconômico devem retornar ao público, não apenas como ofertas, mas também como conhecimento capaz de instruir lutas coletivas e contribuir com a organização dos movimentos sociais. Assim, cabe ao/à assistente social também a sistematização dos dados das diversas avaliações feitas, procurando desvelar características do público, regularidades das suas requisições e problemas, bem como potencialidades a serem exploradas, seja nas discussões cotidianas em equipe, seja em avaliações voltadas ao debate junto às instâncias de gestão ou de controle social.

Tal visão enfatiza o papel investigativo da ação profissional, mesmo numa conjuntura de pressão e precarização do trabalho, evitando a redução da atuação do assistente social a mera aplicação de formulários e discriminação sistemática de dados (PITARELLO, 2013; GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Esse elemento evidencia também o desafio de dimensionar o esforço e a extensão da atividade à complexidade das intervenções. Cabe ao/à assistente social definir o tempo e os meios para a realização da avaliação socioeconômica, evitando análises apressadas e definições de momento. Quanto mais o profissional cede as urgências do cotidiano (sobretudo quando estas representam apenas as necessidades e vontades dos gestores) maiores as chances de erros graves e falhas éticas que o colocam em risco e prejudicam a população.

⁷O que deve ser feito conforme o caso e as especificações das normas, existindo a pertinência ou não de contabilização de rendas eventuais, ou dedução de despesas específicas. O importante é observar a forma de qualificar a análise, evitando-se registros meramente lineares e descontextualizados da situação econômica familiar ou individual.

O dilema reside, assim, em gerir os espaços de autonomia relativa do/a assistente social, de forma a ampliar as possibilidades e a qualidade da intervenção, elaborando junto aos atores institucionais e ao público elementos capazes de comunicar e legitimar as abordagens escolhidas durante o trabalho⁸.

Apenas com este compromisso é possível enfrentar os atuais cenários de intervenção profissional, marcados pela necessidade de afiançar direitos num contexto de pressão e alta demanda por serviços, típica da atual conjuntura de acirramento da questão social e esfacelamento dos direitos sociais (BERING; BOSCHETTI, 2011; FALEIROS, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de estudos socioeconômicos é parte constitutiva das rotinas de grande parte dos/as assistentes sociais. Como vimos, na contemporaneidade trata-se de uma técnica com grandes implicações éticas, políticas e teóricas, voltada à garantia de direitos da população, e que expressa as contradições, os desafios e as possibilidades da realidade profissional.

Para sistematizar nossas considerações, condensamos nossa breve exposição, a partir de um quadro-síntese, que procura indicar os elementos de estruturação e materialização da avaliação socioeconômica, a partir da literatura apresentada. Salientamos que nossos apontamentos não esgotam a riqueza e a extensão do debate, apenas procuramos apontar algumas possibilidades para a atuação, com base das reflexões ora realizadas.

⁸Ou como assinala Albuquerque (2011, p. 108): “Isto significa que é preciso trazer, para junto da equipa, dos dirigentes, da comunidade, do setor político, os elementos das situações que podem traduzir elementos transversais a outras situações de modo a produzir respostas não paliativas e assistencialistas; respostas que consigam atender a questões partilhadas, embora sem esquecer a singularidade na forma de as vivenciar e sentir por cada pessoa, família ou grupo. Se as questões são tratadas como excessivamente individuais e ficam encerradas no processo de decisão do profissional A ou B, a intervenção social não adquire a dimensão política [...] das populações que tem necessariamente de assumir na atualidade. Desse modo, é fundamental que os profissionais consigam argumentar científica e tecnicamente as suas decisões, de modo a serem reconhecidos pelo outro, bem como evidenciar no espaço público e de poder a lógica das contradições sociais. Tal passagem para o registro público preconiza a capacidade de justificar as opções, decisões e mesmo exceções à regra, por via de argumentos passíveis de reconhecimento amplo [...]”.

Quadro 1 – Síntese sobre o estudo socioeconômico.

Definição	O estudo socioeconômico consiste em um processo de levantamento de informações e análise que visa a caracterização precisa da estrutura familiar ou do grupo, bem como das relações sociais do indivíduo, em termos de redes primárias e recursos econômicos e em relação a critérios que regulam o acesso a bens e serviços sociais. Tal avaliação ocorre a partir do levantamento de demandas ou da provocação dos/as usuários/as, se utilizando de atendimentos individuais, análise documental, visitas domiciliares, atendimentos em grupo etc. Seu resultado é um parecer, o qual versa sobre as possibilidades de acesso aos serviços ou benefícios ofertados no espaço de trabalho profissional ou rede serviços parceira.
Objetivo	Promover o acesso aos direitos da população, a partir da oportunização de serviços e benefícios.
Estrutura básica de operação	<ol style="list-style-type: none">1) Levantamento ou recepção da demanda por serviços/benefícios;2) Levantamento dos dados e informações sobre a realidade alvo da intervenção (a partir da realização de atendimentos, análise documental, visitas, busca de informações junto a rede de políticas públicas, etc.);3) Análise dos dados obtidos e emissão de parecer sobre a situação/demanda.
Elementos para realização do estudo socioeconômico	<ol style="list-style-type: none">1) Família ou grupo como unidade de análise;2) Pontos para a definição da família:<ul style="list-style-type: none">• o domicílio e o território;• o parentesco;• as relações e afetos.3) Pontos para avaliação das demandas:<ul style="list-style-type: none">• os recursos econômicos;• os apoios de redes primárias e secundárias;• direitos e garantias assegurados;• o contexto das demandas (trajetórias, acontecimentos relevantes e pertinentes a avaliação).
Questões transversais	<ol style="list-style-type: none">1) O desafio de dimensionar o esforço e a extensão da atividade a complexidade das intervenções.2) A necessidade de se evitar a fetichização da família, reduzindo o social ao familiar.3) O desafio de compreender e realizar a avaliação socioeconômica como técnica afiançadora de direitos e não forma de gestão de recursos institucionais escassos.

Fonte: elaboração própria com base em Mioto (2009), Fávero (2011) Pitarello (2016), Graciano e Leffeld (2010).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. P. **Legitimidade e reconhecimento da prática de Serviço Social: abordagem construtivista.** Serviço Social em Revista, Londrina, v. 13, n. 2, p. 104-118, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/>. Acesso em: 22 set. 2021.

BERING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- BRASIL. **Lei Federal nº 8.662, de 07 de junho de 1993.** Brasília: Congresso Nacional, 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias Rio de Janeiro.** Graal, 1980.
- FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** 7.ed. São Paulo: Cortez; 1995.
- FÁVERO, E. T. **O estudo social - fundamentos e particularidades da sua construção na área judiciária.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FRIEDLÄNDER, W. A.. **Introdução: princípios genéricos de Serviço Social.** In: FRIEDLÄNDER, W. A.. **Conceitos e métodos de Serviço Social.** Rio de Janeiro: Agir, 1972. 347. p., p. 13-27
- GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. de S. **Estudo socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea.** Revista Serviço Social & Saúde, Campinas, v. IX, n. 9, jul. 2010. p. 157-186.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- HAMILTON, G. **Teoria e Prática do Serviço Social de Caso.** 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1976.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- MARTINS, L. R. **A questão dos documentos profissionais no Serviço Social.** Temporalis, Vitória, v. 33, n. 1, p. 75-102, jan./jun. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102/pdf_1. Acesso em: 12, out., 2021.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Cinco notas sobre a questão social.** Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS; Odisséia, ano 2, n. 3, 2. ed., p. 41-49, jan./jun. 2004.
- MIOTO, R. C. de T. **Estudos socioeconômicos.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NICHOLDS, E. **Noções Básicas de Serviço Social de Caso.** 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Cortez, 1969.
- PAYNE, M. **Social Work and community care.** Londres: Macmillan International Higher Education, 1995.

PITARELLO, M. **Seleção socioeconômica: legitimação da desigualdade na sociedade capitalista. Um estudo dos fundamentos sócio-históricos de sua operação na política social e no Serviço Social.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

REIS, V. T. M. **Ensino do instrumental técnico de intervenção em Serviço Social: explorando possibilidades.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

RICHMOND, M. E. **Diagnóstico social.** Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOUSA, C. T. de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/emancipacao/article/download/119/117>. Acesso em: 27, set., 2021.

SOUZA, M. A. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: educação e caridade.** Tese (Doutorado em Pedagogia) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador social: prática, habitus, ethos, formas de intervenção.** São Paulo: Cortez, 1986.

O SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA: reflexões sobre este campo de atuação em tempos de pandemia.

Maria José de Oliveira Lima
Raquel Aparecida de Mesquita
Viviane Arcanjo de Oliveira¹

RESUMO:

O presente artigo traz uma reflexão sobre o trabalho profissional de assistentes sociais em empresas privadas, compreendendo que à medida que o cenário traz novas configurações aos espaços sócio-ocupacionais faz-se necessário aos profissionais uma ressignificação do trabalho profissional. Será apresentado um estudo realizado acerca da atuação de assistentes sociais em empresas situadas no estado de Minas Gerais durante o período mais crítico da pandemia Covid-19 que trouxe mudanças significativas na vida de toda a população mundial, sobretudo para a classe trabalhadora. As insuficientes respostas do Estado diante de tal situação de crise sanitária, econômica e política apresentada no contexto atual dificultam ainda mais as intervenções dos/as assistentes sociais, que apesar de todo esforço e criatividade, esbarram-se no acirramento da precarização das condições de vida dos trabalhadores usuários do Serviço Social nas empresas. A atualidade exige não apenas o conhecimento, identificação e cumprimento das prerrogativas do Código de Ética Profissional e seguir as atribuições privativas durante a realização do trabalho profissional, mas, principalmente, uma análise crítica e fundamentada dos conteúdos e suas implicações éticas, para que as respostas profissionais sejam alinhadas ao Projeto Ético Político de modo a reafirmar o compromisso profissional com as lutas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social de Empresa. Trabalho Profissional. Pandemia Covid-19.

¹**Maria José de Oliveira Lima** - Assistente social, doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora assistente titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Gestão, Gestão de Políticas Públicas, Trabalho e Formação Profissional. **Raquel Aparecida de Mesquita** - Bacharel em Serviço Social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atuação na área organizacional com foco social e gestão de pessoas. **Viviane Arcanjo de Oliveira** - Assistente Social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atuação na área organizacional com foco no Serviço Social de Empresas.

INTRODUÇÃO

A ideia de elaborar este artigo partiu do interesse em socializar os resultados de uma pesquisa realizada durante o ano de 2020, diante do contexto de pandemia da Covid-19, que avança e vislumbra um cenário mundial marcado por medo e incertezas principalmente no que diz respeito ao trabalho de assistentes sociais. A decisão de realizar a pesquisa sobre o trabalho da/o assistente social em empresas justifica-se pela motivação de uma das profissionais de Serviço Social inserida em uma das empresas pesquisadas e também uma das autoras desse artigo científico, no sentido de sistematizar e analisar as ações do cotidiano profissional.

O objetivo principal dessa investigação foi refletir sobre as estratégias de intervenção criadas pelo Serviço Social para o desenvolvimento do trabalho no atendimento das demandas apresentadas a partir da pandemia da Covid-19 no espaço empresarial, além dos desafios presentes no dia a dia dos/as profissionais para garantir uma atuação crítica e referenciada no Projeto Ético Político da profissão.

A pesquisa foi realizada a partir de estudos teóricos e de campo. A apreensão dos dados realizou-se por meio de observação participante², sistemática e analítica do cotidiano de trabalho de assistentes sociais que atuam nas empresas no ramo elétrico, localizadas no município de Belo Horizonte e de outras cidades do estado de Minas Gerais, durante o período de abril a dezembro de 2020.

O universo da investigação foi constituído por 22 empresas terceiras que prestavam serviços para uma Companhia Elétrica Estatal e os participantes da pesquisa foram 30 assistentes sociais que faziam parte do quadro funcional das empresas terceirizadas³.

Os dados e informações apreendidas para as reflexões da pesquisa foram obtidas por meio dos encontros realizados, ao longo do

ano de 2020, visando a avaliação, construção e socialização das ações profissionais. Diante da medida de distanciamento e isolamento social para prevenção da Covid-19, a internet foi o principal recurso utilizado para a concretização dos contatos com os/as assistentes sociais, participantes dessa investigação. Esses encontros virtuais, realizados por videoconferência pela plataforma Zoom e também via WhatsApp, possibilitaram a construção do conhecimento gerado a partir das vivências e trocas de experiências profissionais e, ao mesmo tempo, ofereceu condições e sustentação para a formulação de respostas éticas às demandas colocadas aos profissionais do Serviço Social nas empresas.

Para Doher (2015, p.11), apesar de ocorrerem muitos avanços nos estudos e na crítica ao Serviço Social nas empresas, poucas pesquisas foram produzidas sobre o trabalho concreto, construído pelos profissionais de Serviço Social que buscaram ultrapassar a crítica diante deste cenário de mundialização financeira que já atravessa há décadas o cenário global.

A pesquisa partiu do pressuposto de que o Serviço Social, enquanto uma profissão interventiva, investigativa e educativa, precisa garantir uma função importante na sociedade e ter utilidade social para atender às expectativas das organizações empregadoras e, também, das usuárias e usuários de seus serviços. E nesse contexto de pandemia da Covid-19, as e os assistentes sociais enfrentam desafios inéditos para continuar sua intervenção na realidade social, visando atender sua função social nesse contexto real e atual que se vislumbra, construindo novos instrumentais e conteúdo para a intervenção crítica e propositiva.

Esse artigo foi organizado em três itens. O primeiro e segundo contemplaram reflexões teóricas sobre alguns aspectos do Serviço Social nas empresas e o terceiro, foi

²A observação participante: A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. A inserção do pesquisador no campo está relacionada com as diferentes situações da observação participante por ele desejada. (MINAYO, 2001)

³A terceirização é um mecanismo que permite ao capital a busca incessante pelo menor custo. Graças aos avanços tecnológicos, é possível, hoje fragmentar a produção de mercadorias, a tal ponto de projetá-la num continente e executá-la em outro. Só o discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo – a por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário entre outros transferindo custos variáveis e fixos para os trabalhadores. (TAVARES, 2009)

construído a partir de uma sistematização e análise dos dados apreendidos na pesquisa de campo, sobre os desafios postos aos/as assistentes sociais e suas estratégias para os enfrentamentos.

1. Contextualizando a inserção do Serviço Social nas empresas

Pesquisas registram a presença de assistentes sociais em empresas brasileiras desde a década de 1940. Entretanto, reflexões de Amaral e Cesar (2009), apontam que a partir dos anos de 1970 e, especificamente, durante os anos de 1980, percebeu-se significativa presença de assistentes sociais nas empresas. Durante as décadas de 1970 e 1980, a conjuntura política, econômica e social brasileira foi propícia para a ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social em organizações empresariais. Um fator impulsionador para isto foi devido ao movimento da classe trabalhadora que estava inserida em um cenário político favorável à participação no movimento operário na luta por melhores condições de trabalho e de vida, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos, comissões de fábrica, dentre outras representações, expressando respostas de enfrentamento ao capital. Com o fortalecimento político da classe trabalhadora, o Estado e os empresários se uniram para criar estratégias políticas para responder os enfrentamentos do/as operário/as. Nesse sentido, surge a necessidade de profissionais especializados para garantir a mediação dos conflitos entre as classes sociais. A requisição de assistentes sociais neste espaço sociocupacional não ocorre por solicitação direta do/a trabalhador/a que, naquele momento, lutava para garantir direitos sociais e atender suas necessidades, mas sim pelas instituições empresariais para viabilizar o atendimento das demandas apresentadas pelos indivíduos considerados carentes e também para o controle da força de trabalho.

Em uma pesquisa realizada por Mota (1985), a autora considera que a contratação de assistente social pelas empresas confirma a necessidade da classe burguesa em ofere-

cer respostas às reivindicações dos/as trabalhadores/as, principalmente nesta época de expansão do capital que, naquele momento, apresentava novas requisições para a classe trabalhadora, como também, provocou nas organizações empresariais a necessidade de contratação de profissionais habilitados para desenvolver uma atuação de caráter assistencial e educativo junto aos seus empregados e família. Corroborando com a autora, Amaral e Cesar (2009) refletem que na realidade, a especificidade da atuação de profissionais de Serviço Social na empresa foi exatamente uma ação para a preservação e reprodução da força de trabalho dos empregados, como também na necessidade de mediação da relação entre capital e trabalho, resolvendo os conflitos e comportamentos considerados pelos patrões como inadequados e que surgiam dessa relação. Ainda segundo as autoras:

Dessa forma, a empresa conseguia controlar e disciplinar sua força de trabalho aos níveis de produtividade requeridos ao seu processo produtivo, participando ativamente da dinâmica de reprodução social das classes trabalhadoras. Ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição de assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais, desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores. (AMARAL E CESAR, 2009).

A partir desta afirmação de Amaral e Cesar (2009), vale destacar que o Serviço Social brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 já buscava um rompimento com as características conservadoras historicamente presentes no interior da profissão. Este movimento, conhecido como o Movimento de Reconceituação⁴ se cria e se desenvolve, conforme explica Mota, (1985, p.15) a partir da identificação da utilização política- ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com as lutas da classe trabalhadora.

⁴Movimento de reconceituação ver: Netto, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

Com o legado do movimento de reconceituação latino-americano da profissão no final da década de 1970, na crise da ditadura, a profissão passou a inserir-se mais criticamente nos movimentos das classes trabalhadoras e nas lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Entretanto, foi no “Congresso da Virada” em 1979, que a profissão entendeu que, para o nível de transformações que o país estava sofrendo e para o amadurecimento profissional, era necessário ir além para que houvesse sustentação de uma formação acadêmica crítica, teórica rigorosa do ideário profissional: era uma tentativa de articulação crítica do conhecimento, da história e da profissão, que passa a compor o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista.

A academia busca então no materialismo histórico⁵ uma base de sustentação da teoria social crítica marxista para tornar cristalinos conceitos como ser social, consciência social, meios de produção, forças produtivas, relações de produção e modos de produção. Além de outros conceitos fundamentais necessários para a compreensão das dimensões como sociedade, formações socioeconômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, a cultura, concepção do homem, a personalidade, progresso social, entre outros.

Nos anos 1980 ocorreram as revisões curriculares destacando a importância da pesquisa na graduação e na pós-graduação e no debate profissional afirmou-se na apreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho.

Segundo Netto (2009, p.30) Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.

Diante do cenário renovador da profissão pautando-se pela negação do caráter neutro, disciplinador, controlador e beneficentes a que estava vinculado desde a gênese da profissão, a categoria de assistentes sociais utiliza-se como direcionamento as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como uma perspectiva em suas reflexões acerca do exercício diário da profissão. Estas três dimensões do Serviço Social - ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico precisam estar articuladas para uma atuação consistente e crítica.

Na dimensão técnico-operativa do Serviço Social, espera-se que o/a profissional aproprie de habilidades e técnicas que lhe permitam efetivar seu trabalho junto à população usuária e às instituições contratantes. Sobre a dimensão ético-política, no exercício da profissão o/a assistente social não pode valer da neutralidade: é necessário que tenha posicionamento político frente às demandas existentes, lutando pela garantia dos direitos sociais e tendo posicionamento explícito em favor da classe trabalhadora. Por fim, a dimensão teórico-metodológica permite ao profissional a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional do/a assistente social, capacitando-o a enxergar a realidade para além da aparência, da superficialidade, preparando-o para ir além do senso comum.

Os anos de 1990 apresentaram pouca evolução no que se refere à abertura do mercado de trabalho para assistentes sociais em empresas. Ao contrário, foi um período de grandes mudanças na prática profissional em decorrên-

⁵Materialismo Histórico ver: Netto, J.P. Introdução ao estudo do método de Marx I José Paulo Netto. - 1.ed. - Sao Paulo : Expressao Popular, 2011.

cia da nova realidade trazida pelas transformações a partir da reestruturação produtiva. Segundo Lima (2005), as empresas reestruturaram-se e passaram a exigir profissionais mais qualificados, polivalentes e flexíveis, inclusive os/as assistentes sociais. Para a autora,

Esse processo de reestruturação produtiva provocou amplo desemprego o que resultou em redução do espaço de atuação do Serviço Social nas empresas. A sociedade brasileira, na década de 1990, apresentou intensas mudanças nos rumos da política econômica, afetando consideravelmente as relações sociais de trabalho. Surge novo paradigma de produção industrial, a automação flexível, que se apoia na força do processo das inovações tecnológicas tanto quanto em mudanças nas estruturas organizacionais, a partir da implementação de processos de trabalho diferenciados. Essas tendências exigem níveis de maior qualificação para a produção, e, conseqüentemente, de novo perfil de trabalhador que se enquadre nos objetivos da empresa, ou seja, um trabalhador capacitado para a polivalência, a multifuncionalidade e comprometido com a organização. (LIMA, 2005)

Refletindo a trajetória sócio histórica do Serviço Social nas empresas e nas novas configurações da profissão, foi realizado um estudo acerca da atuação de assistentes sociais em empresas situadas no estado de Minas Gerais durante o período de abril a dezembro de 2020, período bastante crítico da pandemia Covid-19. O estudo teve por objetivo conhecer e fazer uma breve reflexão sobre o trabalho de assistentes sociais em empresas, seus desafios e possibilidades, apresentar experiências destas (es) profissionais e o trabalho desenvolvido visando dar respostas às demandas decorrentes desse cenário pandêmico.

2. O Serviço Social de empresas: reflexões sobre este campo de atuação

Os campos de atuação do profissional de Serviço Social estão em constantes mudanças. A realidade é dinâmica e para acompanhar toda a construção e reconstrução de novos conhecimentos e demandas faz-se

necessária uma formação continuada que possibilite ao profissional um olhar mais crítico sobre o contexto em cena.

Iamamoto (2010, p. 19) adverte que pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. Ainda segundo a autora é necessário alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-la com mais nitidez.

Assim como os demais campos sócios ocupacionais do Serviço Social, as empresas são espaços de grandes desafios para estes profissionais, uma vez que agregam em um mesmo espaço infinitas possibilidades de imprimir em seu trabalho as lutas por direitos sociais dos trabalhadores ali presentes conforme os princípios do Código de Ética Profissional, ao mesmo tempo são submetidos às inflexões e rebatimentos das condições que são inerentes à sociedade capitalista (ARAÚJO, 2015).

A partir de estudo teórico realizado para essa investigação, percebe-se que há escassez de literaturas relacionadas à intervenção de assistentes sociais em empresas, mesmo sendo este, um setor importante de inserção desses profissionais. Para compreender o sentido deste espaço ocupacional, buscou em outras áreas de formação o que seria então uma empresa. Infestas Gil (1993 apud LIMA; COSAC, 2005) define empresa enquanto “sistema social aberto com estruturas interdependentes e múltiplos fatores externos que se relacionam ao sistema social global do qual faz parte”.

[...] esse sistema social é complexo porque envolve pessoas e suas heterogeneidades culturais, comportamentais, educacionais, étnicas que também se fazem representar por um conjunto de habilidades próprias, capazes de transformações no espaço empresarial, com o objetivo de satisfação de necessidades coletivas e individuais. (LIMA;COSAC, 2005)

Portanto, explorar este espaço de intervenção, o trabalho profissional e o conhecimento dos (as) assistentes sociais fazem-se necessário uma vez que conforme Iamamoto (2001), este (a) não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho.

Nos registros realizados por Iamamoto e Carvalho (1983), “O Serviço Social sempre esteve atrelado aos mecanismos sociopolíticos de enfrentamentos das expressões da questão social”. Desse modo, tanto o empresariado quanto o Estado buscaram intervir nas ações de enfrentamento da pauperização orientados por uma perspectiva de desmobilização das organizações dos trabalhadores em prol dos interesses do capital. Neste contexto de capitalismo monopolista⁶, o Serviço Social assume uma perspectiva educativa objetivando mudanças de hábito e comportamentos na intenção de adequar os trabalhadores ao novo sistema que passa a exigir um maior controle da vida e da força de trabalho. Diante disto, o Serviço Social é direcionado para o monitoramento do desempenho e fatores que contribuem para a diminuição ou aumento da produtividade tais como: absenteísmo, dependência química, insubordinação, alcoolismo, dificuldades financeiras, conflitos familiares entre outros. Conforme reflete Araújo (2015), apesar das mudanças nas requisições demandadas aos profissionais a partir do movimento da realidade social e mudanças no processo produtivo, os profissionais continuam com sua autonomia restrita uma vez que precisam seguir as normas, rotinas e projetos determinados pelas instituições para as quais vendem sua força de trabalho conforme, aponta Guerra (2007).

Do mesmo modo que a sociedade é moldada por contradições, o Serviço Social também se encontra numa posição contraditória ao realizar suas mediações ora atendendo as demandas do/a empregador/a, ora aquelas apresentadas pelos trabalhadores/as.

2.1 Os desafios da atuação de assistentes sociais em empresas no contexto de pandemia Covid-19

Os (as) assistentes sociais que atuam nas empresas terceiras, participantes dessa investigação, apresentam-se inseridos (as) em um contexto de medo, incertezas e complexidades provocadas pela pandemia causada pela Covid-19, que se caracteriza pelo contágio por um vírus altamente transmissível, pela “agudização” da crise econômica acompanhada pela precarização das condições e relações de trabalho, além da iminente possibilidade do desemprego.

Diante do cenário de pandemia instalada no Brasil, desde o primeiro semestre de 2020, Matos (2020), considera que no contexto apresentado à categoria, surgem diferentes iniciativas que, até então, não estavam previstas: trata-se de algo incomum quando os profissionais são convocados como força tarefa. O Código de Ética do (a) Assistente Social aprovado em 13 de março de 1993 prevê a participação de assistentes sociais em programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades (CFESS, 2012). Essa realidade chega para a categoria de maneira avassaladora e maçante, pois, conectam-se nessa conjuntura uma crise sanitária, política e social.

Ante ao cenário de crise sanitária, política e econômica vivenciada, faz-se necessário que o (a) assistente social tenha uma consciência de que o trabalho profissional, enquanto totalidade, envolve as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa. Além das dimensões assinaladas, são acrescentadas as dimensões investigativas, interventivas e educativas. (SANTOS, FILHO E BACK, 2013)

⁶Conforme aponta Netto (1947, p.19) o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.

Este movimento requer um preparo dos assistentes sociais, em especial no que tange à construção de uma postura alinhada ao projeto ético-político da profissão e as escolhas realizadas por esta ao longo de sua trajetória. Requer diálogos constantes e o aproveitamento das brechas institucionais para mostrar as contribuições que os profissionais da área social podem oferecer neste campo, uma visão crítica, mas também uma contribuição técnica para a construção de pareceres, relatórios, práticas sistematizadas, mobilização e articulação das redes internas (Essa série de ações contribui para a qualificação do debate e das ações em situações de desastres). (IAMAMOTO, 1999 in DUTRA E DALCIN, 2015).

Como um dos ordenamentos políticos da profissão, o Código de Ética de 1993 traz em seu Art.3º que são deveres do/a Assistentes sociais:

- a- Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d- Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CFESS, 2012. p. 27)

Durante a pesquisa realizada para conhecimento da realidade vivenciada pelos/as assistentes sociais das empresas terceirizadas pela Companhia Elétrica Estatal, objeto deste estudo, foi possível perceber os desafios para garantir uma atuação em consonância com o Código de Ética Profissional e, ao mesmo tempo, para responder às exigências das instituições empregadoras em um cenário de pandemia da Covid-19.

Para garantir uma atuação coerente com os princípios éticos da profissão diante dos desafios apresentados ao Serviço Social ao longo de sua trajetória no Brasil, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) disponibilizou para a categoria uma série de orientações reguladoras que subsidiaram as ações profissionais resguardando os/as em suas intervenções, sendo as mais expressivas,

a saber: 1) CFESS Manifesta de orientação e divulgação informações direcionadas ao exercício profissional de assistentes sociais, diante da epidemia do novo coronavírus (Covid-19); 2) Nota Técnica sobre os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social Brasília (DF), 23 de março de 2020; 3) Portaria nº 639, de 31 de março de 2020, do Ministério da Saúde, determinando o cadastro de profissionais de 14 categorias da área da saúde (entre elas, assistentes sociais) para realizar capacitação, em caráter emergencial, para trabalhar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no combate ao Coronavírus (Covid-19), está sendo analisada pelo Conselho; 4) Orientação Normativa 3/2020, que dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais. A normativa explica, dentre outras questões, que, não só referente ao exercício profissional durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), mas no cotidiano do trabalho profissional, a comunicação de óbito não se constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social. (CFESS, 2020)

Nesse contexto de pandemia a criatividade tornou-se um diferencial, para os/as profissionais. Ante ao desconhecido, logo ficou mais explícita a necessidade de buscar o novo, de redescobrir um agir profissional a partir de demandas emergentes impostas ao Serviço Social. Foram implementadas novas ações, foram elaborados pelos (as) profissionais novos instrumentos para alcançar os objetivos.

Dentre as estratégias encontradas, destacam-se as mais comuns realizadas pelos profissionais de Serviço Social pesquisados: profissionais se tornaram membros participativos nos Comitês de Enfrentamento ao Covid-19 junto a outros setores das empresas como Saúde Ocupacional, Gerências e Segurança do Trabalho. Neste aspecto, cabe destacar a crescente participação de assistentes sociais nos comitês de enfrentamento ao novo coronavírus, identificando o trabalho profissional em equipe multiprofissional, podendo estes/as contribuir no processo de gestão (sugestões, planejamento, direção, organização, avaliação) dos novos procedimentos para os encaminhamentos do trabalho coletivo diante da nova realidade social.

Dentre dificuldades enfrentadas nos comitês, foi ressaltada a percepção de inten-

ções por parte de outras categorias em subordinar o trabalho de assistentes sociais às suas profissões: quando a/o assistente social compõe equipes multiprofissionais torna-se visível as relações que se estabelecem (de inferioridade, de menor, subordinada) entre assistentes sociais e os diversos profissionais. Muitas vezes, essa relação pode ser fruto das heranças históricas do Serviço Social, como também, podendo ser fruto da fragilidade das dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

As visitas hospitalares e domiciliares utilizadas como instrumentos de intervenção para atendimento aos/às trabalhadores/as afastados por motivo de doença ou acidentes de trabalho foram suspensas, uma vez que, o risco de contágio para ambos era iminente. Tais visitas transformaram-se em videochamadas como forma de continuidade da assistência prestada ao/à trabalhador/a.

O grande desafio para concretizar esta intervenção foi o fato de que muitos trabalhadores/as das empresas investigadas não possuem o acesso à internet e o telefone celular é limitado, impossibilitando, em muitas vezes, o contato. Outro ponto de dificuldade está presente nas condições de moradias destes/as trabalhadores/as que, em sua maioria, não possuem os meios para acesso a computadores e, quando os têm, passam pelo desafio de compartilhar o equipamento com filhos que o utilizam para estudar.

Uma questão muito importante consiste na dificuldade de garantir o sigilo profissional já que não há um espaço apropriado para um atendimento qualificado.

Na mesma direção desta dificuldade para atendimento ao/à trabalhador/a, encontra-se a questão do não atendimento em salas próprias do Serviço Social dentro da empresa, uma vez que, o risco para os (as) profissionais se apresentam de maneira constante. Tal situação gera um impasse entre resguardar o sigilo de atendimento e, ao mesmo tempo, em que as condições de segurança à saúde estão também colocadas em risco.

As reuniões de orientações e socialização de informações sobre os Direitos Sociais comumente realizadas sobre Previdência Social, Saúde e demais Políticas Públicas, bem como outros temas abordados, foram transformadas em mensagens e vídeo transferido via aplicativos (whatsapp e telefone pessoal) para os trabalhadores, evitando o contato físico e, também, o contágio pela doença via materiais gráficos como cartilhas, folders e outros. Percebeu-se que muitos/as trabalhadores/as tiveram dificuldades de acesso a estes materiais pelo fato de não acessarem redes sociais ou aplicativos digitais, pois o acesso à internet nem sempre era possível.

O acompanhamento dos/as trabalhadores/as em afastamentos por mais de 15 dias, por motivo de doença, sempre foi uma atribuição do/a assistente social. Neste período de pandemia houve uma ampliação dos casos de afastamento pelo INSS,

resultando em maior intensidade do trabalho profissional, tornando-se necessário a criação de estratégias para garantir o atendimento de qualidade para todos.

Coube ao Serviço Social, em algumas das empresas pesquisadas, a tarefa de realizar o monitoramento dos casos confirmados ou suspeitos de Covid-19 para serem divulgados em números como forma de dar visibilidade a real situação dentro das corporações. Esta escolha se deu pelo motivo de preservar o sigilo profissional, na ten-



tativa de não expor os/as trabalhadores/as e seus familiares às atitudes e reações preconceituosas.

Outra ação muito visível foi o acompanhamento dos (as) empregados/as que necessitaram se afastar do trabalho na empresa e ficar em regime de trabalho domiciliar devido à fragilidade da saúde no momento ou comorbidades pré-existentes, tais como a hipertensão e diabetes entre outros.

O Serviço Social também foi responsável em realizar a articulação com a rede de saúde pública ou privada para viabilizar as consultas e/ou realização de exames para testagens dos empregados e familiares, bem como, à atenção a saúde mental e emocional dos trabalhadores em geral.

Acrescida a estas situações citadas acima, também se apresenta de maneira inevitável o impacto emocional vivenciado pelos/as assistentes sociais, diante do fato de também terem sido vítimas da doença ou pela realidade de perder entes familiares e amigos para a Covid-19.

Outros elementos que geraram ansiedade nos/as trabalhadores/as, incluindo assistentes sociais foram o medo de contrair o vírus através dos deslocamentos para o trabalho e contaminação de familiares, bem como do desemprego, uma vez que este receio passou e ainda assombra todas as categorias da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o cenário traz novas configurações aos espaços sócio-ocupacionais faz-se necessário aos/as assistentes sociais uma resignificação do trabalho profissional. Tendo esse quadro mais geral presente, há um conjunto de artigos que se debruçam sobre o trabalho profissional e os (as) trabalhadores do Serviço Social que expressam as

[...] reconfigurações do trabalho e os impactos nas atribuições, competências e autonomia profissionais; processos que, de modo geral, reproduzem as condições de precariedade e superexploração da força de trabalho a que são submetidas às classes trabalhadoras em seu conjunto. (RAICHELIS, 2020)

Neste contexto questiona-se, então, o que fazer em situações de emergência quando as condições de trabalho passam a ser apenas um detalhe num universo de precarização das condições básicas para o atendimento à população? Sem falar na indisponibilidade dos próprios recursos/meios para o efetivo atendimento às/aos usuários/as e daqueles de proteção ao/a trabalhador/a para não contaminação com o vírus. Mas não se deixa de reconhecer que a falta de condições de trabalho e de equipamentos de proteção individual e coletiva, na conjuntura de pandemia, não é exclusiva para trabalhadores/as do Serviço Social. (NEGRI, SANTOS E KRUGER, 2020)

A pouca ou nenhuma resposta do Estado diante de tal situação de crise sanitária, econômica e política apresentada no contexto atual alimenta ainda mais as dificuldades para intervenções dos (as) assistentes sociais, que apesar de todo esforço e criatividade, esbarram-se no acirramento da precarização das condições de vida dos/as trabalhadores/as usuários/as do Serviço Social nas empresas; o risco constante do desemprego em massa; as precárias condições de moradia; acidentes de trabalho e a dificuldade de acesso aos benefícios da Previdência Social durante o afastamento de trabalho, acrescidas às baixas remunerações, precarização ou falta de condições de trabalho e aumento da carga horária agudizam ainda mais os desafios postos para os (as) profissionais.

A atualidade exige não apenas o conhecimento, a identificação, o cumprimento das prerrogativas do Código de Ética Profissional e as atribuições privativas durante a realização do trabalho profissional ou do instrumento utilizado, mas principalmente, que o (a) assistente social faça uma análise crítica e fundamentada dos conteúdos ou matérias envolvidas e suas implicações éticas, para que as respostas profissionais sejam alinhadas ao Projeto Ético Político.

Não se pode perder de vista que numa atuação profissional qualificada a leitura crítica do contexto se faz necessária e o (a) assistente social precisa atentar-se para as suas competências e atribuições de acordo com os artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662/93 e Código de Ética profissional.

O preparo dos/as assistentes sociais de empresas alinhados ao projeto ético-político

da profissão exige diálogos críticos e aproveitamento de espaços para demonstrar o potencial de análise e contribuição técnica para uma ação qualificada em situações complexas, tais como visualizou-se na pandemia.

Dutra e Dalcin (2015) apontam, entretanto, que o Serviço Social ainda não se encontra sempre inserido neste debate na tratativa de emergências, por vezes, por uma necessidade de investimento e qualificação da atuação dos assistentes sociais para sensibilizar as lideranças e desenvolver olhares mais abrangentes acerca de várias temáticas, especialmente a desigualdade social como produtora de agravantes nos desastres e calamidades que precisam ser abordadas e entendidas por estes públicos.

Torna-se primordial uma atuação tendo como norte não apenas a demanda a nível micro e sim contextualizá-la no cenário macro para uma melhor compreensão do cenário e das possibilidades. Portanto, entender que as três dimensões do Serviço Social técnica-operativa, teórico-metodológico e ético-político são indissociáveis quando se busca uma intervenção crítica, ética e responsável, torna-se como dever de casa para os (as) profissionais.

Considerando a experiência compartilhada ao longo do percurso deste estudo expostos no artigo ora apresentado, apreende-se que o conhecimento das competências e atribuições profissionais se colocam como aspecto crucial para a execução da leitura e compreensão da realidade instituída. É necessário um entendimento da crise humanitária, sanitária, social e econômica para intervir de maneira comprometida com os valores e princípios defendidos pelo projeto ético-político do Serviço Social.

Portanto, refletir sobre o trabalho profissional de assistentes sociais nas empresas nesta conjuntura atual, é indispensável para a categoria, pois descortinam diversas possibilidades de intervenção, de atuação e de reafirmação do compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

Este artigo não intenta esgotar o tema, apenas apresenta pontos de reflexão para subsidiar novos estudos sobre o Serviço Social de empresa e seus desafios.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, F.C. **O serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional.** In O Serviço Social em empresas para além da crítica. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** In [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/Reforma trabalhista Reforma da previdência](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/Reforma%20trabalhista%20Reforma%20da%20previdencia.htm) <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?edicao=18098&t=sobre> [wttps://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141145](https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141145)

CESAR, M.J. **Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional.** In: MOTA, A E.(org). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez,1998.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde.** Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude. Acesso em: 21.01.2020.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social e Lei 8.662/93** (10ª edição, revista e atualizada). Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 21.01.2021.

CFESS. **Os impactos do corona vírus no trabalho do/a assistente social.** Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiac-fess.pdf>. Acesso em: 25.01.2021.

DOHER, Ilma. **O serviço social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento atuação profissional.** 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

DUTRA, Adriana Soares. DALCIN, Kellen Cristina in **O serviço social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento atuação profissional.** 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

EL PAÍS. **O mapa da corona vírus: como aumentam os casos dia a dia no Brasil e**

- no mundo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/Brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html?rel=friso-por-tada. Acesso em 15.11.2020.
- GUERRA, Y.O **projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento e a mercantilização das condições contemporâneas da prática profissional**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 91, 2007.
- GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social; Desafios contemporâneos. Juiz de Fora. 2 Edição- 2013
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LACERDA.L.E. P. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas**. Revista Serviço Social e Sociedade 117, São Paulo. 2014
- LIMA, M.J.; COSAC, M.D. **Serviço Social na Empresa**. Revista Katalysis v.8 n2. Florianópolis SC, p.235-246. 2005.
- MATOS.M.C. **A pandemia do corona vírus (COVID-19) e o trabalho de Assistentes sociais na saúde**. Disponível em <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acessado em 16.11.2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOTA, A. E. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.
- NEGRI.L. F; SANTOS.M. T; KRUGER.T.R. **Atuação da/o Assistente Social em face da pandemia da COVID-19: Orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS**. 2020.
- NETTO,J.P. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 - ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO.J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx** 1.ed.- Sao Paulo : Expressão Popular, 2011.
- OPAS- **Organização Pan-americana de Saúde - A atualização epidemiológica: COVID-19, doença causada pelo novo corona vírus - 9 de novembro de 2020**.
- <https://www.paho.org/pt/documentos/atualizacao-epidemiologica-covid-19-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-9-novembro-2020>. Acesso em 16.11.2020.
- OPAS- **Organização Pan-americana de Saúde A atualização diária do OPAS sobre COVID-19: 6 de dezembro de 2020**. <https://www.paho.org/pt/documentos/atualizacao-epidemiologica-covid-19-novo-coronavirus-6-dezembro-2020>. Acesso em 16.12.2020.
- PEREIRA.S. L.B; GRONEMBERGER.I.H.G.M. **Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao debate (Organizadoras)**. - Teresina: EDUFPI, 2020.
- SANT'ANA.R; RAICHELIS.R; YAZBEK.M.C. **Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia**. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.209>. Acessado em 14.11.2020.
- SANTOS.C.M; FILHO.R. S; BACKX, S. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: Questões para reflexão**. In A dimensão técnico-operativa no Serviço Social; Desafios contemporâneos. Juiz de Fora. 2 Edição- 2013.
- SERRA, R.M.S. **Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TAVARES, M.A. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

GRUPO DE ESTUDOS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: meia década do GEFEPSS no debate da formação e trabalho profissional

Lesliane Caputi¹
Tales Willyan Fornazier Moreira²
Gabriele Ponciano da Silva³
Lucila de Souza Zanelli⁴



RESUMO:

No presente artigo, apresentamos reflexões acerca do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS, no âmbito de uma Universidade Pública Federal, enquanto espaço de construção coletiva do conhecimento, democrático e de liberdade de participação. Objetiva-se aqui, disseminar a importância deste espaço no fortalecimento do projeto de formação profissional alinhado com o projeto ético-político da profissão, hegemônico na categoria. Trata-se do relato de algumas das experiências acumuladas pelo grupo nesta meia década de existência no campo da dimensão político-acadêmico-científica. Tal grupo, pela sua forma de construção e desenvoltura, tem se expressado política e eticamente também como resistência aos imperiosos ditames neoliberais para a educação superior, intensificados na atualidade.

Palavras-chave: Grupo de estudos. Pesquisa. Serviço Social. Projeto ético-político.

¹Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – Campus Uberaba-MG. Pesquisadora Líder do GEFEPSS-UFTM. Compõe a Coordenação Colegiada da Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social (ReMGEFSS). Participante da Comissão de Trabalho e Formação Profissional do CRESS-MG.

²Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pela PUC-SP. Pesquisador vice-líder do GEFEPSS-UFTM. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Aprofundamento Marxista (NEAM) da PUC-SP. Integrante da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo e da Executiva Nacional da ABEPSS, gestão (2021-2022): Aqui se respira luta!

³Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do GEFEPSS-UFTM.

⁴Assistente Social no Instituto Maria Modesto (Uberaba-MG). Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP. Pesquisadora do GEFEPSS-UFTM.

INTRODUÇÃO

Este material, construído por muitas mãos, tem o propósito de socializar a experiência vivenciada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM, desde 2016, com a criação do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social/GEFEPSS. Esse grupo de estudos, que completou meia década de existência em abril de 2021, tem se constituído enquanto espaço fundamental de formação teórica, ética e política, em convergência com a direção sociopolítica do Projeto Ético-Político profissional, direção esta calcada na ruptura com o conservadorismo no âmbito profissional, conforme alude Netto (1999).

A insurgência deste grupo de estudo traz, imbricada e fundamentalmente, uma perspectiva de construção coerente com o movimento do real, da demanda concreta de estudantes que reivindicavam um espaço para aprofundamento teórico-político de discussões e de transposição de uma formação formalista e limitada a sala de aula.

O GEFEPSS é um grupo, cuja composição é marcada pela diversidade de tempos históricos/formativos que perpassam seus/suas pesquisadores/as, evidenciando que a unidade deste coletivo se ancora e é garantida pela coerência e identidade com a direção crítica da profissão, calcada na tradição marxista, e o compromisso com seu fortalecimento.

Na sua dinâmica e trajetória histórica, o GEFEPSS tem contribuído para qualificar a formação profissional dos/as estudantes que o compõe como, fundamentalmente, também para qualificar a formação e o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais que dele fazem parte – o que está em sintonia com o décimo princípio do Código de Ética do/a Assistente Social, quando estabelece “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (Conselho Federal de Serviço Social, 2011, p. 24). Vale ressaltar que o GEFEPSS tem desempenhado ações-reflexões que impactam diretamente na vida dos sujeitos com os quais seus/suas pesquisadores/as estabe-

lecem relações, posto que, na materialização de seus objetivos, proporciona criação e desenvolvimento de estratégias orientadas aos interesses da classe trabalhadora.

Na primeira seção do artigo, *GEFEPSS enquanto estratégia de avigornamento da direção sociopolítica da profissão: os fundamentos da constituição do grupo*, resgatamos o histórico da formação do grupo, alinhado com a direção emancipatória do Projeto Ético-Político profissional, e sua imprescindível articulação com a ABEPSS, especialmente através do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Explicitamos também sua dinâmica organizativa com ênfase nos estudos realizados ao longo desses anos, os quais expressam as três linhas de pesquisas que o constituem⁵.

Na segunda seção, *Na Luta de Classes não há Empate: o GEFEPSS e as ressonâncias políticas-formativas*, apresentamos um levantamento das ações realizadas pelo grupo, o que corresponde às iniciativas diversas na esfera político-acadêmica-científica com temáticas relacionadas aos debates que estão na agenda das entidades da categoria e que sintetizam os estudos e ações do GEFEPSS.

Desta forma, nas breves reflexões aqui tecidas, nos propomos a compartilhar elementos que perpassam a constituição e atuação do grupo, de modo que as duas seções que constituem o presente trabalho, sintetizam a trajetória que temos construído nessa meia década do GEFEPSS no solo mineiro.

GEFEPSS enquanto estratégia de avigornamento da direção sociopolítica da profissão: os fundamentos da constituição do grupo

No ano de 2015, situamos o contexto de emergência do GEFEPSS, processo que se amadurece até o ano seguinte, no qual datamos o marco de fundação do grupo, mais precisamente, ao dia 19 de abril de 2016. Neste ano, o cenário conjuntural encontrava-se permeado de tensões que posteriormente culminaram no rompimento de um

⁵ 1) Serviço Social. Formação e Exercício profissional; 2) Estágio e Supervisão em Serviço Social; 3) Fundamentos do Serviço Social. Matrizes do pensamento social. Dentre estas, há o desenvolvimento de estudos que objetivam fortalecer o Movimento Estudantil de Serviço Social.

pacto social-democrata, hipotecado nos interesses das classes dominantes pela radicalização do neoliberalismo também no território brasileiro.

Tal ofensiva tem sido representada pelas inúmeras contrarreformas e desmonte das políticas públicas, intensificando-se nos últimos anos a faceta neoconservadora deste projeto burguês, de base fundamentalista e ancorada no negacionismo como projeto de extermínio, o que têm ceifado milhares de vidas neste contexto de pandemia, evidenciando que ainda hoje convivemos com a nefasta herança colonialista-escravocrata – que é inerente a formação sócio-histórica brasileira, de capitalismo dependente. As ressonâncias desse processo se apresentam no cotidiano da vida da classe trabalhadora, em especial das populações negras, periféricas, indígenas e quilombolas, visto que são esses os setores mais ultra explorados de nossa classe.

É nesse mesmo campo das disputas de projetos de sociedade que o GEFEPSS representa uma conquista do legado profissional do Serviço Social renovado, numa direção de ruptura com o conservadorismo, vide o processo da própria criação do grupo, o qual demonstra coerência com este projeto profissional hegemônico e o método que o sustenta. O surgimento do GEFEPSS desponta a partir de uma demanda concreta de estudantes de Serviço Social da UFTM que, naquele momento, cursavam a disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social II. Em especial, a gênese do grupo está vinculada à ação política de estudantes que estavam inseridos/as em diversos espaços de militância – sobretudo, no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS com representações no âmbito da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS – e que se debruçaram a aprofundar teoricamente acerca do MESS, desenvolvendo pesquisas de Iniciação Científica/IC e de Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, sob orientação da

docente líder/responsável pelo GEFEPSS.

As reflexões que aqui trazemos são oriundas de experiências construídas neste grupo, o qual no âmbito do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM, compõe o Laboratório Práxis⁶. Na estrutura organizacional do referido departamento e unidade de formação acadêmica, os grupos de estudos, pesquisas e extensão compõem o Laboratório no sentido de articulação e indissociabilidade destas dimensões formativas, além da logística institucional no que tange espaço físico para reuniões dos grupos, as necessidades de recursos materiais, permanentes e humanos, sem ferir a autonomia e perspectivas de cada grupo.

É inconteste a importância de grupos de estudos, pesquisa e extensão no campo universitário para as reflexões teóricas e ético-políticas da profissão. Centrada nesta direção – da qual o GEFEPSS partilha e se implica com vistas à consolidação – a ABEPSS, no interregno de revisão de seu Estatuto (2008), cria os Grupos Temáticos de Pesquisas/GTPs, como estratégia político-acadêmico-científica e espaço de articulação das pesquisas e produção de conhecimento da profissão, na luta permanente pela sustentação e fortalecimento do projeto de formação profissional crítico (ABREU, 2018; MAURIEL, 2017).

É oportuno ainda mensurar as ameaças contemporâneas ao projeto profissional construído pelo Serviço Social renovado, sobremaneira, situadas nas metamorfoses do mercado de trabalho sob égide da ofensiva neoliberal, da precarização, do desmonte dos direitos sociais e do projeto privatista, que expressa a desregulamentação e flexibilização da Educação Superior, e assim, opera degradação na formação e trabalho profissional – com significativa intensidade neste contexto de pandemia da Covid-19, especialmente pela adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE)⁷.

⁶Trata-se do nome dado ao laboratório pertencente aos grupos de estudo e pesquisa, vinculados ao Departamento do curso de graduação em Serviço Social da UFTM. “O Laboratório PRÁXIS se constitui espaço do fazer/pensar, no qual se concretizam as ações profissionais tendo como objeto as várias expressões da questão social. Além disso, compreende espaço interdisciplinar de estudo, pesquisa, extensão, prestação de serviços e produção e de análise de material didático no âmbito do Serviço Social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, 2014, p.34).

⁷Em que pese não ser o objetivo nesse material aprofundar sobre os imensos prejuízos do Ensino Remoto Emergencial (ERE), vale destacar que essa modalidade colide frontalmente com o projeto de formação profissional das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Nesta conjuntura, intensifica-se a ofensiva à educação pública, sendo desdobramento do agudizado processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil. Para adensar o debate, acesse o documento produzido pela ABEPSS “A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial”: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-2021061141344485082480.pdf

Conforme o parágrafo único do artigo 34^o do Estatuto da ABEPSS (2008), constituem competências dos GTPs:

- I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;
- II - organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;
- III realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;
- IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;
- V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2008).

Com base em Mauriel (2017, p. 263), o GTP/ABEPSS “ganhou seu primeiro passo concreto a partir do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS) de 2010, realizado no Rio de Janeiro, quando ocorreram os colóquios por área temática”, criando assim os sete eixos GTPs⁸. Tais eixos expressam “um amplo campo temático que perpassa a pesquisa, a produção do conhecimento, a formação e a intervenção profissional, constituído de múltiplas mediações do complexo de mediações que formam os núcleos de fundamentação da profissão”, conforme Abreu (2018, p. 161)

Ainda com base em Abreu (2018, p. 162), o GTP “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, busca englobar as pesquisas sobre os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que plasman a totalidade da profissão, “isto é, as dimensões da intervenção, formação, produção do conhecimento e a organização política [...]”, entendendo o Serviço Social no movimento totalizante da sociedade⁹.

O GEFEPSS surge alinhado a este projeto de formação profissional da ABEPSS e ao GTP Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. É um grupo de estudos que nasce da síntese da interpretação da realidade da formação e exercício profissional na universidade, do município alocado (Uberaba/MG) e da região Triângulo Mineiro.

Assim, o grupo tem se configurado como espaço de discussão e aprofundamento de textos e contextos acerca dos fundamentos do Serviço Social; da formação e do exercício profissional. Imperiosamente, demanda estudo da política de educação superior, das matrizes do pensamento social que embasam a profissão e da lógica estruturante do mundo do trabalho e suas configurações na atualidade, temas pelos quais, o GEFEPSS se debruça no propósito e compromisso com a educação permanente e com a formação de uma massa crítica e ética de profissionais, bem como “se coloca na perspectiva da intervenção crítica e consciente de assistentes sociais na construção da história do mundo, da profissão e de si mesmo, em que a pesquisa e conhecimento crítico, são mediações fundamentais”. (ABREU, 2018, p.154).

Os estudos e pesquisas realizados pelo GEFEPSS são contextualizados intrinsecamente com o cenário de avanços e desafios da profissão, considerando a estrutura burguesa perpetrada pelo capital fetiche, financeiro, globalizado e com lógica administrativa e ética neoliberal, o que coloca o/a profissional frente a dilemas e reptos; e tão logo, requer do/a assistente social competências, habilidades, olhar crítico e propositivo, aprofundamento teórico-metodológico e ético-político para decifrar a realidade e propor ações emancipatórias, conforme Iamamoto (2008) discute em seu livro “O Serviço Social em tempo de capital fetiche”.

É no panorama de precarização da educação e do trabalho profissional que o GEFEPSS

⁸ 1.Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2.Política Social e Serviço Social; 3.Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4.Movimentos Sociais e Serviço Social; 5.Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6.Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; 7.Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Observação: vale destacar que hoje há 8 GTPs, pois foi compreendida a necessidade de instituir um grupo que pudesse construir maior acúmulo sobre o debate geracional e essa temática foi retirada do GTP 6 e passou a existir o GTP “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”.

⁹Esse GTP propõe a discussão do “[...] projeto ético-político do Serviço Social como expressão da direção social da profissão e sua interface com os fundamentos, a formação e o trabalho profissional. Fundamentos Teóricos do Serviço Social: historicidade, configuração e paradigmas teóricos na realidade nacional e internacional – nos âmbitos latino-americano e mundial. Formação profissional – diretrizes e exigências postas para o ensino, a pesquisa e a extensão no contexto da política de ensino superior brasileira. O trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, atribuições e competências e sua respectiva conexão com o mercado de trabalho. Identidade e perfil profissional do Assistente Social na sua relação com as classes sociais e, em particular, com a classe que vive do trabalho. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2013, p. 176).

também se debruça no estudo e pesquisa sobre estágio e o intrínseco processo de supervisão acadêmica e de campo, considerando que estas unidades curriculares não podem ser realizadas à revelia da análise de conjuntura e do caráter das políticas sociais, da interpretação das diferentes manifestações da questão social e sua dinâmica de relação da profissão, nos seus fundamentos, formação e exercício profissional (CAPUTI, 2014 e 2021).

No bojo do estudo das matrizes do pensamento social, enfatiza-se o princípio ético fundamental do pluralismo, mediante o respeito às correntes profissionais democráticas existentes, e suas expressões teóricas, compromisso com o constante aprimoramento intelectual, e o constructo permanente de reflexões propositivas de enfrentamento do ecletismo propagado na categoria profissional. Coerente com o Projeto Ético Político hegemônico na profissão, se pauta na tradição marxista, na retomada das categorias fundantes deste legado para os desafios contemporâneos da humanidade, em sua relação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora e suas resistências, e aos desafios impetuosos à profissão e aos profissionais do ponto de vista teórico-metodológico e da práxis.

Desde sua criação o grupo tem ousado estudar e aprofundar teoricamente sobre debates como Consciência de Classe, Organização Política, Educação Popular, Fundamentos do Serviço Social, Formação e Exercício Profissional, dentre outros. Entre os temas de pesquisa, o GEFEPSS tem se debruçado também no estudo da significância do Movimento Estudantil de Serviço Social/MESS enquanto locus privilegiado de formação teórico-política no processo de formação profissional. Bem como, aponta a discussão dos fundamentos do Serviço Social e da questão do método, numa análise da trajetória sócio histórica da profissão, em um sentido que envolve posicionamento ético e político a partir do conhecimento crítico da profissão.

Vale destacar que frisamos o estudo acerca do movimento estudantil de Serviço Social como importante no bojo das linhas de pesquisas, pelos seguintes aspectos: i) a própria gênese deste grupo de estudo é vinculada fortemente pela demanda estudantil em se criar um espaço de estudo e pesquisa, protagonizada por estudantes que faziam parte do movimento estudantil e que

compunham espaços de representação estudantil na ABEPSS, na ENESSO, bem como no Centro Acadêmico do curso na universidade, enquanto entidade de base que representa o segmento estudantil; ii) por entendermos que, tal como elaborado por Teixeira e Braz (2009), um dos pilares de sustentação do Projeto Ético-Político profissional é a dimensão político-organizativa e fortalecer o movimento estudantil, é fortalecer essa dimensão imprescindível para a profissão; iii) o movimento estudantil, conforme apontado por Ramos (2011), é um espaço estratégico de formação de quadros não só para as demais entidades da categoria, como para outros setores no campo da esquerda. Sendo assim, o entendemos enquanto espaço estratégico para a formação teórica, política e, não obstante, acreditamos que o próprio fortalecimento e defesa do projeto profissional crítico está condicionado ao investimento na formação teórico-política destes/as estudantes no interior do movimento estudantil – considerando que logo estarão engrossando as fileiras da categoria profissional enquanto assistentes sociais.

O GEFEPSS é constituído por estudantes de graduação em Serviço Social (de diferentes tempos no processo da formação) e docentes com doutorado vinculadas à UFTM; assistentes sociais de diversos espaços sócio-ocupacionais em Uberaba/MG e região, profissionais que exercem a atribuição privativa de supervisão de estágio; estudantes de pós-graduação *stricto sensu* em diferentes universidades e mestres que exercem/já exerceram atividade docentes em outras universidades, como: Universidades Federais de Goiás/UFG, Mato Grosso/UFMT e Espírito Santo/UFES.

Na sua composição e organização, preza pela democracia, pela liberdade e construção coletiva, respeitando o tempo histórico e a formação intelectual e teórica de cada sujeito. Busca forjar a formação de intelectuais, considerando a ideia gramsciana de que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Cadernos Cárcere, v.02. Os intelectuais, p.18). E nesta lógica também comunga da ideia de Florestan Fernandes.

Sem perder de vista o fato de que o cientista é condicionado por sua posição de classe, bem como por outras determinações não classistas, relativamente autônomas em relação às classes sociais, como nacionalidade, cor, sexo, geração, religião, além da determinação de categoria social (estudante, intelectual, burocrata, técnico, etc.), Florestan logra o mérito de articulá-las com o ponto de vista do proletariado. A pertença à categoria dos intelectuais não o distancia social e culturalmente de sua origem de classe. Pelo contrário, para Florestan um dos objetivos do intelectual deve ser o de reduzir a distância entre a categoria social que ocupa e o povo (SILVEIRA, 2009, p. 3).

O grupo tem uma dinâmica de reuniões quinzenais, definindo técnicas de estudo, autores/as e temas de relevância dentro da proposta do GEFEPSS. Conforme a dinâmica de estudos do grupo, realiza pesquisa de cunho de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, artigos científicos, organiza e participa de encontros, seminários, atividades de extensão relacionadas ao grande eixo de estudo.

Os estudos realizados têm reflexos transversais nas diversas disciplinas da matriz curricular do curso de Serviço Social na UFTM, com destaque para o fortalecimento dos componentes de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social; estágio supervisionado; impactam ainda, no fortalecimento da ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social na direção sócio política hegemônica da categoria profissional. No contexto de pandemia da COVID-19, os encontros têm se dado com maior espaçamento e acontecido através de plataformas online, o que foi uma necessidade diante das inúmeras implicações desta conjuntura que impactam em todas as esferas da vida social – sobretudo na dimensão do mundo do trabalho.

A perspectiva sócio-educativa do trabalho do/a assistente social associada a metodologia da educação popular atravessa singularmente o GEFEPSS, e aponta ressonâncias para o todo da formação, inclusive através da

oferta de uma disciplina eletiva¹⁰, que se desenvolveu a partir de resultados de estudos e pesquisas que apontaram para a demanda do estudo do tema da dimensão socioeducativa propriamente dita no curso da UFTM.

“Na Luta de Classes não há Empate!”: o GEFEPSS e as ressonâncias políticas-formativas

Como explicitado no resgate dos fundamentos da constituição do grupo, o GEFEPSS vem se construindo mediante a materialização de uma práxis política em consonância com essa epígrafe do CFESS¹¹, a qual representa o sentido de ser e propósito do grupo, e intitula inclusive o seminário anual realizado sempre no mês de abril em celebração a sua criação. “Na luta de Classes não há empate!” sinaliza a visão de mundo que o GEFEPSS se pauta. E assim, norteia também seus estudos e pesquisas, na perspectiva do materialismo histórico dialético.

Neste aspecto, é salutar dizer a importância dos estudos sobre a formação de consciência de classe, pelo qual busca refletir o processo de formação de consciência, a consciência de classe e as categorias ideologia e alienação, como importantes para a interpretação da realidade e compreensão das contradições entre ideias e realidade, entre normas, valores, juízos interiorizados e o cotidiano vivido, a realidade em mudança e novos valores e juízos. Nesta discussão, amplia-se a compreensão acerca da conjuntura e ação profissional cotidiana. Identifica o quanto a relação entre objetividade das classes e a subjetividade da consciência e da ideologia impactam nas opções políticas e nos processos de lutas e resistências.

Observa-se, contudo, que o GEFEPSS tem construído um caminho de estudos que se articula com a construção da identidade profissional crítica, criativa e propositiva. Com base nos estudos sobre formação de consciência tem entendido que as relações dominantes constroem as ideias dominantes e

¹⁰ Disciplina eletiva “Dimensão Socioeducativa do Serviço Social”.

¹¹ “Com o mote “Na luta de classes não há empate”, a campanha do Dia do/a Assistente Social de 2017 destaca compromisso da categoria de assistentes sociais em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais, ilustra a intensificação da violência e criminalização das lutas sociais, que têm sofrido cada vez mais com a repressão de um Estado que está a serviço do grande capital, e convoca a categoria a se voltar com maior força ao trabalho de base e continuar nas ruas, resistindo e lutando para não perder direitos já conquistados.” (CFESS, 2017).

assim, os seres humanos fazem a história, mas com controle de ideias da classe dominante. Não obstante, o grupo se constitui como propulsor de transformações de consciências de sujeitos tendo como horizonte a transformação radical da sociedade.

Nesta breve, mas aguerrida trajetória de sua existência, o GEFEPSS tem ousado em se debruçar a aprofundar teoricamente acerca de debates e discussões que tonificam a formação na direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, mais que isso, que contribui para a formação de consciência de classe “para si” e, nesta direção, para a organização e luta mais geral de trabalhadores e trabalhadoras.

Como forma de acúmulo e aprofundamento teórico-político, o GEFEPSS desenvolveu neste íterim, três (03) pesquisas de Iniciação Científica¹², as quais versam sobre a organização política de estudantes de Serviço Social. Ao longo dos anos 2015 à 2018, as referidas pesquisas se desenvolveram orientadas ao fortalecimento da formação profissional em Serviço Social protagonizada pelo Movimento Estudantil, o que se explicita a partir do objetivos delineados em cada projeto¹³. As pesquisas de IC também foram fundamentais para realização de outras pesquisas sistematizadas como trabalhos de conclusão de curso¹⁴, de modo que, os/as discentes ao terem experienciado essa iniciação à pesquisa, puderam avançar em suas pesquisas individuais com mais afinco – desenvolvidas sob orientação de docentes que compõem o grupo – debruçando-se sobre temas os quais constituem estudos do GEFEPSS.

Para dar materialidade aos debates e estudos realizados, bem como ter uma incidência mais concreta na realidade social, também

foram desenvolvidos neste percurso, dois (02) projetos de extensão¹⁵, os quais tinham o propósito de potencializar a consciência política e a articulação com as lutas sociais da classe trabalhadora, através da realização de oficinas temáticas, envolvendo diálogo direto entre academia e sociedade, pautando temas de formação da consciência social crítica.

Também foram realizados quatro (04) seminários anuais do GEFEPSS, os quais têm o objetivo de propiciar debates de forma mais ampliada, que possibilite a participação de mais estudantes, profissionais, sociedade civil e/ou qualquer pessoa que tenha interesse em participar. Em 2017 o I Seminário do GEFEPSS “Na luta de classes não há empate” teve como propósito central discutir sobre Educação Popular e Consciência de Classe. Em 2018, o II Seminário do GEFEPSS apresentou como centralidade a discussão acerca dos Fundamentos do Serviço Social e os desafios postos a formação e exercício profissional em tempos de barbárie. O III Seminário, ocorrido no ano de 2019, teve como mote a discussão do método em Marx; discussões sobre as metamorfoses no mundo do trabalho e os rebatimentos no Serviço Social e, em especial, o debate acerca do combate ao racismo pela profissão, considerando a campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo do conjunto CFESS/CRESS e a necessidade de avançar nesta discussão no interior da categoria.

Todos estes seminários, bem como as atividades gerais que perpassam a dinâmica do GEFEPSS sempre ocorreram presencialmente. Em 2020, o grupo já havia planejado a realização da quarta edição do Seminário, mas em decorrência do contexto de pandemia da COVID-19, aderimos às orientações

¹²A pesquisa “Perfil das/os estudantes do Centro Acadêmico XV de Maio, do curso de graduação em Serviço Social da UFTM: elementos para se pensar a formação profissional” desenvolvida em 2017/2018, foi precedida de outras duas (02) pesquisas de Iniciação Científica, as quais se desenvolveram com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG ao longo dos anos 2015 e 2016, respectivamente: “O significado da militância na formação profissional em Serviço Social: um estudo realizado no curso da UFTM”; “Dimensão Ético-política do Serviço Social e o debate do Centro Acadêmico no curso da UFTM”.

¹³Objetivo geral de cada pesquisa de iniciação científica, respectivamente: 1º) identificar o que os/as estudantes de Serviço Social da UFTM (entre o 5º e o 8º período) pensam acerca do MESS; 2º) compreender como se dá a discussão do MESS atrelado ao projeto ético-político no curso de Serviço Social da UFTM; 3º) conhecer e analisar o perfil (social, econômico, político, cultural e acadêmico) dos/as estudantes que têm construído historicamente o Centro Acadêmico “XV de maio” do curso de Serviço Social da UFTM.

¹⁴Trabalhos de conclusão de curso elaborados por estudantes no GEFEPSS: 1. Movimento Estudantil de Serviço Social e o Projeto ético-político na formação profissional em Serviço Social (2016); 2. A precarização da educação superior e seus implicativos para a formação profissional em serviço social: uma análise do atual contexto (2017); 3. Dimensão Socioeducativa do Serviço Social: processo de sua construção na formação profissional (2017); 4. Movimento Estudantil de Serviço Social e consciência de classe: um debate a partir da ENESSO (2019); 5. A assistência estudantil na universidade federal do triângulo mineiro: Descrição da política de permanência universitária a partir da intersecção do Serviço Social e a participação social na efetivação dos direitos estudantis (2019); 6. FUTURA-SE: programa de derruição da Educação Superior Pública e descaminhos para a Formação Profissional em Serviço Social (2020); 7. O diário de campo de estágio em serviço social: concepções, descaracterizações e potencialidades (2021); 8. A indústria midiática como instrumento da manutenção da hegemonia (2021); 9. Educação Popular e a perspectiva da construção de um outro mundo possível (2021).

¹⁵Práxis Política na Formação Profissional da/o Assistente Social e Práxis Política para além do Serviço Social.

de segurança pelas medidas de isolamento e distanciamento social e optamos por maturar outras alternativas temporárias à modalidade presencial, adiando a quarta edição do Seminário previsto para o ano de 2020, realizando-o no ano de 2021.

As reuniões de estudos e organização do grupo passaram a ocorrer virtualmente – oportunidades nas quais pudemos refletir sobre os riscos eminentes para o projeto de formação profissional crítico à precarização, aligeiramento e mercantilização, expressos também na oferta de cursos à distância. Não obstante, sem perder de vista os limites dos encontros não-presenciais e a direção que o grupo se afiniza, não nos furtamos a ocupar tais instrumentos digitais de forma mais ativa e desenvolvemos ações destinadas à participação aberta – de que são exemplos iniciais as rodas de conversa sobre visibilidade lésbica e bissexual, bem como sobre cotidiano e cor-relações de força e sobre a luta antirracista.

Em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social/GEFSS, vinculado à Universidade Estadual de Montes Claros, realizamos o Projeto Livess, no qual organizamos uma sequência de mesas em formato online, nas quais construímos reflexões sobre a ação política das entidades representativas da categoria profissional, através da participação de sujeitos vinculados ao CRESS MG, à ABEPSS e à ENESSO, com o objetivo de fortalecer o Serviço Social crítico! E nos meses finais do duro ano de 2020, ainda guardamos fôlego para o lançamento da Rede Mineira de Grupos de Estudos em Fundamentos do Serviço Social, a ReMGEFSS¹⁶ – composta pela articulação entre o GEFEPSS/UFTM em conjunto com o GEPSS/Unimontes, o GEPEFSS/UFJF e o SSMSPP/UFJF –, projeto que vem sendo maturado desde os finais do ano de 2019. Inauguramos essa iniciativa publicamente com o I Seminário ReMGEFSS, abordando os fundamentos da profissão “como um debate sempre necessário ao enfrentamento do conservadorismo”¹⁷.

Neste ano de 2021, celebramos o quinto aniversário do GEFEPSS e lançamos a quarta edição do Seminário Anual que se desenvolveu como um webinar, com foco na reflexão sobre a meia década de existência do GEFEPSS como Grupo de Estudos na UFTM; nas articulações teóricas e políticas mineiras; nos desafios do contexto nacional contemporâneo e no trabalho profissional no cenário de crise sanitária. Lançando mão dos recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação, realizamos duas webmesas¹⁸ com convidados e convidadas de renomeado reconhecimento pela área, para impulsionar e qualificar as reflexões. Seguindo a dinâmica das edições prévias, a abertura se iniciou com intervenções artísticas e políticas, e a mediação de cada espaço foi realizada por membros do grupo e parceiros/as. Destacamos o alcance quanti e qualitativo de sujeitos nesse IV Seminário Anual, sendo próximo, até o momento, de 1.500 pessoas de diversas regiões do Brasil.

O GEFEPSS também tem elaborado produções científicas que são resultados de um processo que se sustenta na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, bem como da relação graduação/pós-graduação, numa dimensão do compromisso ético-político com a produção e socialização do conhecimento. Destacamos a publicidade em formato de artigos em renomados periódicos online¹⁹. Assim, mediante a caráter de ampla circulação e reconhecimento da perspectiva de rigor teórico-metodológico, o GEFEPSS tem se somado às construções alinhadas ao processo de ruptura com o conservadorismo, comprometido com o constante aprimoramento intelectual e socialização dos saberes.

Não obstante, nos empenhamos na participação de espaços com função político-acadêmico-científica, com os quais comungamos da perspectiva, com o comprometimento da coletivização dos conhecimentos forjados no seio do grupo. Na esfera dos encontros com o propósito mais geral da

¹⁶Mais informações sobre a ReMGEFSS em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32935/21659>.

¹⁷Tema I Seminário ReMGEFSS: “Fundamentos do Serviço Social: um debate sempre necessário ao enfrentamento do conservadorismo”.

¹⁸Disponíveis no Canal do Youtube do IELACHS-UFTM, cujos debates podem ser acessados, respectivamente, em: Mesa 01- <https://www.youtube.com/watch?v=tWiBOZxNiDk&t=1422s> e Mesa 02 - <https://www.youtube.com/watch?v=Oh98TWY97mY>.

¹⁹Tais como a Temporalis (ABEPSS), Conexões Geraes (CRESS Minas Gerais), Universidade e Sociedade (ANDES/Sindicato Nacional), Emancipação (UEPG), Serviço Social em Perspectiva (Unimontes), Libertas (UFJF), Sociedade em Debate (UcPel), Katálysis (UFSC), Serviço Social & Sociedade (Cortez). Repositório para acesso às produções do grupo: <https://drive.google.com/drive/u/o/folders/1BVbgu0SoP4lj4CePQwOAJX9D35t5HUx>.

divulgação de iniciativas vinculadas ao tripé universitário, estivemos presentes nas Jornadas Integradas de Ensino-Pesquisa-Extensão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (JIEPE UFTM); e na participação de encontros orientados ao debate da teoria, marcamos presença no II Seminário Nacional de Teoria Marxista: o capitalismo e suas crises. No interior da categoria profissional, o GEFEPSS participa dos diversos encontros promovidos pelas entidades representativas do Serviço Social, a nível local, regional e nacional – espaços os quais reconhecemos como instrumentos imprescindíveis para a preservação constante do legado crítico da nossa profissão.

O conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO têm uma trajetória de protagonismo no processo de construção da hegemonia de um Serviço Social direcionado sociopoliticamente ao horizonte da emancipação humana e o GEFEPSS, por sua gênese, história, significado e finalidades, têm endossado essa direção também através da apresentação de trabalhos em diversos espaços tais como: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS; Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS; Fórum de Estágio Supervisionado da UFTM; Semana de Serviço Social da UFTM; Oficinas Nacionais e Regionais da ABEPSS; Encontros Locais, Regionais e Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ELESS, ERESS e ENESS); Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.

É fundamental resgatarmos ainda, os recentes lançamentos de livros que trazem à discussão temas que perpassam as linhas de pesquisa do GEFEPSS. Oriundos de pesquisas que se iniciaram até antes da fundação do grupo e mesmo durante o percurso, os livros “Supervisão de Estágio em Serviço Social”, de autoria da prof^a Dr^a Leslie Caputi publicado pela editora Papel Social (2021), e o livro “Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo”, de Tales Fornazier, pela editora Letramento (2020); sintetizam resultados de pesquisa científica desenvolvida na academia e representam para o GEFEPSS grandes investimentos teórico-políticos, calcados na materialidade da vida social.

Não menos importante, outra forma de socializar o conhecimento construído e apreendido no âmbito do GEFEPSS é a divulgação através das plataformas Facebook e Instagram, com páginas administradas pelo grupo, no intuito de ampliar e fortalecer o alcance da divulgação de suas ações, permitindo maior acesso às informações sobre a realização dos Seminários Anuais e demais atividades desenvolvidas.

O grupo ainda tem aderido à agenda de greves, paralisações e mobilizações convocadas por entidades nacionais que pautam reivindicações por melhores condições de trabalho e estudo, no campo geral das necessidades da vida social. Em âmbito local, tem se organizado com flexibilidade para compor espaços que dialogam com as linhas de pesquisa e a direção social que o grupo se vincula. No último ano, observa-se também a massificação de atividades abertas ao público externo ao GEFEPSS, promovendo debates sustentados no compromisso ético-político com a socialização de conhecimento produzido em âmbito de universidades públicas.

Essas experiências, supracitadas, evidenciam coerência com o projeto de formação elaborado e defendido pela ABEPSS, com o projeto profissional vinculado à ruptura com o conservadorismo e aliado com as lutas mais gerais da classe trabalhadora. Ademais, também expressam a possibilidade de construir a resistência para dentro e fora da universidade, dialogando com a sociedade e ratificando a opção política feita pela profissão desde o Congresso da Virada em 1979, a qual vem sendo fortalecida, que é marchar na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

A partir da sistematização apresentada, foi possível evidenciar a contextualização da estrutura, histórico do grupo e os temas estudados na sua conjunção e sua dinâmica na realidade atual. Apontamos reflexões dos resultados obtidos nesta experiência, os quais contribuem de forma peculiar para qualificar os/as pesquisadores/as do grupo, bem como os/as estudantes e profissionais que são alcançados com as atividades que são propostas e realizadas no Triângulo Mineiro.

O GEFEPSS, forjado a partir de uma construção coletiva, tem fortalecido a discussão acerca da formação profissional no curso de Serviço Social da UFTM, sobremaneira com a participação de estudantes nas diferentes instâncias democráticas do curso e que também constroem politicamente os espaços do movimento estudantil. Apresenta significativas produções que forjam o MESS e qualificam a dimensão político-organizativa da categoria como um dos pilares de materialização do Projeto Ético-Político da profissão.

Os estudos também têm propiciado refletir – no âmbito das experiências profissionais, seja no campo do trabalho cotidiano em diversos espaços sócio-ocupacionais, na docência ou no estágio supervisionado – se o trabalho do/a Assistente Social corrobora para a formação de consciência de classe. No campo da formação profissional, observamos que há esta discussão e então concluímos que há este compromisso na docência e no movimento estudantil, contudo, nos espaços institucionais que se operam as políticas públicas diretamente com a população usuária, é algo a ser pesquisado.

Cabe salientar em linhas gerais que partimos da perspectiva de que a educação é um fenômeno complexo, composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas. Toda educação é política, não é neutra, logo implica princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade, e por tal, afirmamos com base em Gramsci, Florestan, Freire, Mézáros, Gadotti entre outros da perspectiva histórico-dialética-crítica que a educação é necessariamente situada na história. E o princípio da diversidade marca o movimento e o sentido da educação social, popular e comunitária, conferindo a importância da fusão do senso comum e científico, a partir do profundo respeito pelos saberes populares, que expressam a cultura de um povo.

Logo, compreendemos a perspectiva da educação popular no sentido que presume necessariamente a práxis, a cara dos movimentos sociais em suas múltiplas subjetividades e objetividades políticas, vislumbrando novas forças de poder popular. O GEFEPSS vem consolidando em seus estudos e ações a defesa da formação profissional crítica, fazendo valer a ideia de Florestan Fernandes

quando diz que “o que dá grandeza às universidades não é o que faz dentro delas. É o que se faz com o que elas produzem” (1966, p. 205). Eis a preocupação e nosso compromisso com a dimensão dos fundamentos, da formação e do exercício profissional em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **O Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” no âmbito da ABEPSS - Determinações, Trajetórias e Função Político-Acadêmica-Científica.** In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **ABEPSS. Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.** Brasília, DF: ABEPSS, 2008. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201903221439271525620.pdf. Acesso em 19 maio. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **ABEPSS. GTP Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional. Relatórios-síntese dos Grupos de Trabalho e Pesquisa Gestão ABEPSS – 2013-2014.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 175-181, jul./dez. 2013.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em serviço social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP – Franca/SP: [s.n.], 2014, 228 f.

CAPUTI, L. **Supervisão de Estágio em Serviço Social.** Campinas/SP: Papel Social, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS. 15 de maio: parabéns, assistente social!** Brasília (DF): CFESS, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1370>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **CFESS. Código de ética do/a assistente social.** 10. ed. rev. atual. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus Editora, 1966.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos Cárcere, v.02.** Os intelectuais, O princípio educativo, Jornalismo (trad. Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação.** In: Revista Katálysis. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-71, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/1982-02592017v-20n2p272/34408>. Acesso em 07 jun. 2021.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Disponível em: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

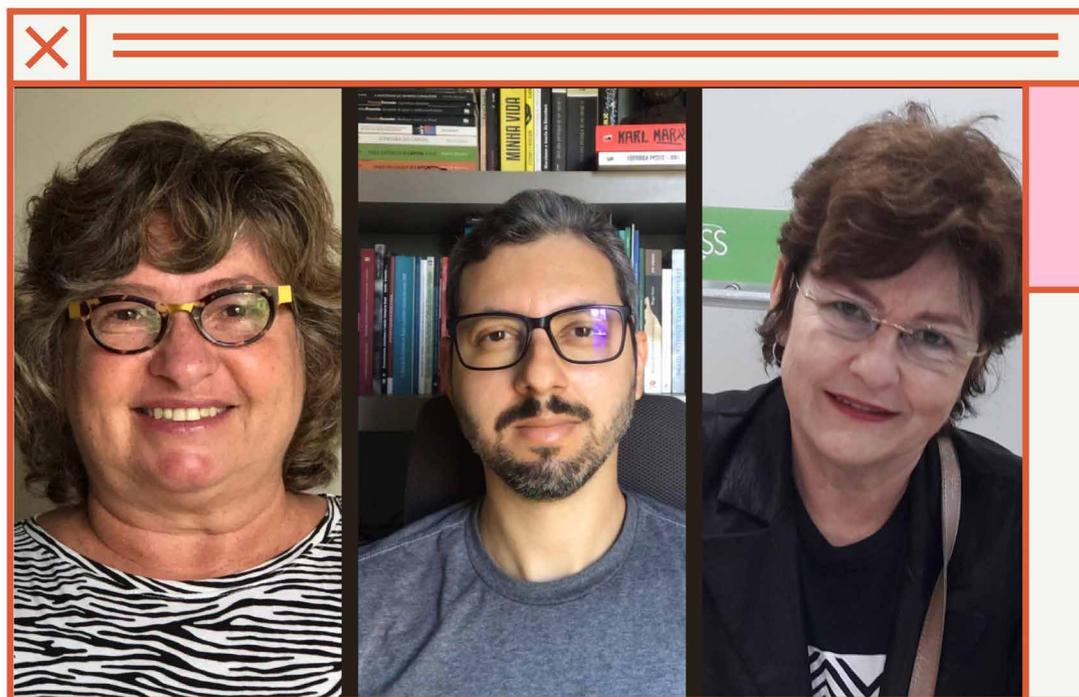
RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A importância da articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS/ CRESS E ENESSO para a construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro.** Temporalis, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 113-22, jul./dez. 2011. Disponível em: www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ramos-samya-rodrigues-201608060412162753570.pdf. Acesso em 07 jun. 2021.

SILVEIRA, Zuleide Simas. **A universidade brasileira e o papel do intelectual em Florestan Fernandes.** In: CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. CEMARX. Anais VI Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, SP: CEMARX, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/a-universidade-brasileira-e-o-papel-do-intelectual-florestan-fernandes.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social.** In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF: ABEPSS; CFESS, 2009, p. 185-200.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Pró-Reitoria de Ensino. **Curso de Graduação em Serviço Social. Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em serviço social UFTM.** [Uberaba, MG], 2014. Disponível em: <https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=312&publicacao=778>. Acesso em: 07 jun. de 2021.

O DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL E OS DESAFIOS POSTOS AO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL¹



Júlio César Lopes de Jesus²

Boa noite a todas e todos que nos assistem neste momento!

Eu quero, inicialmente, agradecer o honroso convite que me foi feito pela gestão do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, a quem saúdo em nome da colega e companheira Gláucia Batista, que coordena os trabalhos desta mesa virtual, ao tempo que também parablenizo a gestão do Regional mineiro pela importante iniciativa de realizar esta atividade.

Depois, quero dizer que é um prazer imenso poder dividir a mesa, mesmo que virtualmente, com a Professora Ivanete Boschetti, e que sempre nos brinda com suas preciosas análises críticas acerca da Seguridade Social brasileira, das políticas sociais e dos direitos da classe trabalhadora no Brasil, seja nos seus livros, artigos, seja em sala de aula ou nas palestras que ela profere. Dar continuidade aos trabalhos, após a fala da professora Ivanete, é ter a certeza de que o solo histórico em que se está pisando está muito mais firme para que se trilhe o caminho das análises posteriores. Então, aqui vai o meu abraço afetuoso, mesmo que à distância, à nossa sempre querida professora Ivanete.

¹Esse texto é resultado de transcrição de palestra virtual, realizada nesta modalidade por ocasião da pandemia da Covid-19, proferida por seu autor no dia 22 de junho de 2021, à convite do Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região (CRESS-MG).

²Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) e assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no estado de Sergipe. E-mail: lopesdejesus25@yahoo.com.br.

Bom, feitas essas considerações iniciais, eu quero, desde já, advertir aos que nos assistem que o tempo de fala é curto. Por isso mesmo, tendo a ser breve nas minhas considerações, desejando, ao mesmo tempo, que esta brevidade não se traduza em superficialidade das contribuições que aqui pretendo trazer para o crivo das nossas análises críticas coletivas.

Partindo dessas considerações, e dentro daquilo que me foi incumbido de falar, que é a realização de uma análise conjuntural sobre os desafios contemporâneos que se colocam para o Serviço Social e para os assistentes sociais brasileiros, sobretudo em um contexto de uma pandemia extremamente mortal, potencializada por um governo igualmente mortal e nitidamente fascista e genocida, para que possamos atuar nos processos de viabilização e reconhecimento de direitos, particularmente daqueles que estão inscritos na nossa seguridade social brasileira.

A história é pródiga em nos oferecer respostas aos desafios do tempo presente. Isso porque, no Brasil, a classe trabalhadora e, dentro dela, a categoria profissional dos assistentes sociais, já sofreu revezes, ataques, perseguições e toda a sorte de investidas contra a nossa organização profissional e política, com o grande objetivo de fragilizar esta organização para, nos termos da professora Ivanete, promover uma “insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social” (BOSCHETTI, 2012). Essa é uma das pretensões do capital. Não só no Brasil, é bem verdade, mas em todos os países capitalistas, tanto no centro como na periferia do capitalismo mundial. Agora, é inegável que nos países capitalistas-dependentes e, em especial, aqui na América Latina, essa ofensiva destrutiva de direitos sempre foi muito mais brutal. Basta lembrarmos alguns desses exemplos, como no período da ditadura civil-militar, iniciada em 1964, com um golpe de Estado que tinha como um de seus objetivos frear as intenções reformistas que estava em curso no governo João Goulart, e que buscava promover reformas estruturais,

a exemplo da reforma agrária, da reforma do ensino, do sistema de saúde, da reforma tributária, dentre outras.

Tais reformas eram aterrorizantes para a classe burguesa, sempre ávida por cortar os custos com a reprodução social e material do trabalho e maximizar os lucros para a produção, reprodução e concentração de capitais. E é nessa época, lembremos, que tivemos um processo ostensivo de censura, perseguição, exílio, prisões, torturas e mortes dos oponentes do regime de 1964, sobretudo daqueles que estavam vinculados às organizações políticas de esquerda, ao movimento estudantil, aos sindicatos, associações, entre outros. E, nesse sentido, os assistentes sociais também foram uma das categorias profissionais extremamente perseguidas nesse período, não é? Nesse momento estamos falando em um evento organizado pelo CRESS de Minas Gerais e, aqui, só para lembrar alguns dos valorosos assistentes sociais mineiros, referências profissionais, intelectuais e políticas da nossa categoria, como as professoras Marilda Villela Yamamoto, Marileia Porfírio, Verônica Santos, bem como os professores José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros, os quais sofreram os horrores da ditadura, entre situações de perseguições, prisões, torturas e exílio³.

Nos tempos ditos “democráticos”, a lá democracia burguesa, a vida da classe trabalhadora e, por extensão, dos assistentes sociais, também não tem sido nada fácil. Os governos “democráticos” têm sido altamente autoritários, vide Collor de Mello (1990-1992), responsável por colocar o país nos trilhos iniciais do programa neoliberal, potencializando as diretrizes do chamado “Consenso de Washington”⁴ de 1989; Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu e deu continuidade ao governo Collor, após o seu impeachment, e que editou, por exemplo, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com um profundo rebaixamento e subversão da lógica de proteção social prevista na Constituição Federal de 1988, em relação à instituição do BPC, particularmente em seus cri-

³Fica aqui, como registro histórico, um documento gerado pela Comissão da Verdade do município de Juiz de Fora (MG) e que traz alguns relatos acerca das atrocidades a que foram submetidas as assistentes sociais Marilda Yamamoto, Marileia Porfírio e Verônica Santos, na condição de presas políticas do Regime Ditatorial Civil-Militar instaurado com o golpe de abril de 1964. Os relatos podem ser encontrados em Juiz de Fora (2016).

⁴A literatura que trata acerca do consenso de Washington, dentro das produções de natureza crítica, é significativamente farta, a exemplo das ricas contribuições de Sader e Gentili (1995), Tavares (1995), Batista (1995), Soares (2000), Laurell (2002), Pereira (2010), Mota (2011) e Harvey (2014b), apenas para citar alguns, não sendo necessário maior aprofundamento por parte desta tese.

térios de “renda” (o focalismo da “extrema pobreza”) e de “idade” para os idosos (que era a da surreal faixa de 70 anos de idade, quando a expectativa média de vida naquela época era de aproximadamente 67 anos).

E por fim, nesse eixo mais programático do neoliberalismo, temos o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) que, com seus 08 anos de gestão, foi responsável por consolidar o programa defendido pelo Consenso de Washington, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial no Brasil, a partir de suas privatizações; dos cortes no orçamento das políticas sociais; do sucateamento dos serviços públicos; da instituição de mecanismos legais para potencializar o “voluntariado”, responsabilizando a sociedade civil pela intervenção na questão social e promovendo a desresponsabilização estatal; das várias contrarreformas – particularmente a da previdência social, logo após sua reeleição ser garantida, em 1998, gerando com todas essas ações uma grave crise social com milhões de desempregados, aumento exponencial da pobreza, da fome, da exploração do trabalho e da explosão da dívida pública no país⁵.

Assim, como podemos analisar, os anos 1990 foram, de fato, bastante desafiantes para toda a classe trabalhadora e para nós assistentes sociais, impondo-nos uma atuação profissional a partir dos escombros do Estado, com políticas sociais cada vez mais focalistas e seletivas, cortes no orçamento público e redistribuição dos recursos do fundo público nacional para a satisfação dos interesses do capital financeiro, notadamente em relação à dívida pública. Mas é justamente nesse contexto de reestruturação produtiva, de flexibilização e precarização das relações do trabalho, de aprofundamento da crise do capital, com seus reflexos nas dimensões econômica, social e política da classe trabalhadora, que os assistentes sociais não apenas reafirmam, como também aprofundam o seu projeto ético-político profissional em direção à defesa de direitos.

Nos anos 2000, embora grande parte da categoria, inebriada com a chegada do primeiro representante de origem operária à pre-

sidência da República, como nos lembra Braz (2004), tenha sonhado com a possibilidade de construção de um país mais justo socialmente, com mais distribuição de riquezas, combate ao desemprego, à fome e à miséria, os primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) foram responsáveis por descortinar o véu das ilusões, como bem ilustrado por Netto (2004). O programa neoliberal, capitaneado pelos seus antecessores, teve continuidade com a manutenção do superávit primário, da Desvinculação de Receitas da União (DRU), do câmbio flutuante, do pagamento da dívida pública, da contrarreforma da previdência dos servidores públicos em 2003, dentre outras medidas do chamado “ajuste fiscal” em sua condição permanente, tão festejas pelas instituições burguesas do sistema financeiro internacional.

Com o governo Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016) não foi diferente. Todas essas medidas, adotadas durante o governo Lula, foram mantidas e, inclusive, aprofundadas com cortes no orçamento das políticas sociais na casa dos bilhões já nos dois primeiros anos do governo Rousseff, além da preservação de renúncias tributárias, isenções fiscais e demais medidas de desoneração do capital, com nítido prejuízo para o financiamento das políticas sociais, sobretudo no campo da seguridade social, conforme indica importante estudo de Salvador e Silva (2015). Há quem compreenda que nos governos do PT vivenciamos um suposto período “pós-neoliberal”, como se tivesse havido uma inflexão desse projeto regressivo de direitos no Brasil.

O fato é que, se os governos petistas não foram, durante todo o seu período, “neoliberais programáticos”, “*stricto sensu*”, também não é possível afirmar que eles puseram um fim a este projeto no país. Embora tenha havido alguns ganhos para o campo do trabalho em algumas ocasiões, o que foi maximizado na percepção da classe trabalhadora, em função de um período dilacerante precedente, tais conquistas foram sempre residuais diante da magnitude dos ganhos para o capital. Afinal, é bom recordar que o próprio Lula foi muito taxativo ao afirmar publicamente e sem nenhum nível de cons-

⁵Para mais informações acerca deste período de esfacelamentos dos direitos da classe trabalhadora e de avanço devastador do projeto neoliberal no país, recomenda-se aqui a importante leitura da obra “O desmonte da nação: balanço do governo FHC”, organizada por Ivo Lesbaupin (1999) e com a contribuição de vários e importantes autores que analisam os impactos desse período histórico para o Brasil e sua população.

trangimento aparente, que “nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro quanto em seu governo”.

Nesse período houve também um grande desafio para a nossa categoria profissional. Superar as ilusões, identificar as contradições, afiar as análises críticas, compreender o real, o concreto acima do que nos é aparente, transcender o que é superficial nos processos políticos e sociais. A luta aqui também foi pela ampliação de direitos. O direito à educação, à saúde, ao trabalho com proteção social, direito a uma aposentadoria, a uma assistência social digna que superasse a barreira do focalismo, da seletividade, das condicionalidades que selecionavam os mais pobres entre os pobres.

A nossa defesa de direitos, e aqui destaco um pouco mais a Seguridade Social durante esse processo, sempre foi muito marcante e decisiva. Quando nós chamamos o 3º Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS), ocorrido na cidade de São Paulo, em 1979, de “o Congresso da virada”, não é à toa. O III CBAS representou um divisor de águas na profissão, no pensar e no fazer profissional dos assistentes sociais no Brasil. Uma crítica mais cristalina ao conservadorismo da “prática profissional”, em direção à “perspectiva de intenção de ruptura”, como demarca Netto (2002). Foi também um momento de aproximação decisiva com o movimento operário, e isso em pleno regime ditatorial civil-militar. Não foi à toa que a Comissão de Honra daquele congresso, composta pela nata putrefata da autocracia burguesa naquele momento, com figuras expressivas como os então presidente da República, João Figueiredo, e o governador biônico de São Paulo, Paulo Salim Maluf, foi simbolicamente destituída pela categoria presente no Congresso e, em seu lugar, foi colocada a classe trabalhadora brasileira, tendo como representação e presença marcantes naquele ato um líder operário das grandes greves dos anos 1970, dos metalúrgicos do ABC Paulista. Um certo Luiz Inácio da Silva, mas conhecido em sua intimidade, à época, como “Lula”.

Mas não foi somente isso: peguem a programação do evento, que pode ser encontrada em uma publicação organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), publicada em 2009 por ocasião dos 30 anos

do Congresso da Virada. O centro das discussões do Congresso gravitou em torno das políticas sociais e, dentre elas, as políticas de Seguridade Social quando, no Brasil, sequer tínhamos esse termo instituído oficialmente, o que só viria a acontecer quase uma década depois, com a promulgação da Constituição de 1988. Aqui já se defendia a responsabilização estatal e as políticas sociais como “direitos” de cidadania (CFESS, 2009). Mais adiante, no V CBAS, realizado em 1985, também em São Paulo, no qual os assistentes sociais do Brasil reafirmam e aprofundam as perspectivas defendidas no Congresso da Virada, trazendo contribuições substanciais para as políticas de Seguridade Social, e que é algo que podemos observar na publicação desse evento, feita pela Editora Cortez, em sua primeira edição de 1987 (ANAS, 1989).

Os assistentes sociais antecipavam contribuições à Assembleia Nacional Constituinte, a qual seria formada naquele mesmo ano de sua publicação. Outra contribuição histórica dos assistentes sociais brasileiros, constituída por ocasião do 29º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado no estado de Alagoas, no ano 2000, foi a chamada “Carta de Maceió” (CFESS, 2000). Neste documento a categoria analisava os impactos deletérios de uma década de aprofundamento da política neoliberal no Brasil e suas consequências para a Seguridade Social brasileira. Na Carta os assistentes sociais defendiam uma “seguridade social pública”, mais democrática, com participação e controle social, com garantia de recursos suficientes do fundo público para ampliar o acesso aos direitos dentro da perspectiva de universalização prevista na Constituição Federal de 1988.

Então a história não nos abandona. Ela só não está aí para aqueles que fecham os olhos para ela. Mas ela grita, ela se impõe e restabelece a verdade dos fatos, mesmo em tempos de relativismo histórico, irracionalismo ou das famosas e perigosas fake news. E o que está escrito na história, no lastro destas conjunturas dos últimos 40 anos, é que os assistentes sociais brasileiros participaram ativamente dos processos de luta, resistência e reação da classe trabalhadora pela conquista e efetivação de direitos, pela universalização da proteção social, através da saúde, da previdência, da assistência social, da educação e de outras políticas sociais fundamentais para reduzir a voracidade do capital.

Estes são tempos difíceis, é bem verdade, como também o foram os que aqui resgatamos. Não houve trégua para a classe trabalhadora no Brasil. Como bem nos lembra José Paulo Netto, “A luta de classes nunca tirou férias nesse país” (JORNALISTAS LIVRES, 2015). Aliás, é de Marx e Engels a afirmação, em seu Manifesto do Partido Comunista, logo no primeiro parágrafo, de que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Só que hoje a barbárie se impõe aos olhos da classe trabalhadora no Brasil.

Passamos dos 500 mil mortos por Covid-19 no país, algo inimaginável e catastrófico em tempos normais, ao menos para aqueles que não banalizam a morte, o sofrimento alheio e não flertam com o negacionismo; temos cerca de 14,5 milhões de desempregados e quase 6 milhões de desalentados; verificamos o crescimento exponencial da pobreza, das desigualdades sociais; o retorno do Brasil ao Mapa Internacional da Fome (do qual havia saído desde 2014); a elevação dos preços dos combustíveis, do gás de cozinha, dos alimentos, da inflação, ou seja, um caos social e econômico.

Nesse contexto, a violência avança como produto da barbárie do capital, potencializada pelo conservadorismo e o reacionarismo, tendo como sua principal vítima a classe trabalhadora, sobretudo em suas particularidades: os povos tradicionais estão sendo dizimados nas florestas enquanto “a boiada passa” para atender aos interesses econômicos dos madeireiros, grileiros e ruralistas; a população negra, pobre e periférica é massacrada cotidianamente pelo braço armado do Estado, pelas milícias institucionalizadas que entram nos morros atirando para depois perguntar. No país onde a população LGBTQIA+ é vítima de múltiplas formas de violência, opressão, discriminações e intolerância, temos números assustadores de mortes dessa população, nos colocando no incômodo primeiro lugar entre os países que mais matam esse segmento populacional; são elevadas também a violência contra as mulheres – com destaque para o feminicídio – a violência contra idosos, contra as pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. A violência no Brasil, em suas múltiplas faces e expressões, também é pandêmica, porque é uma violência que tem como raiz o capital.

E como o governo Bolsonaro se propõe a resolver o problema? Com o amargo remédio neoliberal: arrocho salarial; corte de investimentos em políticas sociais como a saúde, previdência, educação, assistência social; aposta nas privatizações e na precarização dos serviços públicos; na não realização de concursos; promove mais contrarreformas da previdência e do trabalho; congela salários de servidores públicos por 15 anos, com mais 2 anos do seu governo, completando-se aí o cabalístico número “17” sem reajuste salarial algum para o serviço público; reduz drasticamente o valor do auxílio-emergencial de R\$ 600,00 para R\$ 150,00 e de R\$ 1.200,00 para as mães solteiras com filhos para um valor máximo de R\$ 375,00; estimula aglomerações, promove o combate à ciência e quer desobrigar o uso de máscaras no país. Ou seja, temos todos os elementos que indicam que este é um Governo verdadeiramente “genocida”.

Especificamente para a categoria de assistentes sociais, identificamos que temos lutado pela preservação da nossa autonomia profissional (que sempre foi “relativa”) em vários espaços de atuação profissional. Na Assistência Social a luta dos profissionais tem sido por garantir as conquistas mínimas alcançadas durante as gestões petistas, particularmente em relação à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS RH), reafirmando a luta histórica contra o assistencialismo, o coronelismo, o primeiro damismo, o paternalismo e as ingerências políticas, além de cobrar o direito de prioridade na vacinação contra a Covid-19 para trabalhadoras e trabalhadores do SUAS.

Na Saúde, a luta tem sido para denunciar o descaso com essa política, seu desfinanciamento, as mortes provocadas nas UTIs por falta de insumos básicos e essenciais, como anestésicos, respiradores e profissionais suficientes para atender as demandas, além de uma política de Estado irresponsável e anti-científica, que recomenda o uso de vermífugos e outros medicamentos sem comprovação científica para a prevenção à Covid-19. É a luta contra o próprio adoecimento físico e mental e por manter-se vivo.

Na previdência social a luta histórica tem sido para a própria manutenção do Serviço

Social nessa política, evitando suas várias tentativas de extinção nas sucessivas contrarreformas da previdência social. É também uma luta constante contra a intervenção técnica, ética, política e financeira no trabalho do assistente social; o respeito institucional às competências e atribuições privativas desses profissionais e da garantia de acesso dos usuários a este serviço; é a defesa dos direitos dos trabalhadores; é a posição contrária a instituição do ato médico e da destruição do modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência para acesso ao BPC, além da tentativa de implantação da teleavaliação, inclusive com insidiosa prática de intimidação dos órgãos de controle externo, a exemplo de setores do Tribunal de Contas da União (TCU), os quais tentam criminalizar o CFESS por exercer o seu papel legítimo e legal de orientação e fiscalização do exercício profissional no território nacional.

Na Educação os desafios também são enormes. Os assistentes sociais esbarram em gestões autoritárias, até mesmo de interventores pro tempore nas instituições de ensino superior, nomeados pelo presidente da República, afrontando a autonomia universitária e alterando ao seu bel prazer as políticas e programas de gestão que vinham sendo desenvolvidos anteriormente. Os cortes no orçamento, os ataques político-ideológicos à função social dessa política e das instituições que a materializam também têm sido preocupantes, em meio à necessidade de acompanhamento dos estudantes e de suas demandas durante o período de pandemia. É também a luta pela implementação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica e que, até o momento, vem sendo ignorada por muitos estados e municípios.

No sociojurídico os profissionais vêm enfrentando o autoritarismo de parte dos magistrados em intervir em seus processos de trabalho, determinando, por exemplo, a instituição do teleatendimento para entrevistas, elaboração de pareceres e emissão de laudos sociais. É também a continuidade do assédio institucional para que os assistentes sociais executem a metodologia do “Depoimento Sem Dano”, algo já debatido pela categoria e que tem sido alvo de ataques por parte de integrantes do Poder Judiciário em relação a autonomia do conjunto CFESS/CRESS e dos próprios profissionais em não aderir à mes-

ma. Há ainda a discussão sobre os desafios dos assistentes sociais em outras políticas sociais e em espaços ocupacionais como na Habitação, no Controle Social, nas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Mas o fato é que estamos todas e todos em luta! E estas são lutas coletivas!

É evidente que existem entre nós os conservadores e, como Netto (2006) nos lembra, “eles são minoria, mas não são insignificantes”. São alguns profissionais e estudantes de Serviço Social que se identificam com as pautas conservadoras. E aqui não se trata de falta de conhecimento do nosso projeto ético-político profissional, mas sim do seu “questionamento”, do “confronto” com sua direção social hegemônica, constituída historicamente pelas vanguardas profissionais e com adesão majoritária da categoria em todo o país. Esses grupos minoritários se utilizam dessas balizas do conservadorismo, particularmente a partir do momento em que “o ovo da serpente” foi chocado, em 2018. Ainda assim, “e apesar de você”, como diria o Chico [Buarque], a categoria profissional dos assistentes sociais brasileiros é notabilizada por estar entre as franjas da luta de classes e da defesa intransigente de direitos do conjunto da classe trabalhadora em nosso país.

Por fim, eu concluo a minha fala, que já se delongou um pouco mais do que o planejado, com a seguinte questão, e sem pretensão alguma ao “messianismo” em nossa profissão: *De certo, a revolução que queremos e defendemos não será feita pelas mãos únicas e exclusivas dos assistentes sociais brasileiros. Porém, tampouco imagino uma revolução neste país em que os assistentes sociais nela não estejam presentes em sua construção.*

REFERÊNCIAS

ANAS. **O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais.** São Paulo: Cortez, Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS, 1989.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** In: BATISTA, Paulo Nogueira (et. al.). Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 99-144.

- BOSCHETTI, Ivanete. **A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 112, pp. 754-803, out./dez. 2012.
- BRAZ, Marcelo. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 78, pp. 48-68, jul. 2004.
- CFESS. **Carta de Maceió. Seguridade Social Pública: é possível!** 2000b. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/encontracional_cartas_maceio.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.
- _____. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2009.
- HARVEY, Deivid. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- JORNALISTAS LIVRES. **“A luta de classes nunca tirou férias neste país”**. Entrevista concedida por José Paulo Netto aos canais Jornalistas Livres e Brasil de Fato, em 10/11/2015. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-luta-de-classes-nunca-tirou-ferias-neste-pais/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- JUIZ DE FORA. Comissão Municipal da Verdade. **Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora**. / Comissão Municipal da Verdade; ilustração da capa Jorge Arbach. Juiz de Fora: MAMM, 2016. Disponível em: <http://www.juizdefora-oabmg.org.br/pdf/ebook.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.
- LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 151-178.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 79, pp. 5-26, set. 2004.
- _____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete et al (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 141-160.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALVADOR, Evilasio; SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Fundo público e as medidas provisórias nos 664 e 665: a contrarreforma da previdência em curso**. In: Revista política social e desenvolvimento, v. 19, pp. 24-47, 2015.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78).
- TAVARES, Maria da Conceição. **O dissenso de Washington**. In: BATISTA, Paulo Nogueira (et. al.). Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 67-80.



A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARIANA/MG

Júlia Ferrari Raposo de Moraes¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em uma sistematização de palestra ministrada no III Encontro Estadual das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/M.G) em agosto de 2021. Nesse evento foi debatido o tema da supervisão de estágio curricular em tempo de pandemia e contou com a presença de estagiárias/os, supervisoras/es acadêmicas/os, supervisoras/es de campo, representantes do CRESS/MG e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Portanto, o tex-

to tem como finalidade, fornecer um registro sobre uma experiência de supervisão de estágio em um período tão adverso, tentando tecer algumas reflexões entre o cenário atual, o exercício profissional e a supervisão de estágio em Serviço Social.

Para transformar essa palestra em um artigo foram feitas algumas adaptações e inseridos conteúdos não abordados na apresentação oral. Assim, o artigo ficou organizado da seguinte forma: o estágio curricular supervisionado em Serviço Social; apresenta-

¹Assistente social graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestre em Serviço Social pela mesma instituição. Atua no atendimento a mulheres em situação de violência no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) de Mariana (MG).

ção das particularidades do território em que se deu a atuação e organização do trabalho no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Mariana/MG e, por fim, relato de experiência da supervisão de estágio durante a pandemia.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio curricular supervisionado em Serviço Social é um momento de grande importância para a formação. A categoria profissional, por meio do conjunto CFESS/CRESS vem, ao longo dos anos, se empenhando para a construção de um processo de formação que esteja alinhado com os princípios éticos e normativos da profissão definidos pela lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8662), Código de Ética da/do Assistente Social e guiado por seu projeto ético político. Por estágio curricular supervisionado, entende-se:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio ” (CFESS, 2008).

Ao assegurar a supervisão acadêmica e a supervisão de campo conjuntamente, contribui-se para desfazer alguns equívocos constantemente disseminados pelos segmentos da categoria, tal como suposta dissociação entre teoria e prática, tema esse já explorado a partir da produção de Santos (2006). A falta de compreensão da teoria e prática enquanto unidade faz com que estagiárias/os e profissionais entendam a supervisão acadêmica enquanto o momento do aprendizado da teoria e a supervisão de campo como o exercício da prática, como sinaliza Santos (2006).

A não compartimentação da teoria e da prática como momentos distintos é colocada, já durante os anos 1980, mediante o projeto

profissional hegemônico no Serviço Social, que preconiza a integração entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operativa (ASSIS, ROSADO, 2012).

O projeto profissional tem suas bases fundantes no materialismo histórico dialético, tendo sido formulado em um período histórico caracterizado por uma efervescência das lutas sociais, em especial pela democracia. O marxismo é interpretado de forma errônea por uma parcela da categoria, que entendem que o materialismo histórico dialético seria o responsável por fornecer instrumentos próprios à sua teoria. Portanto, quando profissionais entendem a prática como algo independente da teoria, pode-se dizer que existe uma incompreensão do que é teoria, do que significa prática e o que seria prática profissional, como sinaliza Santos (2006). Sobre as afirmações de que “na prática a teoria é outra”, Santos (2006), em sua tese de doutoramento, irá nos dizer que:

[...] fica subtendido, nessa afirmativa, a exigência de que uma determinada teoria traduza-se em instrumentos próprios de ação, ou seja, que os instrumentos sejam criados, extraídos, diretamente de uma teoria. A teoria é reduzida a algo que se “encaixa na prática” e a prática social é reduzida à prática profissional que, por sua vez, é reduzida à utilização de instrumentos de intervenção. Mas, já que a teoria não está se transformando em prática, considera-se que o mais importante, então, seja a prática” (2006, p.113).

A colocação de Santos (2006) nos leva a refletir sobre nosso papel enquanto supervisoras/es de campo e supervisoras/es acadêmicos, visto que cabe a nós esclarecermos cotidianamente para estagiárias/os que teoria e prática só existem enquanto unidade e como parte de uma totalidade dialética.

Desfazer esses equívocos exige esforço tanto da supervisão acadêmica, quanto da supervisão de campo. Enquanto supervisora de campo, entendo que, a partir do exemplo cotidiano, ao realizar um atendimento de qualidade, alinhado com o projeto ético político profissional, é possível demonstrar para estagiárias/os que o trabalho profissional não é “intuitivo” ou regido por formulações do senso comum. Quando inseridas/os em campos de estágio em que as/

os profissionais conseguem provocar reflexões, realizar uma leitura crítica da realidade e mobilizar esforços para compreender as demandas postas para a instituição para além da imediatividade, as/os estagiárias/os conseguem visualizar no trabalho profissional da/o supervisor/a de campo que as ações desenvolvidas estão em consonância com os fundamentos básicos de nossa formação.

No entanto, considerando que não somos uma categoria homogênea, é provável que as/os estagiárias/os se deparem, em algum momento, com assistentes sociais com um perfil profissional na contramão do projeto ético político. Ou seja, ainda é recorrente profissionais com posturas vigilantes, fiscalizadoras, destituídas de uma crítica da realidade e embutidas de valores morais característicos da sociedade capitalista. Nesses casos, pode acontecer de a/o estagiária/o não reconhecer na postura da/o profissional, os fundamentos que balizaram sua formação profissional. Assim, acabam por reproduzir falas equivocadas e reiteram que “a teoria não se aplica na prática” ou “na prática a teoria é outra”. Portanto, é fundamental garantir a supervisão direta, de campo e acadêmica, para desconstruir tais equívocos e garantir um espaço de diálogo acerca das questões que surgem ao longo do processo de formação e inserção nos campos de estágio.

Diversas são as dificuldades que podem surgir durante o estágio. Portanto, é fundamental que o estágio não seja entendido isoladamente. É necessário pensar o estágio e a profissão no interior da sociedade capitalista, permeada por suas contradições e limites estabelecidos para a efetivação do projeto ético político da profissão. Os obstáculos colocados para a categoria profissional afetam, direta ou indiretamente, a condução da supervisão de estágio e o processo de formação. Limites estes que se fazem presentes tanto na condição de trabalho das/os assistentes sociais, no sucateamento da educação pública e as implicações disso para o processo de formação, além da existência de um Estado mínimo para a garantia de direitos sociais básicos.

A precarização do trabalho, enquanto um elemento central nas estratégias de reprodução do capitalismo contemporâneo, afeta cotidianamente a condição das/os assis-

tentes sociais. A categoria, que tem como principal empregador o Estado, vivencia um reduzido percentual de profissionais com vínculos de trabalho efetivo, ao passo que se observa uma tendência ao aumento de contratos temporários e que não asseguram direitos trabalhistas. De acordo com Souza e Silva (2019), em pesquisa de âmbito nacional realizada entre os anos de 2014 e 2015, foi identificado que cerca de 67,22% das assistentes sociais que responderam ao questionário foram admitidas mediante concurso público e aproximadamente 31% da amostra foram inseridas a partir de processo seletivo ou indicação. Dentre as profissionais que atuam no serviço público, os dados indicam que 45,79 % estão sob o regime estatutário, 28,27% estão sob o regime CLT por tempo indeterminado e 3,29 % pela CLT por tempo determinado.

Somado a isso, temos a baixa remuneração e condições de trabalho inadequadas para o pleno exercício da profissão. Segundo Souza e Silva (2019), as precárias condições de trabalho são limitadores identificados pelas participantes da pesquisa, que mostrou que aproximadamente 37,20% não possuem salas para atendimento individual, 29,86% afirmam não terem privacidade e 64,30% consideram seus ambientes de trabalho ruidoso e 26,44% avaliam que a mobília é ruim. Além dos aspectos referentes às condições de contratação e materiais de trabalho, as profissionais participantes da pesquisa também apontaram dificuldades advindas de interferências no cotidiano de trabalho (SOUZA, SILVA, 2019).

Os elementos levantados na pesquisa de Souza e Silva (2019) interferem na condição de trabalho das/os assistentes sociais e, essa condição, por sua vez, reflete sobre a supervisão de estágio. A fragilidade dos vínculos de trabalho tem como consequência a rotatividade das equipes, acarretando interrupções e descontinuidades em projetos e ações em desenvolvimento, além das implicações em relação à construção de referência e vínculo entre os sujeitos atendidos pelas instituições e as/os assistentes sociais.

A supervisão de estágio, portanto, não é indiferente às questões que permeiam a condição de trabalho sob a qual supervisoras/es de campo estão submetidas/os. As precárias condições de trabalho e a fragilidade

dos vínculos de trabalho das/os assistentes sociais podem impactar também a condução do processo de supervisão de estágio. A rotatividade de profissionais pode apresentar como consequência a interrupção do estágio devido à troca de supervisoras/es, gerando descontinuidade nas atividades do estágio.

Outro elemento a ser considerado, segundo Lewgoy (2013), refere-se ao processo de formação. O ensino a distância, a ampliação do ensino sem qualidade e a sobrecarga de trabalho para as/os docentes é uma realidade que a categoria vem enfrentando, assim como as/os estudantes, que vivenciam os impactos desse contexto. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2012), a formação profissional abandona uma concepção que busca uma formação de profissionais críticos em substituição por profissionais fiscalizadores da pobreza e que se assemelham a uma política social focalizada.

Ou seja, tanto no âmbito da formação, quanto do exercício profissional, o Serviço Social vivencia dificuldades impetradas pelo Estado neoliberal, que promove o sucateamento das universidades públicas e precariza cada vez mais o trabalho das/os assistentes sociais. Esse já era um cenário colocado para a categoria, mas com a pandemia novos desafios são postos.

Estágio curricular em tempos de pandemia: a experiência do Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Mariana/MG

O estágio curricular supervisionado em Serviço Social enfrenta, além das dificuldades aqui apontadas de forma sucintas, outros desafios particulares ao seu tempo histórico.

Enquanto uma profissão que deve ser pensada e entendida a partir de uma realidade concreta, situada na historicidade de seu tempo e no território sob o qual está inserida, é imprescindível pontuar que o novo cenário desenhado a partir da pandemia tem repercussões diretas sobre o trabalho profissional da/o assistente social.

A pandemia culminou com a morte de milhares de pessoas diante da omissão,

negligência e negacionismo do Estado brasileiro e também contribuiu para o aumento da miséria, precarização do trabalho, uma maior concentração de riqueza e aumento da desigualdade entre ricos e pobres no país. Segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) houve um aumento de 5,8 % no número de pessoas em situação de extrema pobreza entre março de 2019 e março de 2021. A rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, através de pesquisa realizada em final de 2020, apontou que aproximadamente 11,8 milhões de pessoas convivem com algum grau de insegurança alimentar, 43,4 milhões não tinham alimento em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros enfrentavam a fome (DIEESE, 2021).

A presença de um Estado neoliberal, incapaz de ofertar respostas mínimas diante do cenário de agravamento do quadro de pobreza no Brasil, vem acompanhada de crescente sucateamento das políticas públicas. O acirramento e a complexificação da “questão social” e suas múltiplas expressões aparecem no cotidiano das/os assistentes sociais através de demandas distintas: alimentação, moradia, emprego, aumento da incidência de violência doméstica, acesso à saúde, benefícios eventuais, dentre tantas outras formas. Assim, temos um cenário marcado pelo aumento da miséria, complexificação das demandas colocadas para o Serviço Social e fragilidade das políticas públicas que não conseguem responder de forma efetiva às novas requisições.

Além da complexificação das demandas, a categoria precisou repensar o trabalho profissional que se viu diante de uma nova organização. A modalidade de trabalho remoto foi uma necessidade posta pela pandemia. Diante das medidas de isolamento social, muitos equipamentos públicos e empresas começaram a funcionar de forma remota ou em regimes de trabalho que intercalam o trabalho presencial e o trabalho remoto.

Considerando que somos uma profissão majoritariamente feminina, não podemos deixar de mencionar as questões de gênero que perpassam a vida das mulheres nesse momento. Para a maioria das mulheres, trabalhar de forma remota representa exercer, simultaneamente, as tarefas colocadas pela vida pública e pela vida privada, gerando

uma “simbiose” entre o espaço da casa e do trabalho.

A divisão sexual do trabalho, característica de nossa formação sócio histórica, marcada pelo machismo e patriarcado, atribui às mulheres a responsabilidade pelos cuidados com a casa, filhos e demais atividades que estejam no âmbito privado. A pandemia evidencia e escancara a sobrecarga e adoecimento de mulheres que exercem dupla jornada de trabalho. Sendo uma profissão predominantemente feminina, é importante pensar como essa realidade afeta a vida das/os assistentes sociais.

Em resumo, podemos afirmar que diversos são os problemas enfrentados pela categoria, seja no âmbito acadêmico, das condições de trabalho das/os assistentes sociais, das demandas que emergem e o cenário de não responsabilização do Estado via oferta de políticas públicas. A supervisão de estágio, assim como todas estas outras questões, devem ser discutidas e enfrentadas de forma coletiva, como coloca o CFESS (2021):

É fato que a pandemia nos colocou de frente com o recrudescimento da questão social, sua face bruta de violência e miséria. A perspectiva de um caminho coletivo em que se efetiva o estágio, fundado na relação entre formação e trabalho profissional, na responsabilidade mútua de supervisoras/es, no que se refere aos acordos e decisões sobre a supervisão de estágio, na defesa dos direitos e autonomia profissional e da condição de sujeitos, comporta estratégias também coletivas de enfrentamento ao contexto desafiador e dos dilemas para a realização das atividades de ensino/trabalho, no compasso das necessidades advindas da pandemia, sem desconsiderar os referenciais ético-políticos (CFESS, 2021, p.8).

Em resposta aos questionamentos trazidos por estudantes, assistentes sociais e conselheiros regionais de Serviço Social, o CFESS reafirma que o ensino remoto não significa uma adesão ao ensino a distância, mas uma opção excepcional diante do cenário de pandemia. No que tange ao estágio supervisionado, o CFESS aponta que a decisão sobre o retorno das atividades e como serão realizadas, cabe às coordenações de estágio e assistentes sociais, os quais deverão avaliar a especificidade de cada campo para saber se existem

condições de exercê-las. Afirma ainda que o estágio remoto pode ser uma opção, desde que resguardados o sigilo profissional, diálogo entre usuárias/os e a oferta de um atendimento de qualidade (CFESS, 2021).

SOBRE A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARIANA/MG

Mariana e as particularidades desse território

O relato de experiência que trazemos nesse artigo se deu em um processo de supervisão de estágio curricular que aconteceu no Centro de Referência Especializada da Assistência Social no município de Mariana/MG. As estudantes que fizeram estágio nesse equipamento eram graduandas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O curso de Serviço Social da UFOP localiza-se na cidade de Mariana/MG. O município está a 53 km de distância da capital mineira e possui algumas particularidades importantes de serem mencionadas, mesmo que de maneira breve.

Mariana foi e continua sendo palco de inúmeras histórias de vida que se entrelaçam com a história da mineração. A cidade mineira, com uma população estimada de 59.343 habitantes no ano de 2016 (Censo, 2010), tornou-se, em períodos de expansão da atividade mineral, atrativa para aqueles que buscavam um emprego. Conquistar uma vaga nas empresas mineradoras instaladas na cidade era o objetivo de muitos daqueles que migravam para a região à procura de melhores condições de trabalho e de vida (MORAES, 2019).

Todavia, como já desvelou Marx (2013), no modo de produção capitalista, a população trabalhadora é incorporada ou excluída dos processos produtivos de acordo com as necessidades do sistema em cada momento histórico. O setor que “atrai” também “expulsa” cotidianamente trabalhadores de diversas localidades. A rotatividade de trabalhadores/as no setor extrativo mineral fica

evidente ao analisar alguns dados disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Um exemplo que nos chama atenção ao realizar um levantamento de dados referente à última década, refere-se às admissões e desligamentos ocorridas no ano de 2014, que somam 168 para a primeira e 140 para o segundo. Em termos percentuais, esses valores indicam 54,55% de admissões e 45,45 % de desligamentos, expressando a rotatividade e a presença de uma população flutuante na cidade.

A elevada taxa de rotatividade da força de trabalho é um traço evidente da formação do mercado de trabalho no Brasil, como destacam Baltar e Proni (1996). Nesse sentido, é possível afirmar que, em se tratando da atividade mineradora, o município de Mariana expressa tanto as tendências mais gerais do modo de produção capitalista, quanto os delineamentos que particularizam a realidade brasileira (MORAES, 2019).

Apesar de ser amplamente disseminada a ideia de que a mineração é fundamental para a cidade, o setor oferece poucos empregos diretos. Segundo Coelho (2017), a mineração em larga escala é intensiva em capital e tecnologia em detrimento do trabalho vivo, o que explica a sua baixa contratação de mão de obra. Indiretamente ela produz novos empregos, pois seu funcionamento depende de outros ramos de atividade econômica, a exemplo da construção civil. Essa característica da atividade minerária é nitidamente visível nos dados que indicam a evolução do emprego. Aqui, nota-se que, em meio ao conjunto total de novas admissões no município, a mineração apresenta valores inexpressivos (MORAES, 2019).

Argumenta-se ainda que a mineração é essencial para a economia local, pois entendem que essa atividade é geradora de riqueza para o município via arrecadação de impostos sobre extração mineral (CFEM). Justificam que o município necessita do valor proveniente desses impostos para investir em políticas públicas destinadas à população, caracterizando o que Coelho (2017) denominou minério-dependência. Segundo o sociólogo, os municípios criam uma dependência em relação à atividade extrativa mineral e um discurso baseado em componentes ideológicos é utilizado para justificar a presença

da mineração. O principal argumento utilizado pelas empresas e gestores municipais é o aumento da arrecadação municipal e associação entre mineração e desenvolvimento das cidades. Tais argumentos são facilmente desconstruídos quando nos debruçamos a conhecer um pouco sobre os territórios minerados.

De acordo com informações coletadas na base de dados TabCad/CadÚnico, o programa possui 27.581.649 famílias cadastradas. Destas, 47% estão em situação de pobreza extrema (renda entre R\$0,00 até R\$89,00), 11% em situação de pobreza (de R\$89,00 até R\$178,00), 21% possui baixa renda (de R\$178,00 até 1/2 salário mínimo) e 21% possui renda acima de meio salário mínimo. A condição de vida da população local atinge patamares ainda piores do que o nacional. Em maio de 2019, 9.314 famílias encontravam-se registradas no Cadastro Único. Desse total, 57% das famílias estão em situação de extrema pobreza. 6 % encontram-se em situação de pobreza, 21% possui baixa renda, 16 % das famílias possuem renda per capita superior a 1/2 salário mínimo (MORAES, 2019).

A organização do trabalho no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Mariana

O CREAS é um equipamento que compõe a Média Complexidade da Proteção Social Especial da política nacional de assistência social. Destina-se a atender indivíduos e famílias que vivenciam ou vivenciaram alguma forma de violação de direitos, sem rompimento de vínculos familiares (PNAS, 2004).

O CREAS de Mariana tem como público alvo: idosos, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Atualmente a equipe técnica é formada por 01 advogada, 05 assistentes sociais, 01 coordenadora, 01 educadora social, 03 psicólogas e 01 terapeuta ocupacional.

O trabalho da equipe técnica se organiza por meio de divisão dos atendimentos por segmentos (criança e adolescente, idosos e

mulheres). Assim, cada um desses segmentos conta com, no mínimo, uma ou um assistente social e um/a psicólogo/a.

O relato de experiência que abordaremos nesse artigo é referente aos atendimentos realizados às mulheres em situação de violência. O acompanhamento é feito a partir de atendimentos individuais à mulher e sua família. A partir das demandas apresentadas e visando auxiliar na superação da violência, o CREAS realiza os devidos encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas setoriais de acordo com as demandas e necessidades apresentadas.

As demandas mais frequentemente apontadas pelas mulheres são emprego e moradia com o objetivo de possuírem condições materiais mínimas para romperem com o ciclo de violência. Já os encaminhamentos para outras políticas setoriais são direcionados, em sua maioria, para os serviços de saúde mental, tanto o Centro de Atenção Psicossocial adulto (Caps adulto), quanto para o CAPS Infância e Juventude, visto que as crianças e adolescentes são direta ou indiretamente afetadas/os pela violência que suas mães ou cuidadoras estão submetidas.

O CREAS também organiza grupos com mulheres em situação de violência. A atividade em grupo é um recurso muito importante, pois permite a realização de debates e reflexões para auxiliar na compreensão da violência enquanto um problema estrutural de uma sociedade cuja formação social e histórica é marcada pelo machismo e patriarcado. Assim, o grupo contribui para a não individualização do problema da violência de gênero, além de ser um espaço importante para socialização e construção de novos vínculos, visto que muitas mulheres em situação de violência tiveram sua vida social limitada por conta de relacionamentos abusivos.

Com o início da pandemia, o trabalho no CREAS foi reorganizado de forma a garantir a proteção da população usuária dos serviços e da equipe em relação ao contágio do coronavírus. Foi instituído o trabalho híbrido, mesclando o trabalho presencial e o trabalho remoto; os atendimentos presenciais e visitas domiciliares foram reduzidos; foi instituído o atendimento online e via chamada telefônica com o consentimento das usuárias do equipamento; suspensão de atividades de

grupos e adoção de reuniões e campanhas educativas na modalidade online.

A Supervisão do Estágio curricular supervisionado no CREAS de Mariana/MG durante a pandemia

Em meados de março de 2021, após um ano suspenso, a faculdade de Serviço Social da UFOP decidiu por retomar o estágio de forma totalmente remota. Nesse momento, em reunião com a presença das discentes e supervisora acadêmica, começamos a pensar em algumas atividades que as estagiárias inseridas no acompanhamento às mulheres pudessem realizar de forma remota.

A primeira decisão tomada de forma coletiva foi por não inserir as estagiárias nos atendimentos online por questões éticas, resguardando assim o sigilo profissional e um ambiente que ofereça segurança para as mulheres relatarem suas histórias. Entendemos que a não inserção das estagiárias nos atendimentos é uma perda para seu processo de formação, mas foram adaptações necessárias diante desse contexto. No entanto, outras atividades não diretamente ligadas ao atendimento foram possíveis de serem realizadas, como:

- a) Reuniões entre estagiárias e supervisora de campo: As reuniões entre estagiárias e supervisora de campo tinha como finalidade realizar uma apresentação dos atendimentos realizados, bem como pensar em estratégias de intervenção.
- b) Construção de encaminhamentos: Considerando que as estagiárias tinham acesso à informações sobre o acompanhamento familiar realizado pela profissional, foi possível que as mesmas elaborassem alguns encaminhamentos para a rede socioassistencial e demais políticas setoriais. Os textos redigidos pelas estagiárias eram revisados, feitas as devidas correções e orientações quando necessárias.

Quando os encaminhamentos são realizados para a rede socioassistencial, as estagiárias conseguem fazê-lo através de um sistema utilizado pelo município. Porém, estes encaminhamentos somente são direcionados para seu destino após serem

revisados pela supervisora de campo, que fará os devidos ajustes quando necessário.

c) **Elaboração de relatórios:** Para a elaboração de relatórios conjuntamente, utilizamos o recurso do google drive, permitindo que todas pudessem ter acesso ao texto e modificá-lo. Simultaneamente conectávamos em reunião por chamada de vídeo para discutirmos sobre a formulação do relatório.

d) **Participação em reuniões de equipe:** As estagiárias participavam de reuniões de equipe semanais. Nesse espaço são discutidas questões referentes à organização do trabalho, discussão de casos, dificuldades enfrentadas pela equipe, estudo de textos e repasse de informações.

Apesar de as estagiárias acabarem assumindo um papel de “espectadoras” e terem uma participação pouco ativa nas reuniões, entendemos que esse era um momento importante para observar as limitações do equipamento e da política de assistência social como um todo. As reuniões acabam trazendo elementos que podem nos auxiliar na construção de uma boa análise institucional, pois a partir da fala das profissionais ao retratarem as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, é possível identificar que tais limitações são particulares ao Estado neoliberal e de uma política pública cada vez mais seletiva e focalizada.

e) **Reunião com equipe de referência no atendimento à mulher em situação de violência:** Além da reunião geral, também realizamos reuniões com a equipe de referência no atendimento à mulher em situação de violência. Esse espaço é destinado a discutir o acompanhamento das mulheres com a equipe interdisciplinar, que naquele período era formada por uma assistente social e duas psicólogas.

Durante essas reuniões construímos propostas de trabalho em conjunto, tais como campanhas educativas de prevenção à violência contra a mulher, elaboração de materiais, dentre outras atividades.

f) **Construção da campanha do 08 de Março (Dia Internacional da Mulher):** A campanha do dia internacional da mulher do

ano de 2021 aconteceu de forma totalmente remota e foi construída pela equipe de referência e pelas estagiárias. Foram elaborados materiais educativos sobre os tipos de violência e onde buscar ajuda. Esses materiais foram divulgados através de banner fixados nas unidades de saúde e equipamentos da rede socioassistencial.

g) **Apresentação do trabalho realizado no CREAS:** Foram realizadas apresentações do trabalho desenvolvido pelo CREAS de Mariana para estudantes de graduação de Serviço Social.

h) **Participação de debate sobre estágio no formato remoto organizado pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM):** Nessa atividade, apresentamos a forma como estávamos construindo o estágio durante a pandemia. Participaram da atividade as estagiárias/os vinculados à UFVJM, supervisoras de campo e supervisoras acadêmicas.

Ao final do semestre letivo, quando se encerraram as atividades de estágio, foi realizada uma avaliação com o objetivo de problematizar um pouco sobre essa experiência. Nessa avaliação, as estagiárias colocaram que o maior comprometimento do estágio de forma remota foi a impossibilidade de ter contato com as usuárias do CREAS. Por mais que eu fizesse um esforço para relatar os atendimentos realizados, um relato não consegue trazer a riqueza e complexidade que está na fala das mulheres atendidas. Outro aspecto negativo identificado foi a não participação da dinâmica de trabalho e convívio com a equipe multidisciplinar.

As falas das estagiárias retratam a potencialidade da vivência no campo de estágio, momento em que farão o exercício de construir as devidas mediações entre as refrações da “questão social” que aparecem cotidianamente no espaço sócio ocupacional da e do assistente social e o arcabouço teórico construído até então durante o processo de formação acadêmica.

Apesar das dificuldades enfrentadas, as estagiárias conseguiram aproveitar os espaços de reuniões de equipe e participação no conselho municipal da assistência social para reunir elementos que contribuíram para a construção de uma análise institucional.

Nesses espaços foi possível identificar as correlações de forças, o traço focalista e seletivo da política de assistência social, assim como uma incompreensão da assistência social enquanto um direito. Cabe ressaltar que essa incompreensão não parte da equipe do CREAS, mas da gestão municipal da política de assistência social e demais cargos de coordenações de programas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um processo de supervisão de estágio qualificado é um desafio em contexto que envolve sucateamento do ensino superior, precarização do trabalho das/os assistentes sociais e fragilidade das políticas públicas. O cenário é desfavorável à efetivação do projeto ético político da profissão, visto que valores e princípios democráticos caminham na contramão da lógica imposta pela sociedade capitalista.

Com a pandemia, novos desafios foram colocados para a profissão. O acirramento da “questão social” e a complexificação das suas manifestações impacta diretamente no trabalho profissional das/os assistentes sociais. As demandas exigem respostas também complexas, mas que “esbarram” nas limitações inerentes a um estado neoliberal em contingenciamento de gastos públicos.

O estágio curricular supervisionado em Serviço Social, em meio a esse contexto, constitui-se também em um desafio a ser enfrentado pelas universidades, supervisoras/es de campo, conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS e ENESSO.

Em nossa experiência de supervisão de estágio supervisionado no CREAS de Mariana, vivenciamos as dificuldades inerentes ao contexto e o desafio de pensar como conduzir essa atividade sem um contato direto. No entanto, não ter um contato presencial não significou para nós ausência de supervisão direta. Mantivemos ao longo daquele período um contato virtual, houve diálogo, debates e reflexões. Realizar o estágio nessas condições foi algo excepcional, pois a vivência no campo tem uma riqueza e complexidade que não podem ser captadas através de um relato da profissional. Por mais detalhado que seja o relato dos atendimentos realizados, ele não

é capaz de substituir a presença das estagiárias durante o atendimento.

Enquanto supervisora de campo, entendo que o estágio não teve um comprometimento geral das suas atividades, pois as intervenções não se limitam aos atendimentos individuais e visitas domiciliares (atividades que estagiárias foram impedidas de participarem nesse período). Atividades como palestras, campanhas, cursos, grupos de estudos, participação no conselho municipal da assistência social, dentre outros exemplos que trouxemos no texto, também são parte do nosso trabalho. Portanto, não limitando o trabalho profissional às respostas imediatas colocadas pela instituição e, sendo uma profissional propositiva, é possível desenvolver e se inserir em atividades além do atendimento direto à população.

Tendo essa compreensão do trabalho profissional que preza por uma postura crítica e propositiva, entendo que o estágio não foi comprometido em sua totalidade, visto que diversas atividades foram possíveis de serem realizadas. Porém, a vivência no campo de estágio não foi possível e nenhum relato seria capaz de traduzir a realidade.

Assim, encerro esse texto reiterando que o estágio realizado de forma remota foi uma alternativa para responder a um contexto de crise sanitária. Enquanto medida excepcional, suas limitações foram percebidas tanto por mim quanto pelas estagiárias. Em meio a tantas dificuldades, algo foi possível de ser realizado (reflexões, análise institucional, atividades educativas) e isso não pode ser desconsiderado pois nos leva de encontro a uma característica fundamental para nossa profissão, que é a nossa capacidade de olhar para além do imediatismo das demandas apresentadas pela instituição, assumindo uma postura crítica e propositiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de ; ROSADO, IANA VASCONCELOS MOREIRA. **A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção.** Revista Katálysis (Impresso) , v. 15, p. 203-211, 2012.

ABEPSS, **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**, disponível em <https://mail.google.com/mail/u/0/#sent/KtbxLwglqjRchtZVRhFpLrHLzKxjjjt-jWg?projector=1&messagePartId=0>. 2021.

CFESS, **Supervisão de Estágio em tempo de pandemia**, disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2021>, 2021.

COELHO, Tádzio; P. **Minério-dependência e alternativas em economias locais.** Versos, v. 1, p. 1-8, 2017.

DIEESE, **Boletim de Conjuntura nº29**, disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.pdf>, 2021.

SANTOS, C.M. **Instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**, tese de doutorado, UFRJ, 2006.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio.** Brasília, 2010. Disponível em: . Acesso em: 05 de outubro .A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção.

CFESS, **RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008.** Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>, 2008.

CFESS, **Lei de Regulamentação da profissão**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. 1993.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Desafios e Estratégias para a Articulação entre Formação e Exercício Profissional.** O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL , v. 2, p. <http://periodic>, 2013.

Política Nacional de Assistência Social, disponível em https://www.mds.gov.br/web-arquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Júlia; F.R. **Juventude, trabalho e minério-dependência: um estudo sobre Mariana-MG, UFJF.**

Política Nacional de Assistência Social, disponível em https://www.mds.gov.br/web-arquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf, 2004.

SOUZA, Edvânia Angela; SILVA, Maria Liduína. **Cipoal da insegurança: capitalismo flexível, neoliberalismo e as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na seguridade social no Brasil.** In: SOUZA, Edvânia Angela; SILVA, Maria Liduína. (Orgs) **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital.** São Paulo: Cortez, 2019.

Os impactos da pandemia da Covid-19 na formação profissional e no estágio supervisionado em Serviço Social



Tayrini Gabrielle Pereira Alfredo¹

RESUMO:

Este artigo se propõe a discutir brevemente os impactos da Covid-19 na formação profissional e no estágio supervisionado curricular em Serviço Social. Para isso, propomos uma análise da realidade brasileira e do papel do estado no enfrentamento da pandemia, bem como o impacto das medidas adotadas, sobretudo, na política de saúde, área onde se deu a inserção no estágio supervisionado em Serviço Social.

Palavras-chave: capitalismo, pandemia, serviço social, saúde, formação profissional.

¹Graduanda em Serviço Social na Puc Minas.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca, em meio a realidade que vivemos, analisar o sucateamento das políticas públicas, em especial da saúde, a partir do olhar sobre o projeto neoliberal, o qual se apresenta como pano de fundo ao se utilizar de uma crise sanitária para encobrir a retirada de direitos da população brasileira. A partir disso, nos cabe questionar qual é o impacto da crise do capital, em um contexto pandêmico, que gera o sucateamento das políticas de saúde.

Além dos fatores supracitados, é importante abordar não apenas o campo social afetado, mas, também, a principal causa do colapso no sistema de saúde, onde o governo buscou satisfazer interesses financeiros com o argumento de se manter a economia do país em funcionamento.

Ademais, inseridos nesse caos, estão as/os assistentes sociais e as/os acadêmicos de Serviço Social enfrentando todas as dificuldades na linha de frente dos atendimentos nos equipamentos do SUS. O estágio supervisionado aqui tratado foi realizado no grupo Santa Casa Belo Horizonte.

A inserção, enquanto estagiária, nos faz refletir nas múltiplas expressões da “questão social” presente nestes espaços e a questionar o contexto de diversas limitações e restrições, tanto no campo do estágio curricular supervisionado quanto da própria política pública.

1 A crise econômica e a pandemia da covid- 19

Em março de 2020, o contexto que vivíamos, altera-se completamente, devido à chegada de um vírus que mudou nosso cotidiano a as maneiras já existentes de trabalho ao redor do mundo. Para a Organização Mundial da Saúde (2020):

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves.

Diante disso, se apresenta um novo fator também ligado à doença, que são as maneiras de contágio pelo ar e contato com uma pessoa possivelmente contaminada. Então, surge o seguinte questionamento: como viver em meio a isso? Surgindo a famosa expressão “novo normal”, que consiste no distanciamento físico como maneira de se proteger e salvar vidas, dentre outros cuidados, como a utilização de máscaras, álcool 70% e a lavagem constante das mãos com água e sabão.

Mas, cabe refletir o impacto desta doença nas relações sociais capitalistas frente a essa nova realidade. Como garantir o lucro sem que as pessoas, até então, pudessem ir aos seus trabalhos ou comprar os seus produtos? Como continuar produzindo? Tais perguntas precisariam de respostas rápidas para não ocasionar uma crise econômica.

A partir disso, há um incremento num modo de trabalho que até então vinha sendo utilizado apenas por algumas empresas que é o “Home Office” ou o teletrabalho. Este se torna um modelo padrão, com o discurso de proteção ao trabalhador e um novo modo de evitar a exposição ao covid-19. A adoção desta modalidade de trabalho foi possibilitada pelas mudanças da Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017, lei essa que consiste nas mudanças da legislação da CLT com a finalidade de se “adequar às novas relações de trabalho”. De certo, por conta das modificações

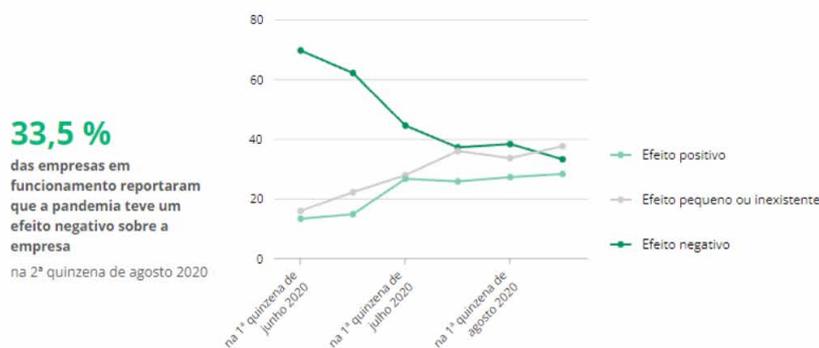
promovidas pelo governo que a lei se adaptou para atender a modalidade do trabalho de dentro das casas do “colaborador de cada empresa”. Desta maneira, essas alterações são incluídas no capítulo II – A da lei regulamentando o teletrabalho. Visto esse contexto possibilita que as pessoas continuem a trabalhar.

Entretanto, nem todas as áreas podem ser contempladas com essa modalidade de trabalho. Logo, se inicia uma queda de rendimento financeiro que segundo o Ministério da Economia (2020) se destacam: atividades ligadas ao campo da arte; transporte (aéreo, ferroviário, metrôviário, interestadual, municipal, público); serviços de alimentação e locação, fabricação de veículos automotores; fabricação de produtos com a matéria prima do couro; comércio de veículos, peças e motores ao qual foi medido esse impacto até setembro de 2020. Entretanto, segundo o jornal El País em reportagem de autoria de Oliveira (2020) relata que até a segunda quinzena de junho 2020 ainda haviam empresas com o seu trabalho suspenso em detrimento do coronavírus.

(...) O levantamento mostra que o novo coronavírus teve um impacto negativo em todos os setores econômicos, mas afetou especialmente o comércio (39,4%) e serviços (37%), principalmente no caso das pequenas empresas. 99,8% dos negócios que não voltarão a abrir as portas depois da crise da covid-19 são de pequeno porte. De acordo com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a média de empresas que fecham a cada ano é de 10%, o que corresponde a cerca de 600.000 negócios — número menor do que as mais de 700.000 empresas que fecharam até a metade de junho (...).

Ademais, temos que uma pesquisa feita pelo IBGE, na segunda quinzena de agosto, a partir da Pulso Empresa de 2020 na qual fez o levantamento dos impactos das empresas entre o período de junho e julho de 2020 (Gráfico 1), cujo resultado aponta para impactos negativos, já nos primeiros 4 meses de pandemia.

Gráfico 1 - IBGE - PULSO EMPRESAS



Seguindo a lógica capitalista que na busca pela redução de gastos e ampliação dos lucros, não teme em dispensar mão-de-obra, criando um contingente de pessoas desempregadas. Esta lógica foi facilitada pelo governo federal com a contrarreforma administrativa aprovada em 2017, pois como afirma Krein (2018):

[...] ao mesmo tempo, legalizar práticas já existentes no mercado de trabalho e possibilitar um novo 'cardápio' de opções aos empregadores para manejar a força de trabalho de acordo com as suas necessidades. Assim, ela busca ajustar o padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, que fortalece a autorregulação do mercado ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e ao ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho [...] (p.78).

De fato, essa lógica se intensifica na pandemia e torna nítida a partir dos dados apresentados pelo Censo Pulso Empresas do IBGE que demonstra redução do número de empregados nas empresas (Gráfico 2). Tais dados também ficam evidentes pela reportagem da Agência Brasil, de autoria de Campos (2020)

Entre as 411 mil empresas que reduziram a quantidade de empregados, 61,8% diminuíram em até 25% seu pessoal. Independentemente do porte, atividade econômica ou localização geográfica, os maiores percentuais de redução ficaram no patamar de até 25% do pessoal.

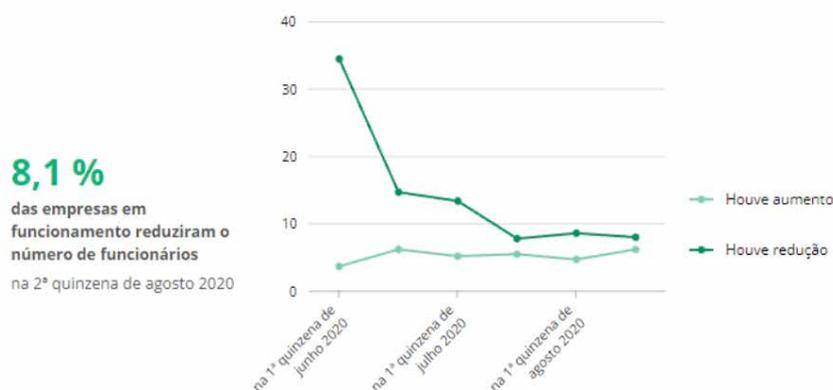
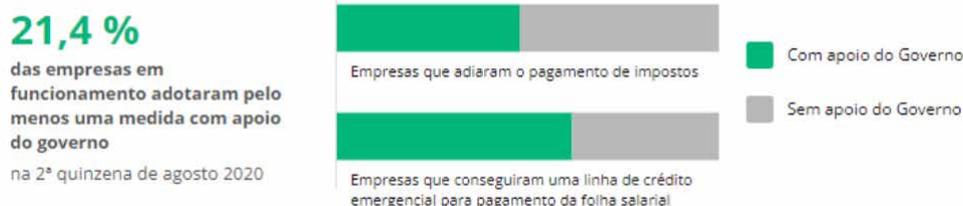


Gráfico 2 - IBGE - PULSO EMPRESAS

Além disso, uma boa parcela das empresas contou com apoio do governo federal para se manter em funcionamento, conforme poderá ser verificado do gráfico 3, no período analisado. O suporte governamental adotado por parcela das empresas foi de adiamento de pagamento de impostos e aquelas que aderiram à linha de crédito emergencial para pagamento da folha salarial. Mas, é necessário explicitar que os gastos empresariais com os trabalhadores são reduzidos quando se adota o home office, como por exemplo, a despesa com vale transporte. Entretanto, ainda houve atrasos na folha de pagamento, dentre outras questões financeiras, principalmente, em empresas de pequeno porte.

Gráfico 3 - IBGE - PULSO EMPRESAS



Por outro lado, em que pese todo o incentivo ofertado ao mercado, não se viu o mesmo empenho em atender as necessidades das classes trabalhadoras, sobretudo das frações mais desprovida de recursos e condições de trabalho. A partir de intenso processo de cobrança por parte de parlamentares e da sociedade, o governo federal sancionou o auxílio emergencial para atendimento a população mais vulnerável neste período, no valor de R\$600,00, o que representou grande vitória para esses/as trabalhadores/as, isso porque o governo resistiu por muito tempo tentando pagar apenas R\$200,00.

Entretanto, é importante lembrar que as famílias têm o valor para dividir entre: alimentação, contas de luz, água dentre outras. Entretanto, no ramo alimentício, a cesta básica custa, em média, R\$656,92 em Porto Alegre, e nas demais cidades o valor mínimo é 500 reais, segundo pesquisa da Agência Brasil feita por Mello (2021) em comparativo aos anos anteriores. Será que realmente esse auxílio foi pensado para manter um mínimo de qualidade de vida dessa família?

Em resposta a esses questionamentos e críticas quanto à condução realizada pelo governo e descontentamento em relação à situação enfrentada pelo país, surgem as manifestações sociais emanando o lema “Vacina para todos, comida no prato e fora Bolsonaro”, que foi noticiado pelas mídias como, por exemplo, a Central Única dos trabalhadores (CUT) por Rocha (2021) trazendo à tona os fatores ligados às desigualdades sociais.

Perto de atingir a triste marca de 500 mil mortos pela covid-19, por culpa de Jair Bolsonaro (ex-PSL), um negacionista que impediu que vacinas contra a doença chegassem mais rapidamente ao país, cujo governo atinge também números recordes de desemprego, com 54 milhões de pessoas sem um emprego decente e que colocou o Brasil de volta ao mapa da fome, os brasileiros e brasileiras decidiram dar um basta e saíram às ruas neste sábado (19), pedindo por Fora Bolsonaro, vacina no braço e comida no prato. A previsão é que sejam realizados atos ao longo do dia em 427 cidades do Brasil e do exterior (ROCHA, 2021)

Em suma, como a pandemia poderia estar ligada a mais uma marca de instabilidade do capital? Se colocarmos seus parâmetros econômicos comparados a outros determinantes como: os problemas econômicos gerados, o desemprego, a intervenção estatal no setor privado e as manifestações populares cobrando uma posição do governo. A história nos revela que tivemos fatos parecidos, como a de 1929, evidenciadas pelo sistema econômico que entrou em colapso.

2 Relação entre o campo social e pandemia: O papel da saúde

Ao analisar o campo social é importante situar a ideia de proteção social, que no caso brasileiro, representou grande conquista proveniente da luta dos movimentos sociais no processo de redemocratização do país. Por conseguinte, transcrita no art.194 da Constituição Federal de 1988, a partir do conceito de seguridade social, que “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (...)” (BRASIL,1988). Tendo como base três políticas, sendo a saúde universal, a previdência para quem contribui e a assistência social para quem necessita.

Mas, destaca-se, neste trabalho, a política de saúde, uma vez que a pandemia do Covid-19 está intimamente ligada a ela por ser responsável por uma crise sanitária, em que, muitas vezes, se exige internação hospitalar, dentre outros serviços e atendimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Neste contexto, é importante pontuar que o SUS, em seus três níveis de complexidade, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e os Hospitais, acabou sendo envolvido nos atendimentos às pessoas infectadas.

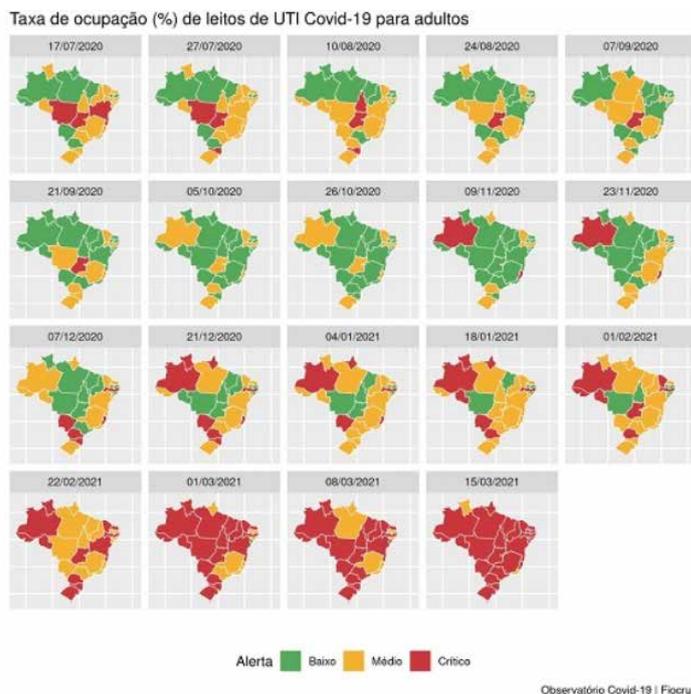
Em fevereiro de 2020 foi emitido pelo Ministério da Saúde o plano de contingência do Covid-19 visando o controle da doença no país e modos operacionais de acordo com a Anvisa, cujo intuito, de fazer um projeto para uma proteção da população integrado por etapas como: a quarentena, o diagnóstico e o tratamento daqueles que a contraírem. Contendo nesse plano três fases que seriam de alarme, perigo iminente e a calamidade da saúde pública a nível nacional que foi assegurado pela portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020.

Em função do elevado número de casos a maior parte dos estados brasileiros declararam estado de calamidade ainda que o plano de contingência previsse a quarentena (para redução de movimentação das pessoas), incluindo o “Lockdown”, que se constituiu no fechamento dos comércios mantendo apenas os serviços essenciais.

Apesar do aparente processo de organização para o enfrentamento do vírus é importante destacar dois pontos em que são provenientes de desentendimento do poder máximo da nação, presente na figura do presidente da república quanto à negação da ciência e devido a problemas de gestão. A troca, por quatro vezes do ministro da saúde, em um curto período de tempo. E a medida proposta pelo Supremo Tribunal Federal, na qual repassa o poder de decisão sobre as ações de combate a pandemia aos governadores e aos prefeitos, como forma de evitar que o sistema de saúde entrasse em colapso.

Sabe-se que no desenrolar do processo houve o “afrouxamento” das medidas de proteção. Entretanto, em março de 2021 o Instituto Fiocruz apontou que, naquela época, já havia vários estados em situação alarmante (gráfico 4) com as UTIs com grande número de casos de covid-19. Neste período o país já fazia a corrida pela vacina como alternativa para enfrentar o problema e buscar proteger a população, juntamente, com os protocolos de prevenção.

Gráfico 4 - FioCruz



Outro ponto que merece destaque é o fato de a crise sanitária causada pelo Covid-19, impactar também no fechamento de blocos cirúrgicos em alguns hospitais devido à impossibilidade de realização de cirurgias, dada

a ausência de anestesia necessária na intubação. Soma-se a isso, a falta de leito; a escassez de insumos que, inclusive, culminou na crise de oxigênio em Manaus, em janeiro de 2021; à fabricação de algumas medicações; em alguns locais houve transformações das UBS em UPA para atender os casos de pessoas infectadas. Tal medida fez com que os/as usuários/as daquela unidade fossem realocados/as em outra causando uma possível lotação, o que ocasionou na falta de dispensação de determinadas medicações.

Mas, é importante ressaltar que a pandemia só trouxe à tona alguns problemas da saúde existentes, agravados pela aprovação da Emenda Constitucional 95. Esta emenda prevê a limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, ou o que denominaram o congelamento do gasto público, tanto com a saúde, a educação, a assistência social, dentre outras políticas públicas. Esta Proposta de Emenda Constitucional – PEC, foi proposta pelo governo Temer em 2016 e aprovada pelo congresso, ou seja, os investimentos se mantêm com o teto mínimo até 2036. Ademais, a PEC não previu quando implantada fatores como: o envelhecimento da população, crises econômicas que fazem com que a população migre de planos privados de saúde para o SUS ou até mesmo uma crise sanitária que necessite do sistema de saúde.

Para mais, com o avanço das pesquisas a vacina foi descoberta e o primeiro brasileiro foi vacinado em 17 de janeiro de 2021, sendo que alguns países iniciaram a vacinação no mês de dezembro. Todavia, o retardo das pesquisas brasileiras foram consequência da falta de investimento do governo e pelo seu negacionismo científico, além da insistência de uso da Hidroxicloroquina no combate ao covid-19².

Outro fator que retardou o início da vacinação da população foram as propostas, não respondidas, voltadas para a compra dos insumos para a vacina. E, como também a recusa de parte da população quanto a se vacinar, sendo que o país, através do SUS, há anos tem sido referência no processo de vacinação. Entretanto, pelos fatores mencionados, vem apresentando problemas não

apenas com a vacina do covid-19, mas como também vacinas de doenças até então erradicadas, como por exemplo, o sarampo.

O sarampo era considerado uma doença erradicada no Brasil desde 2016, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) identificou que o país estava um ano sem registro de casos do vírus. Mas isso mudou neste ano: boletins recentes da entidade advertem que está em curso um surto da doença, altamente contagiosa e que pode levar à morte de crianças pequenas ou causar sequelas graves (MODELLI, 2018).

É de suma importância mencionar, também, os casos de brasileiros/as que foram “imunizados” com vacina cuja data de validade já se encontrava, supostamente, fora do prazo de validade.

A partir do exposto, é possível perceber que a saúde tem sido tratada como mercadoria e as pessoas apenas como números. Em função do elevado número de mortes por conta da pandemia foi aberta uma CPI para investigar as ações do governo federal, em especial no que se refere à gestão da saúde pública brasileira no período pandêmico. Apesar de um importante contingente populacional brasileiro ter se imunizado com a primeira dose da vacina, a saúde ainda se encontra com dificuldades para retornar às suas atividades e atender seu público até mesmo por conta da perda de recursos humanos.

3 O impacto desse contexto na atuação e formação do/a assistente social

Como visto, os impactos da conjuntura apresentada são vistos tanto no campo econômico quanto no da saúde, visto ser esta uma das políticas sociais públicas que teve um aumento significativo no número de demandas ocasionando o colapso de sistema. Mas como pode o estudante de Serviço Social adentrar nessa discussão?

Inicialmente, devemos considerar que a orientação de se privilegiar o isolamento fí-

²Para mais informações acerca deste período de esfacelamentos dos direitos da classe trabalhadora e de avanço devastador do projeto neoliberal no país, recomenda-se aqui a importante leitura da obra “O desmonte da nação: balanço do governo FHC”, organizada por Ivo Lesbaupin (1999) e com a contribuição de vários e importantes autores que analisam os impactos desse período histórico para o Brasil e sua população.

sico prejudica o acesso do/a acadêmico/a às dependências físicas da universidade. Isso fez com que as aulas remotas se adentrem na casa dos/as estudantes como estratégia para que não percam o ano letivo. A ABEPSS (2020) publicou, em nota, que o processo do ensino remoto apresenta fragilidades que podem desqualificar os processos de ensino e ético-político da formação, visto que caracteriza o docente como principal responsável pelo seu processo de aprendizagem e como também acentua o processo de desigualdade presente no ensino superior. Esse já seria um dos desafios apresentados pela atualidade e processo de formação profissional do assistente social.

Todavia, a formação do profissional de Serviço Social também é constituída com a vivência prática através do Estágio Curricular Supervisionado que assim consta no art. 1º da lei 11.778:

Art. 10 Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 10 O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 20 O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

A ABEPSS (2018) ressalta que o estágio não é local no qual o/a estudante apresenta apenas função de executor de tarefas ou uma mão de obra barata, mas, é um espaço em que ele/a possa compreender o seu objeto de estudo/trabalho e construir uma visão crítica do trabalho desenvolvidos por assistentes sociais. Porém, importante que no processo de estágio supervisionado o/a discente não perca a essência de que se encontra em processo de formação, conforme trata a Política Nacional de estágio do CFESS.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (CFESS, 2011, p.11).

Com o advento da pandemia, umas das primeiras medidas adotadas com vistas à proteção dos/as alunos/as, foi a suspensão dos estágios supervisionados, incluindo a área da saúde, uma vez que os/as alunos/as estariam expostos a uma possível contaminação do covid-19, já que o estágio não se caracterizaria como uma atividade essencial.

Nestes termos, considerando que o estágio não se caracteriza como atividade essencial, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que o/a estagiário/a estiver inserido/a, e, no resguardo da dimensão ético/política de tal atividade entendemos que a realização do Estágio Supervisionado, nas condições atuais posta pela pandemia e que exigem isolamento social, poderá implicar na inobservância dos requisitos normativos previstos pela Resolução CFESS nº 533/2008, quanto a obrigatoriedade da SUPERVISÃO DIRETA, na hipótese em que estiverem ausentes quaisquer dos pressupostos para a sua configuração, o que poderá resultar, inclusive, na sua anulação pelo órgão competente (ABEPSS, 2020).

Entretanto, alguns locais encontraram uma maneira de continuar com o estágio supervisionado utilizando-se do método do teletrabalho. Portanto, o acompanhamento do/a aluno/a ficou cada vez mais próximo do/a supervisor/a, em contrapartida, esse processo pode gerar um contato mais distante com o/a usuário/a. Mas, essa modalidade de trabalho não consegue ter a mesma aplicabilidade nos estágios da área da saúde já que os atendimentos requerem a presença física do/a profissional e paciente em um mesmo ambiente.

Então, o/a estudante de Serviço Social se encontra em uma situação complicada, pois, não pode ocupar um campo de estágio, dado o processo de suspensão e, ainda, para a abertura de um campo é necessário garantir a segurança e os EPIs adequados para o uso do/a estagiário/a.

Ao longo da transição do ano de 2020 a 2021 já se iniciou uma abertura gradual dos campos de estágios até mesmo na área da saúde. Mas, apenas para os estagiários de modalidade não obrigatória, visto que o/a estudante se torna responsável pela instituição concedente incluindo a vacinação deste/a por conta do vínculo contratual. Todavia, quando já era possível abertura para absorção de estagiários/as algumas secretarias de saúde optaram pela não contratação desses alunos/as, porque eles seriam alocados em locais que ainda abrigavam muitos casos de covid-19, a exemplo das UPAs.

Durante o estágio supervisionado em tempos considerados “normais”, o processo de aproximação do/a estudante ao campo, da construção das mediações entre teoria/prática já é complicado. Estima-se que no contexto pandêmico esse processo se tornou ainda mais difícil, sobretudo quando se atua em uma das políticas mais afetadas pela pandemia como a Saúde, em que há maior limitação da atuação em decorrência do próprio colapso do sistema, conforme demonstrado no gráfico 4³.

Outra questão importante de se discutir diz respeito à busca pela rede socioassistencial. Muitas vezes, os/as usuários/as da política de saúde procura o Serviço Social como alternativa para resolução de problemas que, não necessariamente, passa pelo setor, ocasião em que são feitos os encaminhamentos para a rede. Entretanto, como consequência das medidas de proteção, muitos dos equipamentos foram fechados para o atendimento ao público, como os CRAS e CREAS, por exemplo, ou ofertam atendendo de forma gradual. Isso acaba prejudicando o contato com a rede e o encaminhamento do/a usuário/a.

Entendo que o supervisor de campo tem um papel fundamental na formação do/a estagiário/a, uma vez que atua como pon-

te entre este e o conhecimento da realidade, sobretudo em uma perspectiva crítica. Os estudos de caso são excelentes para promover o debate entre acadêmico/a e supervisor, sobretudo para propiciar a construção de reflexões críticas sobre seu campo de estágio.

4 A experiência no campo do estágio em meio a pandemia

Inserir-se em um campo de estágio é uma grande dificuldade em tempos ditos normais, mas, em um contexto pandêmico é bem mais complexo. Neste período, presenciávamos o fechamento de algumas áreas de estágio, o que, conseqüentemente, repercutiu na redução do número de vagas ofertadas. Se há dificuldade para se sustentar os/as profissionais dentro da empresa, como seria sustentar uma vaga de estágio e todos os critérios necessários para receber esse estudante? Estas são dúvidas que me assolaram durante boa parte do tempo.

Apesar da situação de incertezas consegui adentrar em um campo de estágio, em especial, na área mais “abalada” pela pandemia: a saúde, sendo esta minha primeira experiência de estagiária. Esta inserção se deu no Grupo Santa Casa Belo Horizonte. Logo de início foi possível visualizar, na prática, a fragilização do sistema e como a pandemia atinge trabalhadores/as e usuários/as da política, colocando o Serviço Social em uma linha tênue entre a instituição e o público atendido.

A inserção no Grupo Santa Casa se estabeleceu em meados de fevereiro de 2021, em um momento em que a pandemia parecia estar “controlada”, por conta do início da vacinação no país. A partir daí, começou a aparecer as primeiras dificuldades, tais como: se localizar dentro da instituição enquanto estagiário e como componente do setor de Serviço Social.

Ingressar em uma instituição mexe com nossas emoções, imputando-nos sensações de euforia e medo, pois, no início, é necessário compreender como funciona o local e a dinâmica de trabalho, através de uma análise institucional. Relevante também enten-

³Gráfico presente no subtítulo “Relação entre o campo social e pandemia: O papel da saúde”.

der como funciona os vínculos entre funcionários/as e usuários/as, visto que essa relação impacta como um todo no fluxo de atendimento. Mas, aprender a se localizar na organização não ocorre de maneira isolada, pois enquanto se conhece a instituição, de maneira simultânea, também se familiariza com o Serviço Social do lugar. Nesse momento, a atuação do/a assistente social aparece no papel de propagador de políticas públicas estabelecendo uma ponte entre os direitos dos/as usuários/as, mas sempre em processo de colisão com os limites institucionais. Cabe lembrar, que o/a assistente social é, e assim se deve entender, enquanto componente da classe trabalhadora.

Outro ponto importante de se ressaltar diz respeito à compreensão da demanda trazida pelo/a usuário/a durante o atendimento. No princípio, reconhecer a verdadeira demanda e necessidade apresentada é bem complicado porque, muitas vezes, o/a usuário/a não dá conta de expressar sua real demanda. Ou ainda, como principiante, o/a estagiário se perder em meio ao relato e não conseguir identificá-la. Neste processo de acolhida, escuta e atendimento à demanda trazida, fica perceptível a relação entre teoria e prática, e da mesma forma, a importância do uso dos instrumentais em especial, da escuta.

Rubem Alves em um de seus textos no diz que “Todo mundo quer aprender a falar... Ninguém quer aprender a ouvir”, e enquanto estagiária inquieta essa frase nunca fez tanto sentido. Uma vez que, ouvir e responder à demanda apresentada se torna o foco. Ao longo dessa trajetória, nota-se que aprender a ouvir o outro é bem significativo na tentativa de contribuir nas questões que nos chega, uma vez que a fragilização é muito maior durante o período pandêmico e ela se expressa na insegurança e incerteza da concessão de um benefício, da realização de uma cirurgia ou de um exame. Nesse momento, percebe-se que o atendimento é muito mais do que buscar a viabilização de um direito, mas, proporcionar uma acolhida e uma escuta qualificada.

Outro ponto importante a se tratar diz respeito interlocução com a rede socioassistencial que também faz parte do cotidiano do estágio. Assim, é crucial conhecer a rede e aprender a se articular com ela para que se possa encaminhar e auxiliar o/a usuário/a a

fazer o melhor uso possível dos serviços, programas e benefícios por ela ofertados. Mas, na pandemia algo que já é um processo difícil, se tornou mais complexo, principalmente, pelo fechamento de alguns equipamentos socioassistenciais que compõem a rede. Ao mesmo tempo, esse panorama fez com que o profissional se utilize mais da criatividade para explorar o que se tem a sua disposição, se reinventando constantemente.

Todavia, o acadêmico não passa, ou não deveria passar, por isso sozinho. Logo, em meio a toda essa dinâmica, não posso deixar de situar o supervisor de estágio. Este, na caminhada de estagiária, teve e tem um papel muito importante para a compreensão e assimilação de todos os desafios cotidianos. Ou melhor, poderia ser dito que o/a supervisor/a de campo são os/as protagonistas no processo de crescimento e formação de um/a futuro/a assistente social. Durante toda essa lógica de desmonte do serviço público e, em meio às indagações, receios e revoltas, os/as supervisores/as de campo nos apareceram como suporte para subsidiar nossas reflexões e análise cotidianas, contribuindo para trazer à tona uma visão crítica sobre a realidade que é tão necessária para o trabalho do/a assistente social.

A partir das reflexões aqui propostas e dos desafios apresentados é que se forjou minha experiência de estágio, até este momento. Este tem contribuído para que, a cada dia, cresça mais a criticidade para com o processo de trabalho do serviço social e do trabalho coletivo, com a compreensão da demanda do/a usuário/a e o trabalho em rede. Encerro esta exposição convidando os/as profissionais a não se acomodarem em sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto pode-se dizer que a voracidade do capital associado a situação de calamidade da saúde pública e ao Estado neoliberal se somam na ampliação do sucateamento das políticas sociais. E, nesse caso em especial, a saúde tende a ser cada vez mais mercantilizada.

Pelo exposto, é possível ilustrar a dificuldade de inserção do/a estudante em campos de estágio como o da saúde. Mesmo após a

inserção é importante a adoção de uma visão crítica para com a política que se trabalha para que se possa compreender suas fragilidades. Além disso, pontua-se, o relevante papel do/a supervisor/a de estágio no processo de formação e de assimilação e análise crítica desses fatores conjunturais, principalmente em momentos tão adversos como da pandemia, a fim de propiciar uma formação qualificada dos/as estagiários/as.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **ABEPSS se manifesta pela suspensão das atividades de Estágio Supervisionado em Serviço Social.** ABEPSS,2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-se-manifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servicosocial-367>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

ABEPSS. **Parâmetros para organização dos fóruns de supervisão de estágio em serviço social.** 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/parametros_para_organizacao_2018-201812061313072227140.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2021.

ABEPSS. **TRABALHO E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.** 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/trabalho-e-ensino-remoto-emergencial-386>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

ALVES, RUBEM. **Escutatória.** Disponível em: https://www.inf.ufpr.br/urban/2019-1_205_e_220/205e220_Ler_ver_para_complementar/RubemAlves_Escutat%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

BRASIL. **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

BRASIL. **LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

BRASIL, **Ministério da Economia. Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil.** Governo Federal.15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19.** Brasília/DF. Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020.** Diário Oficial da União. Gabinete do Ministro,2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

CAIXA. **Perguntas Frequentes - Auxílio Emergencial 2021.** Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

CAMPOS, Ana Cristina. **IBGE: 62,4% das empresas foram afetadas negativamente pela pandemia.** Agência Brasil - Rio de Janeiro,2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/ibge-624-das-empresas-foram-afetadas-negativamente-pela-pandemia>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

CFESS. **POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

FIOCRUZ. **Observatório Covid-19 aponta maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil.** Agência Fiocruz de Notícias.2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-aponta-maior-colapso-sani>

[tario-e-hospitalar-da-historia-do-brasil.](#)

Acesso em: 30 de setembro de 2021.

FCMSCSP, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. **Mas, afinal, para que servem a cloroquina e a hidroxiclороquina?**. 2020. Disponível em: <https://fcmsantacasasp.edu.br/mas-afinal-para-que-servem-a-cloroquina-e-a-hidroxiclороquina/>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas empresas. Estatísticas experimentais**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/28291-pesquisa-pulso-empresa-impacto-da-covid-19-nas-empresas.html?=&t=destaques>. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

KREIN, José Dari. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Dossiê - sociedade, trabalho e sindicalismo na contemporaneidade • Tempo soc. 30 (1) • Jan-Apr 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WBdDjRLGTC5XffZDqPThnbs/?lang=pt#>. Acesso em: 10 de out de 2021.

MODELI, Laís. **Sarampo, pólio, difteria e rubéola voltam a ameaçar após erradicação no Brasil**. BBC News Brasil. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44706026>. Acesso em: 01 de out de 2021.

OLIVEIRA, Célio Augusto and Oliveira, Edlene Santos. **O trabalho de ofício na memória coletiva da cidade de conquista (1891 - 1930)**. Maranhão. XII Jornada do Histed: X seminário de Dezembro. 2014. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/12/artigo_eix012_98_1407989773.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, JOANA. **716.000 empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE**. El País Brasil. São Paulo - 19 jul 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html#:~:text=716.000%20empresas%20fecharam%20as%20portas,esp%20Espa%C3%B1a>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. **Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 07. Ano 02, Vol. 01. pp 89-116, outubro de 2017. ISSN:2448-095. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-americana da saúde (OPAS). **Folha informativa - COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)** 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid_19&Itemid=875. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

ROCHA, Rosely. **Brasil amanhece pedindo fora Bolsonaro, vacina no braço e comida no prato**. Central Única dos Trabalhadores. CUT. 19 junho, 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/brasil-amanhece-pedindo-fora-bolsonaro-vacina-no-braço-e-comida-no-prato-8e0e>. Acesso em: 10 de out de 2021.